# Teses para discussão

# Projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil

Teses para discussão

# Projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil

# Teses para discussão

# Projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil

Rio / 1960

## Índice

**Teses para discussão**
I
A situação internacional em que se desenvolve a revolução brasileira ..... 9
II
Características principais do desenvolvimento da economia nacional ..... 23
III
As classes sociais, o Estado e as instituições do Brasil ..... 37
IV
As contradições da sociedade brasileira e o caráter da atual etapa da revolução ..... 53
V
A frente única nacionalista e democrática .. 61
VI
O caminho para um poder das fôrças antiimperialistas e antifeudais ..... 77
VII
Uma política de soluções nacionalistas e democráticas ..... 84
VIII
Análise crítica da atuação do Partido ..... 101

**Pela legalidade do Partido Comunista do Brasil**
Luiz Carlos Prestes ..... 147

**Projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil**
Introdução ..... 155
Capítulo I
O membro do Partido ..... 156
Capítulo II
O centralismo democrático ..... 160
Capítulo III
A estrutura do Partido ..... 161
Capítulo IV
As Organizações de Base ..... 164
Capítulo V
As Organizações intermediárias e seus órgãos dirigentes ..... 167
Capítulo VI
Os órgãos dirigentes centrais do Partido .... 170

# Teses para discussão

I

## A situação internacional em que se desenvolve a revolução brasileira

**1** Durante a Segunda Guerra Mundial e no período de após-guerra, modificações profundas alteraram substancialmente o quadro internacional em que se desenvolve a revolução brasileira. A presente situação do mundo pode ser definida, quanto ao seu conteúdo essencial, como a época de transição do capitalismo ao socialismo. Sua característica principal reside em que o socialismo ultrapassou os limites de um só país — a União Soviética — e se converteu em um sistema mundial poderoso e florescente, oposto ao sistema capitalista em decadência. As tendências e as perspectivas da situação internacional são determinadas, fundamentalmente, pela competição entre os dois sistemas sociais.

**2** O sistema socialista já abarca mais de um têrço da população do globo e demonstra sua superioridade sôbre o capitalismo, assegurando a um ritmo sem precedentes o desenvolvimento das fôrças produtivas e a elevação contínua do nível de vida material e cultural dos trabalhadores. Testemunham êstes êxitos as conquistas alcançadas pela União Soviética no terreno econômico, científico e tecnológico, assim como os resultados atingidos pela República Popular da China e pelos outros países socialistas na construção da nova sociedade.

Desenvolvendo aceleradamente sua economia, a União Soviética ultrapassou o volume global da produção industrial dos países adiantados do ocidente da Europa e alcançou o segundo lugar no mundo. O socialismo conseguiu na URSS uma vitória completa e definitiva, e o plano setenal em execução significará um novo e grandioso avanço dos povos soviéticos na construção das bases técnicas e materiais da sociedade comunista. Ao ingressar na etapa da construção do comunismo, a União Soviética se propõe, como principal tarefa econômica imediata, alcançar e superar em curto prazo histórico os países capitalistas mais desenvolvidos, inclusive os Estados Unidos, não só no volume global da produção como nos índices **per capita.** Cumprido êsse objetivo estará alcançado o triunfo do socialismo em sua emulação pacífica com o capitalismo no terreno econômico.

Os ritmos elevados e ininterruptos de desenvolvimento são uma lei geral para todos os países do sistema socialista. Alguns países de democracia popular já entraram no período culminante da edificação do socialismo, aproximando-se o momento em que passarão a construir a sociedade comunista. Particular significação adquirem os êxitos extraordinários alcançados pela República Popular da China, que supera o seu atraso milenar a ritmos desconhecidos na história.

Enquanto o sistema imperialista é dilacerado por contradições internas, o campo socialista fortalece sua unidade e coesão. As relações entre os países socialistas se baseiam nos princípios do internacionalismo proletário: na ajuda mútua fraternal, na comunidade de interêsses e objetivos, na igualdade de direitos, no respeito à integridade territorial, à independência e à soberania estatal.

Progredindo contìnuamente, imune às crises econômicas, o sistema socialista exerce uma influência cada vez maior na situação internacional. As con-

quistas históricas do mundo socialista atraem para as idéias do socialismo a consciência das grandes massas de todos os continentes.

**3** Em flagrante contraste com a ascensão do sistema socialista, aprofunda-se no após-guerra a crise geral do capitalismo, acentuando-se o declínio do sistema imperialista.

Tornou-se mais aguda a contradição fundamental do capitalismo — entre o caráter social das fôrças produtivas e a forma capitalista privada de apropriação. O rápido desenvolvimento da técnica moderna não nega essa contradição, mas contribui para aprofundá-la ainda mais. A produção no mundo capitalista apresenta índices de crescimento, mas êstes estão longe de corresponder ao potencial do aparelho produtivo, o que se manifesta, a longo prazo, nos ritmos de desenvolvimento muito inferiores aos do mundo socialista. Por outro lado, a expansão do mercado interno e do mercado internacional não acompanha o crescimento da produção nos países capitalistas. Daí se originam recessões e crises como a que, em 1957-58, atingiu os Estados Unidos, refletindo-se nos demais países capitalistas adiantados e nos países subdesenvolvidos. Os gastos militares, que se utilizam para elevar o nível da atividade econômica, aumentam a pressão inflacionária crônica e agravam a instabilidade geral. O recurso à constituição de «mercados comuns» visa a fortalecer os monopólios e não dá solução à contradição fundamental do capitalismo. A formação do sistema socialista mundial e o processo de emancipação nacional nos países subdesenvolvidos reduzem o campo de exploração do capital financeiro e acentuam as dificuldades do sistema imperialista.

A situação interna dos países capitalistas assinala a agravação das contradições sociais, o recrudescimento da luta da classe operária e das massas po-

pulares em defesa dos seus interêsses vitais e dos direitos democráticos. Sofrendo as conseqüências da instabilidade econômica e do aumento da exploração capitalista, os trabalhadores elevam sua consciência política, intensificam a luta grevista e impulsionam o processo de sua organização e unidade.

A desagregação do sistema colonial do imperialismo, que se acelera no após-guerra, é uma das manifestações mais agudas da crise geral do capitalismo. Dezenas de países e mais de um bilhão de sêres humanos libertaram-se da dependência política que os jungia às potências imperialistas e constituem hoje Estados polìticamente soberanos. Intensificam-se os movimentos revolucionários pela libertação nacional dos povos ainda submetidos ao domínio imperialista na Ásia, África e América Latina.

Aquêles povos que se libertaram da opressão colonial e alcançaram a independência política, permanecendo, porém, nos quadros do capitalismo, esforçam-se ainda por obter sua completa emancipação no domínio econômico. Ao promoverem o desenvolvimento independente de sua economia, entram em conflito com as potências imperialistas que tratam de manter, por todos os meios, o sistema de exploração dos países subdesenvolvidos. A política adotada em Bandung expressa a posição dêstes países no plano internacional: combate à opressão imperialista, defesa da soberania estatal e da independência econômica, luta pela paz mundial e contra os blocos agressivos.

Forma-se dêste modo uma frente antiimperialista que une os países socialistas, os países libertados da opressão colonial, os povos que lutam por sua independência, o movimento operário e as fôrças progressistas dos próprios países imperialistas. A revolução nacional dos países coloniais e dependentes funde-se com a revolução socialista mundial, abalando os

alicerces do sistema imperialista e privando-o de suas reservas.

As contradições internas do sistema imperialista continuam a agravar-se em virtude do desenvolvimento desigual dos países capitalistas. Os Estados Unidos conservam situação extremamente privilegiada, mas enfraqueceu-se nos últimos anos sua posição monopolista. A Alemanha Ocidental, derrotada no último conflito bélico, já superou a Inglaterra e a França, passando a ocupar o segundo pôsto na produção industrial do mundo capitalista. Êste desenvolvimento desigual contribui para aguçar as contradições internas dos países imperialistas e as contradições interimperialistas, bem como os antagonismos entre as grandes potências e os países coloniais e dependentes.

O sistema capitalista se revela cada vez mais, em escala mundial, como um sistema decadente, històricamente ultrapassado.

Com o objetivo de manter por tôdas as formas seu domínio nas colônias e nos países dependentes e deter o progresso do movimento operário, a burguesia imperialista de alguns países golpeia os direitos democráticos e tenta implantar regimes ditatoriais de caráter fascista. Nas condições atuais, entretanto, qualquer forma de fascismo terá uma base mais frágil do que antes da Segunda Guerra Mundial. Quando já existe o poderoso campo socialista, o movimento operário eleva o nível de sua unidade e organização e os horrores do fascismo ainda estão vivos na memória dos povos, êstes dispõem de maiores possibilidades para defender as liberdades públicas. A unidade das fôrças democráticas — e, em primeiro lugar, a unidade da classe operária — constitui o instrumento mais efetivo para impedir o renascimento do fascismo.

**4** A questão crucial da situação internacional contemporânea é o conflito entre as duas políticas: a política do campo socialista e das fôrças amantes da paz, no sentido de assegurar a coexistência pacífica dos países com diferentes regimes sociais, e a política dos círculos imperialistas, sobretudo dos Estados Unidos, voltada para a preparação de uma nova guerra mundial.

Os círculos agressivos dos Estados Unidos atentam contra a soberania dos povos, instigam a supressão das liberdades democráticas, intensificam a corrida armamentista, fazem provocações abertas contra os países socialistas e organizam blocos agressivos com o objetivo de desencadear a guerra. O imperialismo norte-americano tornou-se o centro da reação mundial.

Nas condições de existência do imperialismo, em virtude das contradições inerentes a êste sistema, continua a haver terreno para as guerras de agressão. Em conseqüência, porém, da correlação de fôrças favorável ao socialismo e aos povos que lutam pela paz, surgiu em nossa época a possibilidade real de impedir as guerras. A causa da paz é defendida pelas fôrças mais poderosas: o campo socialista, que tem na União Soviética o seu baluarte mais potente; os países pacíficos da Ásia e da África, que adotam uma política antiimperialista e formam, juntamente com os países socialistas, uma vasta zona de paz; a classe operária de todos os países e sua vanguarda, os partidos comunistas; o movimento de libertação dos povos das colônias e semicolônias; o movimento mundial em defesa da paz; os povos dos países neutros da Europa e as massas populares dos próprios países imperialistas, que nada têm a ganhar com um novo conflito mundial. As fôrças da paz podem impedir o desencadeamento da guerra pelos imperialistas e, no caso de sua deflagração, infligir aos agressores derrota esmagadora.

O debilitamento acelerado do sistema capitalista e o fortalecimento contínuo do sistema socialista tornam cada vez mais difícil a irrupção da guerra mundial ou até mesmo a manutenção da «guerra fria» entre as grandes potências. O desafôgo da situação internacional, assinalado pelos contactos entre os chefes de govêrno dos Estados Unidos e da União Soviética, representa um êxito incontestável da política de paz do Govêrno Soviético e da luta dos povos contra a guerra, revelando a possibilidade de efetiva coexistência pacífica entre as duas maiores potências, cujo entendimento é condição básica para impedir a deflagração de um conflito mundial.

Atualmente, nos próprios círculos governamentais dos países imperialistas, inclusive dos Estados Unidos, começa a prevalecer a opinião daqueles grupos que, tendo uma visão mais realista da atual correlação de fôrças existente no mundo, aceitam o caminho das negociações pacíficas com a URSS. A distensão internacional se apresenta, assim, para êsses grupos, como uma necessidade objetiva.

A luta pela paz, tarefa primordial de todos os povos, tem condições para ser plenamente vitoriosa, desde que tôdas as fôrças contrárias à guerra permaneçam vigilantes e mobilizadas, atuem unidas e elevem sua atividade.

Quando os países socialistas superarem decisivamente o conjunto do mundo capitalista no terreno da produção industrial, mesmo antes da vitória completa do socialismo, subsistindo o capitalismo em uma parte do mundo, surgirá a possibilidade real de excluir a guerra mundial da vida da sociedade.

Empenhando todos os esforços na luta pela paz, é necessário ter em vista que nem o desafôgo da situação internacional, nem a passagem à coexistência pacífica, podem significar uma transformação da natureza exploradora e opressora do capitalismo

e do imperialismo, ou a extinção da luta de classes no seio do regime capitalista.

**5** As alterações na correlação de fôrças criaram condições mais favoráveis para a luta pelo socialismo e tornaram mais variados, de acôrdo com as peculiaridades de cada país, os caminhos da conquista do poder pela classe operária e as formas de construção da nova sociedade. Tornou-se real numa série de países a possibilidade de transição ao socialismo por meios pacíficos, sem guerra civil.

Para converter-se em realidade, porém, é requisito indispensável a direção política da classe operária, orientada por sua vanguarda. O caminho pacífico para a conquista do poder não exclui, e sim pressupõe, a intensificação da luta de classes do proletariado, exige a formação de grandes movimentos de massa. Nada têm a ver com a política de colaboração de classes, nem com a transformação gradual do capitalismo em socialismo, teses difundidas pelos revisionistas e socialistas de direita.

O caminho que há de seguir a luta pelo socialismo não depende apenas do proletariado, mas também das classes dominantes. Onde as fôrças reacionárias empregarem a violência contra os trabalhadores para impedir sua ascensão ao poder, êstes terão que utilizar a violência em defesa dos seus legítimos direitos democráticos.

**6** À medida em que se aprofunda a decomposição do capitalismo e os países do sistema socialista mundial obtêm novos êxitos, eleva-se o grau de consciência da classe operária, crescem e se fortalecem as fileiras do movimento comunista mundial. Os partidos comunistas e operários de todo o mundo colocam-se à frente dos povos na luta pela paz e a democracia, pela independência nacional e o socialismo.

Após o debate que se seguiu ao XX Congresso do PCUS, cujas conclusões representaram importante contribuição ao fortalecimento ideológico do movimento comunista, os partidos comunistas e operários elevaram sua unidade a um nível mais alto na Conferência de Moscou, em 1957. A Declaração então aprovada reafirma a coesão do movimento comunista mundial e estabelece os princípios comuns que orientam sua atividade em face dos problemas atuais.

Em sua ação ideológica, o movimento comunista internacional considera que o principal perigo a enfrentar no momento atual é o revisionismo, o oportunismo de direita, manifestação da ideologia burguesa que paralisa a energia revolucionária da classe operária e prega a conservação ou a restauração do capitalismo. A pretexto de descobrir os caminhos específicos de cada país para o socialismo, os revisionistas preconizam o «comunismo nacional», negam os princípios gerais que regem a revolução socialista e a construção do socialismo. Expressão destas concepções antimarxistas é o Programa da Liga dos Comunistas da Iugoslávia, que atenta contra a unidade dos países socialistas e do movimento comunista mundial, renegando em sua essência o internacionalismo proletário. O marxismo-leninismo, ao indicar que cada país chegará ao socialismo por seu próprio caminho, exige que se levem em conta tanto as leis gerais, os aspectos da revolução proletária e da construção socialista comuns a todos os países, como as peculiaridades e tradições nacionais, através das quais se manifestam aquelas leis gerais.

A pressão ideológica da reação mundial exerceu influência nas fileiras de vários partidos comunistas, levando alguns setores a vacilações e mesmo à ruptura aberta com os princípios marxista-leninistas. O movimento comunista mundial, no entanto, em seu conjunto, lutou com êxito em defesa do marxismo-

-leninismo e derrotou o revisionismo no terreno político e ideológico.

Simultâneamente, os partidos comunistas e operários travam a luta pela superação dos erros dogmáticos e sectários. No período em que floresceu o culto da personalidade de Stalin — deformação ideológica radicalmente oposta às concepções marxista-leninistas — o dogmatismo teve expansão, obstaculizando a criação teórica, estimulando o sectarismo e as infrações do centralismo democrático. O XX Congresso do PCUS trouxe decisiva contribuição ao movimento comunista mundial para a luta contra o culto à personalidade e suas conseqüências.

Em alguns partidos, de acôrdo com as particularidades concretas de seu desenvolvimento, o dogmatismo e o sectarismo podem constituir ainda, no momento atual, o principal perigo a combater. Tendências incompatíveis com os princípios marxista-leninistas, o dogmatismo e o sectarismo impedem o desenvolvimento da teoria revolucionária do proletariado através de sua aplicação criadora nas condições específicas de cada país, dificultam o trabalho de frente única e conduzem ao isolamento dos comunistas em relação às massas.

Ao lutarem contra o revisionismo e o dogmatismo, os partidos comunistas esforçam-se por aplicar e desenvolver a doutrina marxista-leninista em relação com as novas condições do mundo, ampliam e fortalecem seus vínculos com as massas trabalhadoras e populares.

**7** A luta dos povos latino-americanos pela sua emancipação do domínio imperialista e por transformações democráticas atingiu a um nível mais alto nos últimos anos, tornando-se cada vez mais difícil aos monopólios ianques converter a América Latina na retaguarda segura que almejam.

As contradições entre os países latino-americanos e os Estados Unidos agravam-se tanto no terreno econômico como no político. Os imperialistas norte-americanos intensificam seus esforços para manter e acentuar seu domínio na América Latina, mas eleva-se a consciência e a combatividade antiimperialista das massas populares, avolumam-se os movimentos contra o opressor ianque e aumentam os choques entre a burguesia dos países latino-americanos e os monopolistas dos Estados Unidos.

Na Venezuela, na Colômbia e em Cuba, as lutas de massas culminaram em movimentos insurrecionais de caráter popular que puseram fim a sangrentas ditaduras serviçais dos Estados Unidos.

A revolução popular cubana constitui um fenômeno novo e de grande significação no quadro atual do Continente. Ao derrubar a tirania de Batista, instrumento do imperialismo norte-americano, dos latifundiários e das fôrças mais reacionárias, o povo cubano deu um passo decisivo para a libertação nacional e a eliminação do latifúndio. O govêrno revolucionário de Fidel Castro, apoiado nas classes médias, nos camponeses, na classe operária e em certos setores da burguesia, iniciou a realização de uma reforma agrária radical, resiste firmemente à pressão do imperialismo norte-americano e, vencendo as vacilações de grupos conciliadores, imprime à revolução um curso popular, antiimperialista e antifeudal. A revolução de Cuba influi poderosamente nas lutas de libertação nacional dos países latino-americanos, suscitando um amplo movimento de solidariedade em todo o Continente.

Em diversos países, o movimento operário reconquistou a liberdade de organização, os partidos comunistas alcançaram a legalidade e ampliam suas fileiras. Aprofunda-se em tôda a América Latina a consciência da necessidade de uma política exterior independente e acentua-se a tendência ao estabele-

cimento de relações comerciais, diplomáticas e culturais com os países socialistas.

A Operação Pan-Americana, lançada pelo Govêrno Brasileiro com o apoio de outros governos latino-americanos, procura expressar os anseios de luta contra o subdesenvolvimento, ao exigir que a chamada cooperação interamericana seja colocada em novas bases e contribua, em têrmos práticos, para o progresso econômico dos países da América Latina, assim como ao reclamar a igualdade de direitos entre êstes países e os Estados Unidos na solução dos problemas comuns. A OPA representa, porém, uma tentativa de conciliação dos interêsses da burguesia dos países latino-americanos com os dos monopólios dos Estados Unidos, subordinando o desenvolvimento econômico de nossos países à pretensa «ajuda» do imperialismo norte-americano. Colocada nestes têrmos resulta num impasse evidente, desde que não podemos esperar a solução das nossas dificuldades da parte daqueles que nos exploram e oprimem.

O imperialismo norte-americano aproveita-se das dificuldades econômicas e financeiras dos países do Continente tentando obter novas concessões e deter o processo de emancipação nacional em curso. Com êste objetivo, utiliza os créditos e empréstimos como meios de pressão e explora sua posição privilegiada de maior comprador dos produtos da América Latina. Em alguns casos, como ocorreu na Argentina, os monopolistas ianques conseguem impor graves capitulações a governos latino-americanos, com a cumplicidade de setores conciliadores da burguesia.

Os imperialistas dos Estados Unidos não podem, no entanto, paralisar as lutas pela emancipação nacional que se desencadeiam na América Latina. Também em nosso continente se acentua o processo de transformação dos países oprimidos, de reservas do sistema imperialista em fôrça participante da luta mundial contra o imperialismo e pelo progresso social.

Não obstante suas acentuadas diferenças e particularidades, os países da América Latina têm de comum o fato de que o imperialismo norte-americano é o seu inimigo principal. Para lutar contra êste inimigo, é mister que se conjuguem os esforços de todos os países latino-americanos, apoiados pela solidariedade internacional das fôrças progressistas.

**8** A atual correlação de fôrças no plano internacional, o desenvolvimento ascensional do socialismo e do movimento de libertação dos povos e o conseqüente debilitamento do sistema imperialista exercem influência favorável ao crescimento das fôrças antiimperialistas e democráticas no Brasil.

A existência do sistema socialista mundial e sua política consagrada à defesa da paz e da independência dos povos constituem um forte apoio à causa dos países subdesenvolvidos. Em contraste com a ação dos países imperialistas, a assistência técnica e material prestada pelos países socialistas baseia-se no princípio da igualdade de direitos e no respeito à soberania nacional. Pela primeira vez na história, criou-se para os países subdesenvolvidos a possibilidade de obter equipamentos industriais, créditos em condições favoráveis e assistência técnica sem a necessidade de submeter-se às imposições de caráter econômico, político e militar das potências imperialistas. Êste fator novo na situação mundial atua em nosso país como um estímulo à luta das fôrças patrióticas e progressistas por uma política exterior independente, que sirva à causa de nossa emancipação econômica.

O processo acelerado de decomposição do sistema colonial do imperialismo repercute profundamente no Brasil constituindo um poderoso incentivo ao movimento nacionalista que se desenvolve em nosso país. As vitórias alcançadas pelos povos asiáticos e africanos que se libertam do jugo estrangeiro, assim

como os êxitos obtidos por outros povos latino-americanos na resistência ao opressor ianque, revelam o quanto é precário o poder das potências imperialistas no mundo de hoje. Na luta pelo desenvolvimento independente de sua Pátria, o povo brasileiro pode apoiar-se na solidariedade dos países que se libertaram do domínio colonial, dos povos que pugnam por sua independência, do proletariado das metrópoles imperialistas e na ajuda moral e material do poderoso campo socialista.

Fator particularmente favorável ao êxito das fôrças nacionalistas e democráticas no Brasil é o alívio da tensão internacional que se verifica nos últimos tempos. A nova situação mundial, que prenuncia a manutenção da coexistência pacífica entre os países de diferentes regimes sociais, reflete-se em nosso país, estimulando as fôrças que resistem ao imperialismo norte-americano e pugnam por uma política externa de paz e amizade com todos os povos, inclusive com a União Soviética, a República Popular da China e demais países socialistas.

## II

# Características principais do desenvolvimento da economia nacional

**9** Ao libertar-se do jugo colonial português, o Brasil conquistou sua independência estatal, ao mesmo tempo em que a sua economia conservava as características de dependência externa e de extremo atraso estrutural. Ao longo de sua vida como Estado independente, a economia do Brasil se desenvolveu e sofreu certas transformações de grande importância, mas, até os dias presentes, ainda enfrenta, como fatôres fundamentais adversos ao seu progresso, a dependência diante do imperialismo e a estrutura agrária baseada no monopólio da terra. O desenvolvimento da economia nacional se choca, crescentemente, com aquêles fatôres antagônicos e apresenta a necessidade objetiva de sua eliminação.

**10** O capital imperialista continua a explorar a economia brasileira através de canais que utilizou no passado, isto é, através do comércio exterior e dos empréstimos financeiros. Nos últimos tempos, porém, à medida que progride a industrialização do País, a exploração imperialista se acentua por intermédio das inversões diretas, inclusive em diversos ramos fundamentais da indústria. Não sòmente com os recursos externos mas, em elevada proporção, também com o reinvestimento de lucros acumulados dentro do País, o capital estrangeiro aplicado no Brasil vem crescendo em sentido absoluto.

A penetração imperialista é realizada em maior proporção pelos monopólios norte-americanos, que, a partir da Segunda Guerra Mundial, alcançaram o predomínio absoluto sôbre os seus competidores. As inversões diretas norte-americanas em nosso país aumentaram de 193,6 milhões de dólares, em 1929, para 1 301,0 milhões de dólares, em 1957, representando 5,2% do total das inversões diretas dos Estados Unidos no exterior. O domínio do capital norte-americano é particularmente acentuado em setores como os de energia elétrica, autoveículos, pneumáticos, frigoríficos, indústria farmacêutica, extração de minérios, distribuição de derivados de petróleo, exportação de café, beneficiamento e comércio de algodão, etc. O capital norte-americano atua, em geral, em condições monopolistas ou tendentes ao monopólio. Atrai para a sua órbita considerável parcela de capitais brasileiros, com os quais, em vários casos, se associa diretamente. As inversões diretas no Brasil propiciam aos monopólios norte-americanos elevada taxa de lucros, que são utilizados para transferências às matrizes nos Estados Unidos e para ampliação das emprêsas aqui instaladas.

O capital financeiro norte-americano monopoliza atualmente mais de dois terços dos empréstimos externos ao Brasil. Incluindo os créditos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e do Fundo Monetário Internacional, entidades notòriamente controladas pelo imperialismo norte-americano, cabiam a êste, como credor, 74% dos empréstimos registrados até 1956. Tal concentração de créditos financeiros, concedidos geralmente em condições onerosas para o nosso país, fornece ao govêrno dos Estados Unidos uma tremenda arma de pressão utilizada para alcançar vantagens econômicas e políticas em favor do imperialismo norte-americano.

Apesar do recente progresso industrial do Brasil, seu comércio exterior conserva as características

coloniais do passado. Por um lado, a exportação continua constituída quase totalmente de produtos primários, cabendo cêrca de dois terços ao café. Por outro lado, cêrca da metade do intercâmbio externo é realizada com os Estados Unidos que, assim, ocupam posição pràticamente monopolista e podem impor, como norma, um regime de trocas não equivalentes em prejuízo do nosso país. Como compradores ou concorrentes, os monopólios norte-americanos dominam o mercado internacional dos nossos principais produtos de exportação, explorando esta circunstância para manobras baixistas e para exercer pressão econômica e política sôbre o Brasil.

O imperialismo norte-americano enfrenta em nosso país a crescente concorrência de outras potências imperialistas. Enquanto a Inglaterra e a França se esforçam para conservar algumas posições, a Alemanha Ocidental e o Japão têm feito do Brasil um campo preferencial para aplicações de capital. Apesar disto, o imperialismo norte-americano mantém o predomínio absoluto sôbre os seus competidores dentro do mercado brasileiro.

O domínio dos monopólios dos Estados Unidos é o principal obstáculo anteposto à emancipação econôca de nossa Pátria.

A exploração imperialista, sobretudo norte-americana, impõe pesado tributo à Nação. Os monopólios norte-americanos se apropriam de parcela considerável do valor criado pelos trabalhadores brasileiros, o que torna o processo de acumulação interna ainda mais penoso para o povo. Através das inversões diretas, dos empréstimos e do comércio exterior, os monopólios norte-americanos provocam graves deformações no desenvolvimento da economia nacional. Isto se reflete no deficit crônico do balanço de pagamentos e nas freqüentes situações de escassez cambial, que conduzem à compressão das importações e à desvalorização do cruzeiro, impulsionando, desta

maneira, o processo inflacionário interno. Tudo isto pesa fortemente sôbre o progresso da Nação e contribui para o baixo nível de vida das grandes massas do seu povo.

Precisamente porque a economia nacional se desenvolve, a exploração imperialista norte-americana se torna cada vez mais sensível. Aguça-se no mercado interno a contradição entre os interêsses da burguesia brasileira e os do capital dos Estados Unidos. Esta contradição se manifesta vivamente na esfera do câmbio, através da disputa em tôrno da receita de divisas e da necessidade de imprimir novos rumos ao comércio exterior. A opressão imperialista norte-americana faz sentir os seus efeitos sôbre tôdas as camadas do povo. Os problemas da emancipação nacional se tornam, assim, problemas candentes, colocados na ordem-do-dia pelo próprio desenvolvimento da economia nacional.

11 A estrutura agrária brasileira, como no passado, se baseia predominantemente na grande propriedade de tipo atrasado, à exceção de algumas áreas reduzidas, em que existem concentrações de pequena propriedade ou plantações modernas, de tipo capitalista.

O Brasil figura entre os países de maior concentração latifundiária do mundo inteiro: em 1950, os estabelecimentos agrícolas com 500 hectares e mais constituíam 3,4% do número total de estabelecimentos e abrangiam 62,3% de tôda a área ocupada. Êste monopólio da terra tem como contrapartida inevitável uma imensa massa de camponeses sem terra: para cêrca de 11 milhões de pessoas ativas na agricultura, em 1950, havia apenas 2 065 000 estabelecimentos agrícolas, dos quais 22,2% possuíam área inferior a 5 hectares.

Conseqüência direta dêste sistema de propriedade é a área cultivada diminuta para as necessidades do

País: dos 232 211 000 hectares ocupados, em 1950, pelos estabelecimentos agrícolas, apenas 19 095 000 hectares, ou seja, 8,2% eram dedicados à lavoura. À mesma época, era maior a área aproveitável não cultivada dos estabelecimentos agrícolas, uma vez que correspondia a 34 310 000 hectares, enquanto as pastagens utilizadas por uma pecuária em geral extensiva e atrasada, abrangiam 107 833 000 hectares.

Esta estrutura latifundiária se reforça inclusive por meios extra-econômicos como a grilagem e as concessões de grandes extensões de terras devolutas pelo Estado.

No monopólio da terra se baseia a sobrevivência de formas pré-capitalistas de exploração, como a meia, a têrça, o trabalho gratuito e outras. A legislação trabalhista é quase totalmente não aplicada aos assalariados rurais. Arrendatários e parceiros são obrigados a submeter-se a contratos extremamente desfavoráveis, sofrendo ainda o regime de arbítrio dos latifundiários. Desta situação decorrem o baixíssimo nível de vida das massas camponesas e a prática, em vastas zonas, dos processos mais primitivos de trabalho, com ínfima produtividade.

Algumas áreas agrícolas da região Centro-Sul se destacam pela aplicação relativamente dinâmica de métodos mais modernos de cultivo, mas, na maior parte do País, a penetração capitalista na agricultura se processa lentamente. Esta penetração capitalista se manifesta pelo crescimento do número de assalariados e semi-assalariados, pela multiplicação da quantidade de máquinas e instrumentos agrícolas e pelo uso de adubos artificiais e inseticidas. Ainda que lentamente, a produção agropecuária tem aumentado, observando-se, a longo prazo, a tendência ao incremento mais rápido da produção para o mercado interno em relação à produção para o mercado exterior.

Com a penetração do capitalismo, combinam-se em proporção variável os métodos capitalistas à conservação do monopólio da terra e das velhas relações pré-capitalistas, o que permite um grau mais elevado de exploração dos trabalhadores do campo. Nestas circunstâncias, não se abala, mas se reforça o regime monopolista de propriedade da terra.

A penetração capitalista conduz, em diferentes graus, a certo incremento da produtividade agrícola para fins mercantis. Ao mesmo tempo, porém, nas condições do monopólio latifundiário, contribui para mais rápida elevação do preço da terra, obrigando a agricultura a distanciar-se dos grandes centros urbanos, o que influi para encarecer a produção agropecuária e aumentar a massa de renda apropriada pelos grandes proprietários rurais.

O monopólio da terra e as relações pré-capitalistas de trabalho não sòmente obstaculizam o desenvolvimento da agricultura, como constituem também sério entrave ao processo de industrialização, restringindo de modo considerável a expansão do mercado interno. A liquidação da arcaica estrutura predominante na agricultura é, assim, uma necessidade fundamental para o progresso da economia nacional.

**12** Nas últimas décadas, a economia brasileira tem sofrido importantes modificações, resultantes do desenvolvimento do capitalismo, que se vem processando dentro dos marcos da dependência para com o imperialismo e da manutenção do monopólio da terra. Contrapondo-se a êstes fatôres adversos, o desenvolvimento capitalista nacional apoiado na acumulação interna constitui elemento progressista e dinâmico da economia brasileira, manifestando-se no incremento das fôrças produtivas e na expansão de novas relações de produção.

Em virtude das leis que o regem e ainda por se chocar com a resistência de elementos econômicos atrasados, continuando submetido à pressão do imperialismo, o desenvolvimento capitalista nacional se processa em ritmo bastante desigual. É evidente, porém, que, nos últimos vinte anos, em virtude dos seus próprios impulsos internos e de condições externas mais favoráveis, o ritmo dêste desenvolvimento se acelerou.

Particularmente após a Segunda Guerra Mundial, o processo principal na vida econômica brasileira é o da industrialização que tem sua característica mais importante no crescimento preponderante e relativamente rápido da indústria de bens de produção.

No período de 1938 a 1958, a produção de aço em lingotes aumentou em 17,3 vêzes, atingindo a .... 1 600 000 toneladas. Apesar dêste aumento, o parque manufatureiro necessita ainda da importação suplementar de laminados. Também de 1938 a 1958, a produção de cimento Portland comum foi multiplicada por 6 vêzes, alcançando, em 1958, 3 750 000 toneladas. Entre 1944 e 1958, a produção de energia elétrica triplicou, atingindo 18 bilhões de kws-hora. Indústrias pràticamente novas são as de petróleo e derivados, alumínio, estanho e adubos fosfatados, tôdas com índices elevados de crescimento no atual decênio. Adquiriram notável impulso nos anos recentes as indústrias de máquinas e autoveículos. Em quase todos os setores citados, encontram-se em curso novos empreendimentos, que absorvem vultosas inversões.

Começada a formar-se em fins do século passado, a indústria de bens de consumo já abastece o mercado interno da quase totalidade de artigos de uso comum. O seu crescimento prossegue, enfrentando, porém, freqüentes dificuldades de mercado.

A partir da acumulação interna, que se incrementou durante a última guerra, a indústria brasileira

atravessou, nos anos de 1947 a 1956, uma fase de ascenso excepcional, em que o produto industrial real aumentou em 92,2%, superando a média de crescimento do mundo capitalista no mesmo período. O aumento da produção industrial se vincula ao processo de centralização e concentração do capital, que se traduz na formação e expansão de grandes emprêsas, estatais ou privadas.

O processo de industrialização tem constituído o fator mais importante de ampliação do mercado interno, que cresce principalmente com o aumento da população urbana e, em proporção bastante menor, com a penetração do capitalismo na agricultura. Índices expressivos da ampliação do mercado interno são os seguintes: a carga transportada pela navegação de cabotagem passou de 2 607 000 toneladas em 1938 para 6 801 000 toneladas em 1957; o transporte de mercadorias por estrada-de-ferro passou de 5 995 milhões de toneladas-quilômetro em 1938 para 10 696 milhões de toneladas-quilômetro em 1957; e, finalmente, a extensão da rêde rodoviária em tráfego elevou-se de 50% entre 1952 e 1957, passando de 302 000 kms. para 455 000 kms.

Entretanto, apesar do seu progresso recente, o Brasil apresenta ainda índices de país subdesenvolvido. O seu consumo energético **per capita** é de apenas 390 quilos-carvão anuais, contra 970 na Argentina, 2 180 na Venezuela e 3 a 8 toneladas nos países adiantados. O consumo brasileiro de produtos siderúrgicos é de apenas 31 quilos anuais **per capita**, quando nos países adiantados varia de 200 a 600 quilos. Em comparação com os países capitalistas desenvolvidos, são muito baixos os índices brasileiros de alimentação, saúde e educação.

A eliminação, no prazo mais breve, das características de país subdesenvolvido se relaciona diretamente com a necessidade da emancipação e da transformação progressista da economia nacional.

**13** A intervenção do Estado, nas mais diversas formas, tem sido, em certas circunstâncias, um dos principais instrumentos de propulsão do desenvolvimento capitalista em nosso país. Nas duas últimas décadas tal intervenção tem-se manifestado crescentemente como capitalismo de Estado, inclusive sob a forma de emprêsas fundadas e administradas pelo Estado.

Nos países capitalistas adiantados, o capitalismo de Estado adquiriu amplas proporções na fase imperialista, tomando o caráter reacionário de instrumento de domínio econômico dos monopólios através do aparelho de Estado burguês. No Brasil, porém, embora servindo em determinados casos aos interêsses do imperialismo, o capitalismo de Estado tende a assumir, prevalentemente, formas progressistas e nacionais.

Realizando o processo de industrialização nas condições de uma economia ainda dependente do imperialismo, na época em que o capitalismo, como sistema mundial, se encontra em sua crise geral, cada vez mais avançada, enfrenta a burguesia brasileira a tarefa de promover a criação, em prazo breve, de um mínimo de fôrças produtivas modernas, indispensáveis em nosso tempo ao progresso econômico: centrais elétricas, usinas siderúrgicas, indústria de petróleo, etc. O capitalismo privado nacional não é capaz, por si só, de realizar a criação de tais fôrças produtivas em prazo curto, nem de protegê-las da pressão dos monopólios imperialistas. Daí o recurso ao capitalismo de Estado, que permitiu a formação de um núcleo de indústria pesada, abrangendo emprêsas como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Nacional de Álcalis, as hidroelétricas do Govêrno Federal e dos governos estaduais, etc.

Nas emprêsas estatais, as relações de produção permanecem relações capitalistas de exploração dos

operários pelo Estado, no seu papel de capitalista coletivo, de representante da classe capitalista em seu conjunto. Isto, entretanto, nas condições brasileiras, não se contrapõe ao fato de que o capitalismo de Estado constitui, no seu sentido geral, fenômeno progressista, fator de resistência ao imperialismo e instrumento imprescindível para a emancipação nacional.

O imperialismo norte-americano, que ainda possui forte influência no aparelho de Estado brasileiro, também se utiliza para seus próprios fins de algumas formas de capitalismo de Estado.

É o caso de bancos oficiais que financiam diretamente trustes imperialistas como a Light and Power e a Bond and Share. É o caso também de hidroelétricas estatais, cuja produção ainda é distribuída por aquêles trustes, favorecendo a continuação da sua situação monopolista. Todavia, no que se refere às suas posições fundamentais, o imperialismo norte-americano não poupa meios de pressão para impedir o desenvolvimento do capitalismo de Estado. Esta orientação antinacional se expressa na incessante campanha entreguista contra a Petrobrás e na propaganda de teses pseudoliberais contra a intervenção do Estado na economia, que a grande imprensa financiada por Wall Street chama de «estatismo».

As fôrças interessadas na emancipação da economia nacional resistem ao imperialismo norte-americano, lutam para assegurar a sobrevivência e o progresso das emprêsas estatais e se empenham por libertá-las de qualquer influência antinacional.

**14** Uma das características do curso atual do desenvolvimento econômico consiste no processo inflacionário, que lhe é implícito. Fenômeno bastante antigo em nosso país, que reflete a tendência secular de desvalorização cambial da moeda, a

inflação se acelerou grandemente a partir de 1940, adquirindo, desde então, constância e ritmo que a colocam como uma das inflações mais fortes no mundo inteiro.

A inflação resulta, por um lado, da desvalorização externa da moeda, tornada inevitável pela prática de uma política que, ao invés de romper com a situação de dependência para com o imperialismo, ainda a agrava nas esferas do comércio exterior, do câmbio e do balanço de pagamentos. A inflação decorre, por outro lado, das causas estruturais que elevam constantemente os preços dos produtos agrícolas. A inflação é provocada, portanto, fundamentalmente, pelos próprios fatôres de atraso, que continuam a pesar sôbre a economia brasileira.

Ao mesmo tempo, o ritmo inflacionário não podia deixar de se acelerar com o processo de desenvolvimento econômico, uma vez que êste se realiza sem a eliminação daqueles fatôres, mas adaptado a êles.

No mais recente período, a política estatal de investimentos e de créditos tem impulsionado a industrialização, mas a aplicação desta política se faz com a persistência do vultoso desperdício de recursos orçamentários e de créditos dos bancos oficiais em atividades tìpicamente parasitárias. Isto torna inevitáveis as emissões de papel-moeda freqüentes e de enorme volume, com efeitos inflacionários quase imediatos.

Determinando a deterioração permanente dos salários reais, que apenas de modo transitório pode ser compensada pelos periódicos reajustamentos dos salários nominais, a inflação permite à burguesia brasileira, assim como ao capital estrangeiro, a elevação do grau de exploração da classe operária e, em geral, das massas trabalhadoras.

A exploração capitalista se acentuou através da baixa do salário real e também de uma série de

outros processos, que conduzem à intensificação do ritmo de trabalho e ao pioramento de suas condições.

Segundo dados oficiais, o salário médio real dos operários do Distrito Federal se manteve sensìvelmente inferior ao nível de 1940, já por si muito baixo, durante todos os anos do período de 1940-1954. Tomando a situação dos operários do Distrito Federal como típica para a generalidade do País, torna-se evidente que, durante aquêle período, a acumulação capitalista, notàvelmente incrementada, conseguiu impor ao proletariado a redução absoluta do seu nível de vida.

A partir de 1954, os sucessivos reajustamentos do salário mínimo oficial — conquista das mais importantes da classe operária — provocaram certa melhoria do salário médio real, mas esta melhoria tem sido extremamente instável em virtude do recrudescimento do processo inflacionário. Além disto, segundo indicam inquéritos oficiais, no período de 1955-58, o salário-hora cresceu mais lentamente do que o preço do produto-hora, o que evidencia a queda da participação percentual da classe operária na distribuição da renda nacional. Ao contrário do que afirmam os porta-vozes do patronato, o ascenso dos preços das mercadorias e serviços vem superando, como tendência constante, o periódico ascenso nominal dos salários e vencimentos.

A inflação torna, por conseguinte, mais pesados os sacrifícios da população trabalhadora, ao tempo em que restringe o mercado interno e prejudica a própria causa do desenvolvimento independente da economia nacional.

**15** O curso atual do desenvolvimento econômico também se caracteriza por extremo aprofundamento das desigualdades entre as diferentes regiões do País. Êste fato provoca desequilíbrios eco

nômicos e políticos perigosos para o desenvolvimento da Nação.

Baseando-se numa situação favorável històricamente adquirida e absorvendo, no período mais recente, em proporção esmagadora, as vantagens da política de câmbio, de investimentos e de créditos do Govêrno Federal, o Centro-Sul pôde acelerar a sua industrialização, enquanto o Norte e o Nordeste permanecem regiões quase inteiramente agrárias, com poucos e reduzidos núcleos industriais, cujo progresso enfrenta obstáculos crescentes. Ao tempo em que no Centro-Sul a penetração capitalista se acentua em certas áreas agrícolas, no Norte e Nordeste a estrutura agrária atrasada continua pràticamente inalterada. Em conseqüência, tende a se acentuar a diferença já enorme entre os níveis de produtividade econômica do Centro-Sul com relação às demais regiões. Os seguintes dados, em têrmos reais, são significativos a respeito: no período compreendido entre 1948 e 1956, a produção agropecuária do Nordeste cresceu de 25,2% e a industrial de 49,8%, ao passo que no Centro-Sul o crescimento foi de 32,4% para a produção agropecuária e de 81,2% para a industrial. Daí porque a participação do Nordeste, com um têrço da população brasileira, se reduziu, no mesmo período, de 15,5% para 13,4% da renda total do País. Êste fato apresenta ainda maior gravidade, se considerarmos o enorme desnível das condições de vida das grandes massas da população nordestina, as quais figuram entre as mais baixas do continente americano, diante do enriquecimento e da ostentação suntuária de um número ínfimo de latifundiários e grandes capitalistas, que fundamentam a sua prosperidade na manutenção de formas atrasadas de economia.

O crescimento muito vagoroso, abaixo da média nacional, do mercado do Norte e Nordeste não pode deixar de repercutir negativamente sôbre a própria

industrialização, que se concentra no Centro-Sul. Além disto, o Norte e o Nordeste constituem fonte permamente de mão-de-obra baratíssima, que é utilizada pelas classes dominantes para pressionar sôbre o nível de vida dos trabalhadores agrícolas e industriais do Centro-Sul.

Desta situação decorrem graves desequilíbrios para o desenvolvimento da economia nacional em seu conjunto.

**16** O processo de desenvolvimento capitalista da economia nacional vem seguindo um curso, que se caracteriza pela tendência predominante de adaptação dêsse processo à dependência com relação ao imperialismo e à conservação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas na agricultura.

O curso atual do desenvolvimento econômico agrava as contradições fundamentais da sociedade brasileira sem ser capaz de superá-las. Por isto mesmo, um curso de sentido oposto, isto é, um curso de desenvolvimento independente e progressista é reclamado pelas próprias necessidades objetivas da economia nacional, a fim de que sejam superadas de modo conseqüente as contradições fundamentais que exigem solução na presente etapa histórica da sociedade brasileira.

Fontes dos dados estatísticos: Censo Nacional de 1950; Anuários Estatísticos do IBGE; Inquéritos Econômicos do IBGE; Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil, 1958 (Conselho Nacional de Economia); Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste (Conselho do Desenvolvimento); Relatório do Banco do Brasil, 1958; Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas; Survey of Current Business (Departamento de Comércio dos Estados Unidos).

III

# As classes sociais, o Estado e as instituições do Brasil

**17** O Brasil é um país capitalista de formação recente. A sua estrutura de classes apresenta características de uma fase de transição, não possuindo ainda a nitidez das sociedades capitalistas maduras.

Dotadas de peculiaridades próprias da formação histórica nacional, são as seguintes as classes e camadas que compõem, bàsicamente, a sociedade brasileira: latifundiários, burguesia, pequena burguesia urbana, camponeses, semiproletariado e proletariado.

a) Os latifundiários — São os grandes fazendeiros ligados à agricultura ou à pecuária, proprietários de imensos latifúndios, que concentram em suas mãos a maior parte das terras apropriadas no País. É a classe mais velha da sociedade brasileira, suas origens se perdem nos primórdios da era colonial. Depois da independência do Brasil manteve durante o Império e nas primeiras décadas da República, o monopólio do poder político. Hoje êste monopólio já não existe — o poder está dividido entre os latifundiários e a burguesia, as atuais classes dominantes no Brasil.

Com o desenvolvimento capitalista do País, os latifundiários vêm sofrendo um processo de diferenciação: uma parte se aburguesa e a outra, que diminui constantemente, conserva suas velhas características.

Os latifundiários se identificam por viverem da renda da terra, «tributo que a sociedade paga ao proprietário territorial».

São, em seu conjunto, a classe mais reacionária da sociedade brasileira, encarnam as relações de produção mais atrasadas e constituem um obstáculo à expansão das fôrças produtivas.

Seus interêsses econômicos entrelaçam-se, na maior parte das vêzes, com os da grande burguesia comercial, exportadora e bancária e, eventualmente, com os da burguesia industrial. São fortes os seus laços com o imperialismo, estabelecidos principalmente através do comércio exterior e dos empréstimos estrangeiros ao Brasil, muitas vêzes realizados para satisfazer aos interêsses dos latifundiários. Isto, porém, não exclui o fato de em determinadas conjunturas produzirem-se choques entre os interêsses de setores latifundiários e os do imperialismo.

Os interêsses permanentes dos latifundiários são antagônicos em relação aos objetivos da revolução brasileira.

Não obstante seu declínio histórico, os latifundiários mantêm posições de grande influência na vida do País e ainda dispõem de importante fôrça política.

b) A burguesia — É constituída pela massa de centenas de milhares de industriais, comerciantes, banqueiros e capitalistas agrários. É uma classe de formação histórica mais recente e em ascensão, particularmente a burguesia industrial.

A burguesia não é uma classe homogênea, passa por um processo de diferenciação constante, tanto mais intenso quanto maiores sejam o desenvolvimento capitalista do País e a penetração do capital estrangeiro imperialista. Apresenta, por isso, ao lado de características gerais, diversos setores que se formam em virtude da variedade de seus interêsses econômicos. Êstes interêsses vão desde os da grande burguesia industrial, comercial e bancária, que têm

em suas mãos o contrôle de uma importante parte da vida econômica e política do País, até os da burguesia média, que luta muitas vêzes com dificuldades para enfrentar as cargas tributárias, a restrição do crédito e outros ônus econômicos.

No que diz respeito às relações com o imperialismo, pode-se distinguir na burguesia brasileira dois setores bem diferenciados: um genuìnamente nacional e outro que tem seus negócios ligados num grau maior ou menor ao capital imperialista. O primeiro constitui a imensa maioria da burguesia brasileira; o segundo é integrado pela minoria que, de uma forma ou de outra, tem seus interêsses entrelaçados com os de grupos imperialistas, na indústria, nos bancos e no comércio de importação e exportação. É óbvio que êsses dois setores possuem interêsses contraditórios, muitas vêzes antagônicos, e que entre êles passa a linha que divide a burguesia em duas partes, uma a favor e outra contra a política de subordinação nacional ao imperialismo.

Grandes e médios burgueses encontram-se de um lado e de outro. O grau de concentração de capitais não é, assim, o fator decisivo que divide a burguesia brasileira em face ao imperialismo.

Em sua maioria, a burguesia brasileira, em virtude dos seus interêsses objetivos, se situa no campo do antiimperialismo. Mas é a burguesia industrial o setor mais dinâmico do capitalismo nacional e o que tem a maior área de atritos com o imperialismo, disputando com êste o mercado interno e orçamento cambial.

A burguesia, tomada no seu conjunto, apresenta um duplo caráter. Pertencendo a um país econômicamente explorado pelo imperialismo, é uma fôrça revolucionária. Mas seu revolucionarismo é limitado, como o de tôda classe exploradora. É também limitado pela sua fraqueza econômica e política e em virtude de seus laços com o sistema imperialista

mundial. A aspiração da burguesia brasileira é, por isso, a de criar um Estado nacional independente em que ela seja a fôrça dominante. Daí a sua preocupação em manter a luta nacional dentro de marcos bem limitados, a fim de evitar que ela adquira feição democrática e popular e que culmine com a criação de um poder antiimperialista revolucionário, algo bem diverso do Estado burguês nacional que aspira a estabelecer. As limitações da burguesia já se manifestam hoje nas restrições à ação independente das massas e nos métodos vacilantes de luta com que procura enfrentar o imperialismo, bem diferentes dos empregados pelo proletariado e seus aliados mais próximos. Em certas circunstâncias essas limitações podem levá-la a vacilar e a trair a revolução, ou a chegar a acôrdos com o imperialismo.

A burguesia possui natureza contraditória — é capaz, em certas circunstâncias, de enfrentar o imperialismo, e, em outras, de conciliar com êle. As vacilações inerentes à burguesia só podem ser neutralizadas pela pressão que sôbre ela exerçam as fôrças revolucionárias conseqüentes.

c) A pequena burguesia urbana — Pertencem à pequena burguesia urbana os donos de pequenas emprêsas artesanais e de pequenos estabelecimentos comerciais, a maior parte da intelectualidade, os produtores individuais (artesãos), os pequenos e médios funcionários e os pequenos e médios empregados. Também faz parte da pequena burguesia a maioria da oficialidade das Fôrças Armadas.

A pequena burguesia brasileira é històricamente mais velha do que a burguesia e o proletariado, suas origens remontam à época colonial. Naturalmente, tem sofrido mudanças quantitativas e qualitativas, apresentando características diferentes nos vários períodos de nossa história.

Prossegue no seio da pequena burguesia o processo de diferenciação, que enriquece uma ínfima

minoria e mantém a grande maioria numa situação de instabilidade econômica, que evolui para a proletarização. É baixo o nível de vida de amplas camadas da pequena burguesia, o que a leva freqüentemente para posições radicais. Não obstante êste processo, a pequena burguesia cresce numèricamente com o desenvolvimento capitalista, que se caracteriza por uma industrialização em que ainda é relativamente fraca a centralização de capitais.

As diferentes categorias pequeno-burguesas se comportam de acôrdo com sua situação peculiar. De modo geral, entretanto, a pequena burguesia tem posição favorável à luta antiimperialista e democrática, e importantes camadas pequeno-burguesas dela participam ativamente, se bem que certa parte mais abastada forneça a massa de militantes das correntes mais reacionárias. Tôda a atividade política da pequena burguesia é marcada pela instabilidade. A sua participação no movimento revolucionário depende dos *fluxos* e *refluxos* que o caracterizam.

d) O campesinato — Constitui a maior parte da população econômicamente ativa. Na época colonial, tinha existência marginal aos latifúndios escravistas, que devia enfrentar para sobreviver. O crescimento do campesinato se afirma à medida em que se desintegra a lavoura de base escravocrata, ganhando grande impulso com a Abolição. Passou a se apresentar, desde essa época, como uma massa muito numerosa de parceiros, arrendatários, pequenos e médios proprietários de terra, posseiros, agregados, vaqueiros, etc.

O campesinato brasileiro continua a sofrer, como no passado, a pressão da estrutura latifundiária, que lhe dificulta extremamente o acesso à terra e lhe impõe pesados tributos de caráter semifeudal. Mais de três quartas partes dos trabalhadores rurais são

desprovidos da propriedade da terra, vivendo em condições econômicas muitas vêzes de grande precariedade. A aspiração à propriedade da terra ainda não fêz eclodir um movimento generalizado pela reforma agrária entre as massas camponesas, mas se manifesta, de modo muito vivo, no aumento do número de posseiros nas chamadas zonas pioneiras, sendo de notar que a sua combatividade, freqüentemente, chega à resistência armada.

A luta dos camponeses contra a opressão latifundiária também se manifesta nas reivindicações, que ganham corpo, da baixa da taxa de arrendamento, de garantia contra os despejos arbitrários, liberdade de plantio, etc. A defesa contra a grilagem assume formas mais organizadas e enérgicas entre os camponeses.

A penetração capitalista na agricultura é acompanhada de um processo de diferenciação das massas camponesas. Forma-se uma camada, já relativamente importante, de camponeses ricos, entre proprietários de terra, posseiros e arrendatários. Por outro lado, tende a crescer o número de camponeses atingidos total ou parcialmente pela proletarização, que aumenta a quantidade de assalariados rurais permanentes ou temporários e constantemente obriga certa parte a emigrar para as cidades. Uma grande massa se encontra em situação intermediária, submetida a um trabalho extenuante e a baixíssimas condições de vida.

Evolução característica de tipo capitalista, diferente da generalidade do País, tiveram certas áreas agrícolas dos Estados sulinos, onde se formaram, desde o século passado, concentrações de pequenos proprietários camponeses, oriundos da imigração européia e livres da opressão direta dos latifundiários. Figuram estas áreas entre as mais progressistas na agricultura brasileira.

Com um grau de firmeza que varia de acôrdo com a situação objetiva de cada uma de suas camadas, sendo maior naquelas camadas mais oprimidas e exploradas, as massas camponesas têm interêsse em profundas transformações na estrutura agrária e na emancipação econômica do País. Constituem o aliado fundamental do proletariado na revolução nacional e democrática.

e) Os semiproletários — O semiproletariado é integrado por uma grande massa de trabalhadores urbanos e rurais que se situam entre a pequena burguesia e o proletariado — a maior parte dos colonos de café, os camponeses pobres que trabalham parte do tempo fora de sua terra em troca de salário, a grande massa de subempregados crônicos, os artesãos arruinados, etc.

O semiproletariado é composto por diferentes camadas, de condições econômicas diversas e seus interêsses se aproximam dos interêsses do proletariado.

f) O proletariado — É formado pelos operários das indústrias, trabalhadores de transportes e os assalariados agrícolas. Os operários industriais e os trabalhadores de transportes encontram-se distribuídos principalmente nos seguintes ramos: indústria têxtil, construção civil, metalúrgica, alimentícia, mecânica, nas estradas-de-ferro, na navegação, portos e transportes urbanos. Os assalariados agrícolas concentram-se principalmente nas zonas de cultivo do café, da cana-de-açúcar, do cacau, do arroz e do trigo. Os trabalhadores urbanos (indústria e transportes) são calculados em cêrca de 2 milhões.

A parte mais ativa do proletariado brasileiro, o núcleo fundamental da classe, está localizado nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. São centros industriais menores: Recife, Pôrto Alegre, Belo Horizonte e Salvador.

No proletariado brasileiro distinguem-se várias camadas. A diferença principal é a existente entre o urbano e o rural. No seio do proletariado industrial urbano notam-se duas camadas bem características: o das grandes emprêsas e o das pequenas fábricas e oficinas. As estradas-de-ferro, as emprêsas urbanas de transportes e os portos são importantes concentrações de massa trabalhadora. Os trabalhadores das grandes emprêsas são a camada politicamente mais ativa do proletariado, a mais susceptível à organização. Com o desenvolvimento econômico do País, principalmente nos anos de após-guerra, está surgindo um proletariado qualificado, nos ramos mais novos da indústria brasileira, como a siderúrgica, a automobilística, a mecânica, etc.

O proletariado industrial encarna as novas fôrças de produção, a forma de economia mais avançada, e é por essa razão o elemento mais revolucionário da sociedade brasileira.

Isto é particularmente evidente quando comparamos suas posições e métodos de luta com os de outras classes. O processo da luta revolucionária no País mostra que a classe operária é a única capaz de ser conseqüente e levar até o fim as transformações revolucionárias necessárias à renovação da sociedade brasileira.

**18** O Estado brasileiro aparece na história como Estado politicamente independente depois da extinção do jugo colonial português. Nasce então o Estado brasileiro subordinado aos interêsses dos latifundiários escravocratas. Com a abolição da escravatura e a proclamação da República, nos fins do século passado, o Estado começa a sua evolução no sentido de um Estado burguês moderno. Êste processo prossegue mais ou menos lentamente até o movimento popular de 1930, quando adquire um

novo impulso, com as reformas de caráter burguês que lhe seguiram. Entre outras reformas destacam-se a reforma eleitoral (Código de 1932), a ampliação do sistema bancário, a legislação trabalhista, o Código de Águas, etc.

Os acontecimentos de 1930 significaram um sério golpe contra o coronelismo (setor mais retrógrado dos latifundiários) e o fortalecimento das posições da burguesia no aparelho estatal.

O movimento popular de 1930 foi antecedido de modificações na estrutura econômica do País. Ao lado da antiga classe dominante foi surgindo e crescendo a burguesia industrial e, juntamente com ela, o proletariado industrial, enquanto decrescia o poderio do setor mais influente dos latifundiários, isto é, aquêle ligado à produção agrícola para o mercado exterior.

Atualmente o Estado brasileiro representa os interêsses dos latifundiários, dos setores capitalistas ligados ao imperialismo (comerciantes e industriais associados a capitais monopolistas estrangeiros), particularmente o norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. Daí surgem contradições e tipos diversos de compromissos de classe no seio do próprio Estado. Os diferentes interêsses de classe e de grupos econômico-sociais representados nos órgãos do Estado encontram pontos de contacto e de acôrdo mas, ao mesmo tempo, lutam entre si para impor determinados rumos à política estatal, chegando por vêzes a conflitos abertos, como, por exemplo, ocorreu em agôsto de 1954 e em novembro de 1955.

As fôrças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado, a burguesia e a intelectualidade pequeno - burguesa, vêm impondo um novo caminho ao desenvolvimento político do País, com o declínio da tradicional in-

fluência conservadora dos latifundiários. A tendência que predomina neste novo curso é a da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas. É claro que esta marcha sofre muitas vêzes recuos, e isto se deve principalmente ao fato de ser justamente a fôrça mais vacilante — a burguesia — a que dirige o processo. O proletariado e a pequena burguesia têm, ainda, uma ação intermitente: fazem o movimento antiimperialista e democrático avançar com maior vigor quando, em determinados momentos, compartilham da sua direção com a burguesia; outras vêzes, impotentes, deixam a liderança inteiramente com a burguesia, e nesses momentos o movimento claudica, sofre as limitações e inconseqüências da fôrça que o dirige.

Assim, a democratização do regime político do País, que tomou impulso com os acontecimentos de 1930, não teve seu caminho em linha reta, mas, enfrentando a oposição das fôrças reacionárias e pró-imperialistas, sofre, em certos momentos, retrocessos ou mesmo interrupções, como sucedeu com o Estado Novo, com o golpe de 29 de outubro de 1945, com a ofensiva reacionária de 1947 ou por ocasião dos acontecimentos de agôsto de 1954. Mas a tendência dominante é o processo de democratização. Vem-se afirmando dêsse modo, no País, a legalidade democrática, que é defendida por amplas e poderosas fôrças sociais.

A Constituição de 1946 marca uma etapa dêsse processo. Encerra traços reacionários que resultaram da correlação de fôrças existente na época de sua elaboração (após o golpe reacionário de 29 de outubro de 1945) e expressam aspectos retrógrados da estrutura econômico-social brasileira. Destacam-se, neste particular, os dispositivos que limitam extremamente as possibilidades de realização de uma reforma agrária em ampla escala. Ao mesmo tempo,

nela estão consagradas as liberdades democráticas e os direitos sociais das massas alcançados após a derrota mundial do nazi-fascismo e do Estado Novo no País: liberdade de palavra, de imprensa, de reunião e organização, restabelecimento do Parlamento e do sufrágio universal, direito de greve, etc. As massas trabalhadoras das cidades têm obtido vitórias na luta para concretizar seus direitos já consolidados em lei, como a liberdade sindical, a previdência social e outros. A democratização da vida política do País chega mesmo às zonas rurais, onde a arbitrariedade dos grandes senhores de terra é obrigada a ceder terreno. Os atentados cometidos pelos elementos reacionários do aparelho de Estado contra as liberdades democráticas chocam-se com a resistência crescente das massas na defesa das liberdades e direitos constitucionais.

O processo de democratização se reflete no Parlamento. É verdade que as fôrças reacionárias e entreguistas ainda possuem aí poderosas posições e conseguem impor decisões contrárias aos interêsses nacionais. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a aprovação do Acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos, a rejeição de diferentes projetos de lei de reforma agrária, a recusa de uma legislação social para os trabalhadores do campo, a cassação do direito de representação parlamentar para o Partido Comunista, etc. Não se pode negar, porém, que vem aumentando nas sucessivas legislaturas o número de parlamentares nacionalistas e democratas, ou apenas sensíveis à pressão dessas fôrças, integrantes dos mais variados partidos. Isto indica o aumento da influência da burguesia — principalmente do seu setor industrial — nesses partidos e a utilização do voto por grandes setores das massas, particularmente do proletariado urbano e de uma boa parte da pequena burguesia, para apoiar uma política nacionalista e democrática. Se bem que o

processo eleitoral ainda esteja submetido a restrições antidemocráticas, as massas têm conseguido influir na composição do Parlamento nacional e outras casas legislativas, tornando-os sensíveis à sua pressão, que elas exercem através de ações extraparlamentares. Dêsse modo, já se conseguiu arrancar do Poder Legislativo importantes reivindicações de caráter antiimperialista, como o monopólio estatal do petróleo (Petrobrás) e a cessação de exportação de minerais atômicos.

O Poder Judiciário e o Executivo não têm ficado à margem dêsse processo. Vários governadores eleitos no pleito de 1958 mantêm vínculos estreitos com as fôrças nacionalistas. É a isto que se devem atos como a encampação da Bond and Share no Rio Grande do Sul, ou medidas democráticas como a absolvição de comunistas em processos judiciários.

Podem-se notar também reflexos dessa tendência à democratização do Estado brasileiro no que ocorre atualmente nas Fôrças Armadas, principalmente no Exército. As tradições patrióticas e democráticas do Exército brasileiro ressurgiram e alcançaram nos últimos anos um nível mais elevado que em qualquer período anterior da vida republicana. É êste o significado do aparecimento de uma forte corrente nacionalista no seio da oficialidade, que tem sido, juntamente com a Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical e o movimento estudantil, um efetivo apoio das fôrças que resistem ao imperialismo.

O processo de desenvolvimento capitalista e a participação da burguesia no poder do Estado vêm influindo na organização dos diferentes governos do País, a partir de 1930. Mas êsse fato se acentuou depois da eleição de Getúlio Vargas, em 1950, e, mais ainda, com a eleição de Juscelino Kubitschek, em 1955. Em virtude do caráter da coligação de que surgiu, o govêrno Kubitschek tomou uma fei-

ção heterogênea, mais caracterizada do que as precedentes, tendo um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês. Sua composição é o resultado de um compromisso entre as duas alas que o integram.

As contradições existentes no seio do govêrno se manifestam em tôdas as esferas de sua atividade.

As vacilações de governos como o de Kubitschek não são apenas motivadas pela sua heterogeneidade. Traduzem igualmente a dualidade da burguesia, isto é, de um lado, a sua fisionomia revolucionária, de classe oprimida pelo imperialismo, e de outro lado sua falta de coragem para enfrentar o imperialismo e os reacionários, em virtude de sua fraqueza econômica e política e devido a não haver rompido seus laços econômicos com estas fôrças. A dualidade característica do atual govêrno poderá subsistir ainda por algum tempo e irá desaparecendo na medida em que o proletariado assumir a direção da frente única antiimperialista.

**19** O desenvolvimento econômico do País influi nos partidos políticos, que adquirem caráter mais estável e expressam mais nìtidamente classes sociais ou frações dessas classes. Ao invés de ajuntamentos ocasionais de políticos, para cujo êxito bastava a fraude eleitoral, os partidos são obrigados agora em virtude da elevação do nível político do povo brasileiro, a procurar apoio nas massas, a desenvolver trabalho constante de propaganda e de arregimentação de eleitores e adeptos.

A composição dos partidos políticos brasileiros continua sendo, em geral, extremamente heterogênea. Elementos nacionalistas existem em todos os partidos, freqüentemente em choque, dentro dos mesmos, com entreguistas e reacionários.

Fenômeno importante vem sendo o crescimento de partidos mais caracterìsticamente urbanos, que

possuem certa base popular, como o PTB, o PSP e o PSB. Ocupam, por isso, certas posições em defesa dos interêsses das massas, sendo que o PTB e o PSB já defendem plataformas nacionalistas e democráticas.

À medida que se desenvolve o capitalismo no País, diversos partidos políticos brasileiros adquirem estrutura cada vez mais nacional. Em virtude, porém, da extrema desigualdade de desenvolvimento que se verifica entre as diferentes regiões, os partidos políticos não puderam ainda superar as divergências, por vêzes agudas, que lavram entre as suas seções estaduais e até mesmo municipais. Esta característica é particularmente visível nos dois maiores partidos de tendência conservadora, o PSD e a UDN.

**20** Existem na sociedade brasileira várias organizações que exercem grande influência em sua vida econômica, política e social. Destacam-se entre elas, por sua importância, os sindicatos, a Igreja, as Fôrças Armadas, as organizações estudantis, as associações culturais e outras. Estas organizações participam, de uma forma ou de outra, da vida política da Nação.

Os sindicatos são dentre estas organizações as mais importantes. Existiam mais de 900 mil trabalhadores sindicalizados em 1957. Sua influência indiscutível sôbre a vida da Nação é um índice da atividade política crescente das massas trabalhadoras brasileiras. Em determinados momentos, como, por exemplo, em agôsto de 1954, obrigaram, com a sua ação, a balança política a pender para o lado da democracia e do nacionalismo.

O movimento sindical foi influenciado, em seu início, por concepções economistas e reformistas e, mais tarde, em boa parte, por uma ideologia confusa, um misto de anarquismo e comunismo utópi-

co. Depois da vitória da Revolução Socialista de 1917, o movimento operário brasileiro e, em conseqüência, o movimento sindical, começa a ser influenciado pelas idéias marxistas. Depois de 1930, com o crescimento do proletariado industrial e o incremento da luta de classes no País, as classes dirigentes brasileiras iniciam grandes esforços (principalmente com a criação do Ministério do Trabalho) para colocar o movimento sindical sob sua direção. Êste trabalho dá frutos, e se fortalece em conseqüência a corrente reformista no movimento sindical, ao lado da corrente revolucionária. Os anos de Estado Novo ajudaram a reforçar a influência reformista nos sindicatos. Com a democratização do País, ao terminar a Segunda Guerra Mundial, a vida sindical brasileira ganha novo ímpeto e torna-se mais nítida a linha divisória entre as tendências reformistas e as revolucionárias. Hoje os sindicalistas revolucionários continuam a manter nos sindicatos fortes posições, porém não são menos fortes as posições dos reformistas. A pressão de baixo, em momentos de luta sindical acesa, tem ajudado a conjugar esforços em tôrno de ações concretas.

Uma das principais deficiências da vida sindical brasileira — e uma de suas características — é a quase inexistência de atividade sindical dentro da emprêsa. São aspectos positivos a tendência à unidade e a grande sensibilidade às questões políticas de interêsse nacional. O movimento sindical, nesse sentido, já definiu sua posição favorável à manutenção do monopólio estatal do petróleo, pela defesa da indústria nacional contra a concorrência imperialista, pelo reatamento de relações diplomáticas com todos os países socialistas, em favor das reivindicações das massas camponesas, etc.

A Igreja Católica — a maior religião do País — é uma das fôrças mais ativas da vida política e social brasileira. A Igreja, que com a proclamação

da República foi separada do Estado, nunca perdeu de todo o contrôle de certos setores do aparelho de Estado. Tem crescido, no período mais recente, a sua participação nas atividades educacionais. Sua influência se exerce nos meios sindicais e entre os camponeses. Nos últimos tempos nota-se, principalmente por parte da alta hierarquia eclesiástica, uma tentativa aberta de aumentar sua interferência nos assuntos do Estado.

Embora a Igreja de um modo geral seja uma fôrça reacionária, obscurantista, não se pode deixar de reconhecer que existem nela setores liberais, alguns elementos nacionalistas, principalmente entre o clero mais humilde ligado ao povo e no seio da intelectualidade católica.

IV

## As contradições da sociedade brasileira e o caráter da atual etapa da revolução

**21** No estádio atual do seu desenvolvimento econômico, social e político, a sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as fôrças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, com as relações de produção pré-capitalistas nêle baseadas, o que se expressa, em têrmos de classe, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas. As duas contradições fundamentais são agravadas pelo desenvolvimento da economia nacional, em particular pelo processo de industrialização, exigindo solução na presente etapa histórica da sociedade brasileira, a fim de que esta possa avançar firmemente por um caminho independente e progressista.

Na sociedade brasileira atuam outras contradições, como aquelas que se verificam entre o proletariado e a burguesia, entre esta e os latifundiários, entre grupos regionais das classes dominantes, entre grupos vinculados a diferentes potências imperialistas.

Sendo inerente ao desenvolvimento capitalista, a contradição entre o proletariado e a burguesia ganha importância à medida em que se expandem

as relações capitalistas, em que cresce e se concentra a classe operária, em que se fortalece a burguesia. A contradição entre o proletariado e a burguesia tem caráter antagônico e se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige solução radical na etapa atual, uma vez que, nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista possui ainda caráter progressista.

**22** A revolução no Brasil, na sua atual etapa, é antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. São suas tarefas essenciais: a inteira libertação econômica e política da dependência com relação ao imperialismo, o que exige a eliminação da exploração dos monopólios estrangeiros, principalmente norte-americanos; a transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe; o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional em tôdas as suas esferas; a democratização radical da vida política, a fim de que venha a refletir, em primeiro plano, as reivindicações das grandes massas trabalhadoras e populares.

A revolução brasileira tem por conseguinte, na sua atual etapa, objetivos de caráter nacional e objetivos de caráter democrático. Tais objetivos suscitam correntes particulares e movimentos específicos, mas estas correntes e movimentos se entrelaçam e tendem a fundir-se num só caudal revolucionário, à medida em que crescem as fôrças capazes de realizar as tarefas básicas da revolução. Dentro das condições peculiares ao nosso país, desenvolveu-se mais ràpidamente a corrente antiimperialista, mas esta se amplia e fortalece em vinculação com os movimentos de natureza democrá-

tica e popular, como os movimentos pela reforma agrária, pela extensão das liberdades democráticas, pela elevação constante do nível de vida das massas. Entre tôdas as fôrças revolucionárias, é a classe operária aquela mais capaz de unificar as correntes antiimperialistas e democráticas e dar-lhes orientação conseqüente.

**23** Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento independente e progressista da Nação, quer no plano econômico como no político, entra em choque, em primeiro lugar, com a exploração imperialista norte-americana. É a situação de dependência com relação ao imperialismo norte-americano que constitui hoje o principal obstáculo à plena utilização dos recursos internos para um desenvolvimento econômico independente, sem as deformações inevitàvelmente oriundas daquela dependência. Ao mesmo tempo, a sistemática ingerência do govêrno de Washington nos negócios de nossa Pátria representa permanente obstáculo ao processo de democratização e à aplicação de uma política exterior consentânea com os interêsses nacionais, desvinculada dos laços de subordinação ao Departamento de Estado. O imperialismo norte-americano constitui ponto de apoio e fonte de estímulo para as fôrças mais reacionárias e obscurantistas dentro do País.

Nestas condições, a contradição que se aprofunda, entre a nação brasileira em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos, tornou-se a contradição principal, dominante, na sociedade brasileira. Em conseqüência, os objetivos nacionais da revolução adquiriram caráter primordial.

O golpe principal das fôrças nacionais, progressistas e democráticas se dirige, por isto, atualmente, contra o imperialismo norte-americano e os agentes entreguistas que o apóiam. A luta pela emancipação

nacional constitui a tarefa principal do povo brasileiro. Cada passo à frente na realização desta tarefa contribuirá para abrir caminho também à solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática em nosso país.

As diferentes contradições, que a sociedade brasileira encerra, não atuam em compartimentos estanques, mas se relacionam e influenciam de múltiplas maneiras, unidas tôdas por um mesmo fator, isto é, pelo desenvolvimento econômico em processo no País. Dentro do complexo atual de condições nacionais e internacionais, o desenvolvimento econômico dá à contradição antiimperialista o caráter principal, dela fazendo depender a solução de tôdas as demais contradições, que, assim, adquirem caráter de subordinadas. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico aprofunda também a contradição agrária, pondo em relêvo a necessidade de urgentes transformações na estrutura da propriedade da terra. Em determinadas circunstâncias, aprofundam-se outras contradições, em especial a contradição entre o proletariado e a burguesia, sem que se coloque, porém, a questão da sua solução final na etapa em curso.

O condicionamento recíproco das diferentes contradições permite incrementar o potencial das fôrças revolucionárias e conquistar novas posições na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos.

**24** Das contradições fundamentais da atual etapa histórica, antes de tudo da contradição que assumiu o caráter de principal, decorre a disposição das fôrças de classe dentro do País.

A fim de manter e ampliar suas posições no Brasil, o imperialismo norte-americano conta com o apoio de setores de latifundiários e de capitalistas,

os quais, por sua vez, apóiam-se nos monopólios estrangeiros para assegurar seus privilégios.

Em vinculação comercial e financeira com os monopólios dos Estados Unidos se encontra grande parte dos latifundiários que vende a sua produção no mercado exterior e depende daqueles monopólios para dar escoamento aos seus produtos. Embora entre êste setor de latifundiários e os monopólios norte-americanos também se verifiquem contradições secundárias, especialmente no que se refere aos preços em dólares dos produtos de exportação, a desvalorização cambial da moeda brasileira tem sido tradicionalmente utilizada como pára-choque dessas contradições.

O setor da burguesia, que realiza uma política favorável ao imperialismo norte-americano, é constituído de capitalistas associados a emprêsas dos Estados Unidos que operam em nosso país, de elementos do capital bancário e comercial, especialmente grandes comerciantes e intermediários diversos, que atuam na esfera do comércio exterior, e de tôda uma variedade de testas-de-ferro, políticos, administradores e publicistas vendidos aos inimigos do povo brasileiro.

Êstes setores constituem as fôrças entreguistas que, dentro e fora dos órgãos do Estado, empenham-se em manter e agravar a situação de dependência com relação ao imperialismo norte-americano. Embora minoria verdadeiramente ínfima, dispõem de influência política e de fortes posições que utilizam para causar dano aos interêsses nacionais.

Ao inimigo principal da nação brasileira se opõem, porém, fôrças muito amplas. Estas fôrças incluem o proletariado, lutador mais conseqüente pelos interêsses gerais da Nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura agrária retrógrada que tem apoio na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir suas ativi-

dades em virtude dos fatôres de atraso do País; a burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional. Incluem, também, em determinadas circunstâncias, os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em tôrno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas no mercado interno bem como os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por êstes últimos.

**25** Acelerado, nas duas últimas décadas, pela acumulação interna, o desenvolvimento capitalista amadurece na sociedade brasileira a necessidade de transformações radicais.

O desenvolvimento capitalista tem-se adaptado até agora, no fundamental, à dependência imperialista e ao monopólio da terra. Seguindo êste curso, o desenvolvimento capitalista tende a conservar os fatôres que impedem a plena expansão das fôrças produtivas, acumula deformações e acentua as desigualdades, o que conduz a agravar as privações e os sacrifícios impostos às massas trabalhadoras. Êste é, sem dúvida, o caminho mais penoso do desenvolvimento capitalista, que não leva à solução das contradições fundamentais do atual processo histórico. Êste caminho é, entretanto, inevitável enquanto na direção do País prevalecer a orientação dos conciliadores e dos entreguistas.

Um outro curso não só é possível, como cada vez mais necessário. Ao contrário da adaptação à dependência imperialista e ao monopólio da terra, êste outro curso pode e deve alcançar as reformas de estrutura que conduzam às transformações radicais requeridas pela sociedade brasileira na sua etapa

histórica presente. A efetivação dêste curso de desenvolvimento independente e progressista não se dará espontâneamente, mas só pode ser o resultado da luta de uma frente de fôrças sociais, que siga uma direção antiimperialista e democrática conseqüente, cada vez mais refletida no plano da ação estatal e capaz de dar origem a um novo poder político.

A questão da hegemonia do movimento antiimperialista e democrático constitui, por conseguinte, questão decisiva. Por sua natureza de classe, pela completa correspondência que existe entre os seus interêsses específicos e os interêsses gerais da Nação, pela sua identificação não só com as necessidades presentes como também com as necessidades futuras da sociedade brasileira, é o proletariado a única fôrça capaz de imprimir orientação revolucionária inteiramente conseqüente ao movimento antiimperialista e democrático. O interêsse do proletariado consiste em que a revolução nacional e democrática se desenvolva ininterruptamente, adquira a máxima amplitude e profundidade, em que venha a ser uma revolução democrático-burguesa de novo tipo, parte integrante da revolução socialista mundial. Para que isto aconteça, é indispensável a hegemonia do proletariado na frente revolucionária e a conquista de um poder das fôrças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado.

Uma vez completadas, nos seus aspectos essenciais, as tarefas da revolução nacional e democrática, a hegemonia do proletariado será também a condição política fundamental que deverá assegurar a transição ao socialismo, objetivo não imediato, porém final, da classe operária brasileira.

Sòmente no socialismo, o povo brasileiro encontrará não apenas a sua definitiva emancipação nacional como a completa libertação social, o pleno florescimento de suas fôrças produtivas, o caminho aberto

para o máximo ascenso do bem-estar material, da vida democrática e do desenvolvimento da cultura espiritual.

V

## A frente única nacionalista e democrática

**26** O desenvolvimento independente e progressista no País exige a criação de uma fôrça social capaz de realizar as transformações de estrutura possíveis e necessárias e de modificar simultâneamente a correlação de fôrças políticas no País. Nenhuma classe ou camada social, isoladamente, pode vencer a resistência das fôrças interessadas na conservação da dependência do País aos monopólios ianques e na manutenção do monopólio da terra. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias antiimperialistas e democráticas parciais só puderam ser obtidas pela atuação em frente única de várias fôrças interessadas na emancipação e no progresso do País. A aliança destas fôrças resulta, portanto, de uma exigência da própria situação objetiva.

Em vista da existência de objetivos nacionais e democráticos na luta atual do povo brasileiro, são extremamente diversas quanto ao seu caráter de classe as fôrças sociais que podem ser mobilizadas. Incluem o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a intelectualidade, a burguesia e, em certas circunstâncias, setores de latifundiários e grupos capitalistas ligados a monopólios imperialistas rivais dos consórcios norte-americanos. Tôdas essas fôrças possuem motivos para se unirem contra a

política de submissão ao imperialismo norte-americano, embora sua conseqüência na luta antiimperialista não possa ser a mesma. Ao lado disso, existem, igualmente, entre elas interêsses diversos e por vêzes contraditórios.

A preponderância do fator nacional confere a maior amplitude à frente única, do ponto de vista da sua composição de classe. Dela podem participar fôrças que estão interessadas, em grau variável, nas tarefas nacionais do movimento revolucionário, conquanto mantenham posição conservadora em face das transformações sociais de caráter democrático, notadamente no que tange à questão agrária. De outro lado integram a frente única fôrças que têm por objetivo, além da libertação nacional, a realização de transformações democráticas radicais. Pelo conteúdo das modificações que visa a introduzir na sociedade brasileira e pela natureza das fôrças que a integram, a frente única pode ser caracterizada como uma frente nacionalista e democrática.

A frente única vem-se formando em processo complexo de aglutinação das diversas classes e camadas interessadas nas tarefas revolucionárias.

Na fase atual do processo de sua formação, a frente única não constitui uma organização que abranja tôdas as fôrças antiimperialistas e democráticas, nem se propõe ainda a realização completa dos objetivos revolucionários. A frente única se desenvolve e se fortalece, por enquanto, na luta por objetivos nacionais e democráticos de caráter parcial. Manifesta-se nas múltiplas formas concretas de atuação ou de organização em comum que surgem no País, por iniciativas de diferentes origens e de acôrdo com as exigências da situação. Entre estas formas, a mais importante atualmente é o movimento nacionalista. Seu desenvolvimento expressa um grau mais elevado de unidade e ampliação das fôrças antiimperialistas. Constitui um fato novo na vida

do País, resultante não só de fatôres objetivos, entre os quais o desenvolvimento do capitalismo, que agravou a contradição entre a Nação e o imperialismo e fortaleceu as posições da burguesia, como também das lutas patrióticas de massas, que se travaram durante muitos anos com a participação combativa do proletariado e do Partido Comunista.

O movimento nacionalista agrupa setores de diversas classes e camadas, atrai entidades, partidos, correntes e personalidades da mais variada condição social e orientação política. Dêle participam grande número de parlamentares dos mais diversos partidos, governistas ou oposicionistas, que unificam sua ação na Frente Parlamentar Nacionalista; setores influentes das Fôrças Armadas, particularmente da oficialidade do Exército; a maior parte do movimento sindical; a parte mais organizada e combativa do movimento estudantil; grupos representativos da indústria; numerosos representantes da intelectualidade. O movimento nacionalista vem exercendo influência no sentido de elevar a consciência antiimperialista das massas.

As ações unitárias das fôrças nacionalistas se desenvolvem na luta por soluções de interêsse comum: defesa do petróleo e das riquezas nacionais, contrôle e regulamentação do capital estrangeiro, ampliação do comércio exterior ao mercado socialista, proteção à indústria nacional, política de câmbio favorável ao desenvolvimento independente do País, assim como por mudanças na política e na composição do govêrno, num sentido nacionalista e democrático. O movimento nacionalista progride, por conseguinte, à medida em que se acentua a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, acelerando o processo de polarização de fôrças e a tendência ao agrupamento dos setores nacionalistas contra os grupos entreguistas.

Ainda não foi atingido, entretanto, um grau de unidade que permita a coordenação efetiva das fôrças patrióticas e democráticas no plano da organização. O movimento nacionalista é, por isso, em certo grau, fluido e disperso, composto de diferentes correntes e tendências que se unem em certos momentos em tôrno de questões concretas, porém não seguem um plano unificado de ação nem mesmo possuem uma plataforma comum.

Caracteriza-se também o movimento nacionalista pelo fato de que, contando com a simpatia de grandes massas trabalhadoras e populares, estas ainda participam pouco ativamente de suas lutas. Grandes camadas do povo não sentem até agora uma relação profunda entre os seus interêsses vitais e as soluções de caráter geral que êsse movimento preconiza. Essas debilidades se relacionam com o estádio incipiente em que se encontra o processo de frente única e com o fato de que na sua direção não se acham ainda as fôrças mais conseqüentes e mais ligadas ao povo.

**27** Sendo inevitàvelmente heterogênea, a frente única nacionalista e democrática encerra contradições. Por um lado, há interêsses comuns e, portanto, há unidade. Êste é um aspecto fundamental e explica a necessidade de reunir fôrças as mais diversas, não obstante existirem divergências entre os seus componentes. Por outro lado há interêsses contraditórios e, portanto, há luta. As fôrças sociais integrantes da frente única se opõem no terreno de certas questões, cada qual se esforçando por fazer prevalecer seus interêsses e pontos de vista.

As contradições se manifestam, em primeiro lugar, no terreno da luta pela emancipação nacional. Certas fôrças da frente única se opõem ao imperialismo não por motivos circunstanciais, mas por interêsses antagônicos: o proletariado, os camponeses, a pequena

burguesia urbana e a maioria da burguesia. Outras fôrças, ainda que se choquem também com o imperialismo e possam participar da frente única, em determinadas circunstâncias, o fazem por motivos de ordem secundária ou transitória. Estas fôrças incluem setores de latifundiários e da burguesia que constituem a ala mais vacilante da frente única, inclinada à conciliação e aos compromissos com o inimigo.

Outra ordem de contradições se verifica em relação às reivindicações democráticas. Importantes fôrças são partidárias de transformações democráticas radicais, tais como a reforma agrária e a completa democratização do regime político: a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia, parte da burguesia. Uma ala da burguesia, embora admita em certa medida as transformações democráticas, adota posição vacilante em relação à reforma agrária e busca uma conciliação com os latifundiários. Há, finalmente, fôrças da frente única que se opõem às transformações democráticas: os setores de latifundiários e capitalistas que, embora mantendo posições nacionalistas, desejam conservar a estrutura agrária atual e preconizam um regime político reacionário.

Uma das principais contradições da frente única é a que existe entre o proletariado e a burguesia. Estas classes se aliam em tôrno do objetivo comum de lutar pelo desenvolvimento independente do País, contra a dominação imperialista, mas tal aliança não elimina os interêsses divergentes que opõem a burguesia ao proletariado.

A burguesia brasileira, como classe exploradora nas condições de um país dependente do imperialismo, possui uma natureza contraditória: se, de um lado, encerra um potencial revolucionário e participa da luta antiimperialista, de outro lado, quando não consegue resistir à pressão imperialista, procura salvar seus interêsses mediante acôrdos e concessões

ao inimigo. Empenhando-se em recolher para si todos os frutos do desenvolvimento econômico, a burguesia intensifica a exploração das massas trabalhadoras e lança sôbre elas o pêso das dificuldades que o País atravessa. A fim de resistir ao imperialismo e fortalecer suas posições políticas, necessita apoiar-se nas massas e pode, em certa medida, estimular a ação das massas. Temerosa, porém, de que a luta independente do proletariado ameace os seus interêsses de classe exploradora, procura restringir o movimento de massas e mantê-lo nos limites convenientes aos seus objetivos. A burguesia é, por tudo isso, uma fôrça revolucionária inconseqüente, que vacila e tende aos compromissos com os setores entreguistas e reacionários.

O proletariado é a fôrça mais firme e conseqüente da frente única, a mais interessada na libertação nacional e em profundas transformações democráticas que abram caminho ao desenvolvimento independente do País e ao progresso social. A fim de assegurar um curso conseqüente à revolução, a classe operária deve aliar-se à burguesia e a outras camadas revolucionárias, mas, simultâneamente, lutar contra as tendências conciliadoras e antidemocráticas dessas classes. Ao mesmo tempo que pugna pela causa comum de tôdas as fôrças que se opõem à exploração imperialista norte-americana, o proletariado defende seus interêsses específicos e os das vastas massas trabalhadoras e populares, desenvolve a luta de classes contra os exploradores da cidade e do campo, e bate-se por amplas liberdades democráticas que facilitem a ação independente das massas, objetivando dêsse modo reforçar as posições do setor mais conseqüente e firme da frente única. O proletariado só pode fortalecer-se como classe, organizar-se e adquirir consciência revolucionária se, ao lado da luta pelos interêsses gerais da Nação, travar a luta de classes contra a burguesia. Tendo em vista impedir

que as vacilações da burguesia atinjam suas fileiras e assegurar uma direção firme ao movimento revolucionário, o proletariado deve salvaguardar, dentro da frente única, sua independência ideológica, política e organizativa, condição essencial para que possa assumir a hegemonia do movimento e conduzi-lo à realização conseqüente dos objetivos antiimperialistas e democráticos, criando assim as premissas para a transição ao socialismo.

A luta dentro da frente única é diferente, por princípio, da luta que as fôrças da frente única travam contra o imperialismo norte-americano e os grupos entreguistas. Enquanto neste último caso o objetivo consiste em isolar o inimigo principal da Nação e derrotá-lo, a luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia nem romper a aliança com ela. Ao contrário, visa a impulsionar a própria burguesia no sentido de uma posição mais conseqüente contra o imperialismo norte-americano, forçando-a a buscar para as suas dificuldades outra saída que não seja o aumento da exploração dos trabalhadores ou a conciliação com os imperialistas, e aumentando, dêsse modo, a coesão da frente única. Por se travar entre fôrças aliadas, esta luta deve ser conduzida de forma adequada, tendo-se sempre em vista que as contradições internas da frente única estão subordinadas objetivamente à contradição principal, que opõe a Nação ao imperialismo norte-americano. Assim, as contradições de interêsses e divergências de opiniões dentro da frente única, embora não devam ser ocultadas e venham a causar atritos, podem ser abordadas e tratadas sem romper a unidade.

O inimigo empreende os maiores esforços para impedir ou dificultar a unificação das fôrças nacionalistas e democráticas, procurando criar uma atmosfera de suspeitas recíprocas, agitando o espantalho da ameaça comunista e tentando dividir aquelas

fôrças, com o objetivo de enfraquecê-las e derrotá-las por separado. Suas maquinações diversionistas precisam ser desmascaradas a fim de que sejam subtraídas à sua influência tôdas as fôrças que estão equivocadas e podem ser neutralizadas ou tornar-se aliadas, mesmo temporárias e inconseqüentes.

**28** Na luta pela ampliação e fortalecimento da frente única desenvolvem-se as suas contradições internas, principalmente em tôrno da direção (hegemonia) do movimento revolucionário.

À medida que se aprofunda a luta antiimperialista e democrática e se colocam diante da frente única objetivos mais radicais, certos setores se inclinam a compromissos antinacionais e antipopulares. Com a finalidade de impulsionar o movimento, as fôrças mais conseqüentes da frente única denunciam as hesitações dos setores conciliadores e lutam para anular sua influência, assumindo, assim, gradualmente, a vanguarda da luta antiimperialista e democrática e imprimindo-lhe um caráter mais firme.

O fortalecimento e a ampliação da frente única, sua transformação num poderoso movimento de massas, relacionam-se com o desenvolvimento em seu seio das correntes que pugnam, ao lado das soluções nacionalistas, pelas transformações democráticas. Uma justa relação entre os problemas gerais da Nação e os interêsses vitais das massas é condição essencial para alargar e reforçar as bases da frente única, mediante a participação ativa das massas trabalhadoras e populares. À medida que estas se incorporam ao movimento revolucionário, torna-se mais fácil combater os setores conciliadores e infundir conseqüência à luta.

A firmeza do movimento antiimperialista e democrático depende, em última instância, de quem exerce a sua direção. As vacilações, o caráter inconseqüente de que se ressente o movimento nacionalista no Bra-

sil. na fase atual, decorrem de que à sua frente se encontram setores burgueses e pequeno-burgueses. Ele só poderá adquirir conseqüência à medida em que fôr encabeçado pela classe operária, sob a direção de sua vanguarda comunista.

Os comunistas de modo algum condicionam sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento. Trabalham para que as fôrças anti-imperialistas e democráticas, principalmente as grandes massas da cidade e do campo, aceitem a direção do proletariado, uma vez que esta direção é, do ponto de vista histórico, a única capaz de dar à frente única firmeza e conseqüência política. A conquista da hegemonia do proletariado é, porém, um processo de luta árduo e paulatino, que avança na medida em que a classe operária forja sua unidade, estabelece laços de aliança com os camponeses e com as camadas médias e defende de modo acertado os interêsses comuns de tôdas as fôrças que participam da frente única. A direção do movimento irá passando às mãos da classe operária na medida em que os elementos conciliadores forem sendo desalojados pelas suas atitudes de compromisso em relaçao ao inimigo e as massas se convencerem, por sua própria experiência, de que sòmente o proletariado, sob a direção do Partido Comunista, é capaz de conduzir vitoriosamente até o fim a luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas.

**29** O fortalecimento da frente única e a conquista dos objetivos revolucionários dependem, em grande medida, da atividade do Partido Comunista. Os comunistas devem ser um fator por excelência unitário *dentro da frente* única nacionalista e democrática. Por isso, não condicionam sua permanência na frente única à total aceitação de suas opiniões. Os participantes da frente única poderão aceitar essas opiniões sòmente como resultado

de sua justeza, de sua fôrça persuasiva e, acima de tudo, de sua comprovação pela experiência política concreta. Defendendo firmemente suas opiniões, os comunistas consideram que, na medida em que forem justas, elas acabarão sendo aceitas pelas massas e pelos aliados, vindo a prevalecer dentro da frente única através de processos democráticos.

Os comunistas não são exclusivistas e encaram com espírito autocrítico sua própria atividade. Ao mesmo tempo que criticam as opiniões errôneas expendidas por outras fôrças da frente única, aceitam e valorizam as suas opiniões corretas.

**30** A experiência demonstra que, na fase atual do movimento revolucionário, o grau de unidade atingido pelas fôrças nacionalistas e democráticas não permite reuni-las em uma organização única, embora não esteja excluído que isto ocorra no futuro. A diversidade das correntes e tendências nacionalistas, que se identificam por certos objetivos comuns, mas se distinguem por posições ideológicas e políticas diferentes, tem levado ao malôgro as tentativas de adotar formas rígidas de organização e direção. É possível, porém, estabelecer desde já uma coordenação das diferentes fôrças que compõem o movimento nacionalista, em tôrno de objetivos comuns, salvaguardadas as características próprias de cada corrente. No momento atual, essa coordenação pode ser efetuada por várias formas, indicadas pela experiência, ao mesmo tempo que se desenvolve cada uma das correntes que constituem a frente única.

a) A unidade da classe operária é condição básica para que ela possa desempenhar o papel dirigente no movimento antiimperialista e democrático. Esta unidade se processa, fundamentalmente, através do movimento sindical, em cujas fileiras se associam os trabalhadores para a luta por suas reivindicações econômicas e sociais. Os sindicatos e demais organi-

zações profissionais não devem servir a objetivos que dividam os operários, mas constituir instrumentos da unidade de ação dos trabalhadores de tôdas as tendências ideológicas e políticas que atuam no movimento sindical e dos trabalhadores ainda desorganizados e sem filiação partidária, que constituem a maioria.

A fim de obter a unidade de ação, é necessário utilizar as conquistas da legislação social vigente e procurar concretizá-la e aperfeiçoá-la, influindo sôbre o Parlamento com pressão de massas para conseguir a aprovação de novas leis. Os comunistas atuam na organização sindical existente e utilizam a Consolidação das Leis do Trabalho, procurando unir e organizar os trabalhadores na luta por suas reivindicações.

A unidade só terá bases sólidas e duradouras se o movimento sindical contar com a participação ativa das massas trabalhadoras, se não fôr um movimento apenas de cúpula. A organização dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho, nas emprêsas, é o passo decisivo para estreitar os laços entre os sindicatos e a massa de associados, bem como para organizar as massas ainda não sindicalizadas. Uma preocupação constante deve ser também a organização sindical das categorias de trabalhadores ainda desorganizados.

O movimento sindical se desenvolve à medida em que se fortalece a unidade de ação dos trabalhadores nos sindicatos, federações e confederações. Devido à inexistência de uma estrutura sindical de tipo horizontal, os pactos, conselhos e outras formas de acôrdos intersindicais desempenham importante papel na coordenação das lutas do proletariado. Tais formas de acôrdos intersindicais não podem, porém, ser colocadas em contraposição à atual estrutura sindical existente no País, nem servir de pretexto para desviar o movimento sindical dos sindicatos e fede-

rações e confederações. Ao contrário, os pactos intersindicais, para cumprir plenamente seu papel unitário, devem contribuir, sem qualquer exclusivismo, para que sejam encontradas as formas de organização que permitam coordenar melhor o movimento operário dentro da estrutura sindical legal. Atuando nos quadros dessa estrutura, o proletariado vem criando formas intersindicais de organização e, no curso de suas lutas, conseguirá aperfeiçoar a estrutura de tipo vertical, coroando-a com a instituição legal da forma horizontal de organização desde o município e o Estado até a central unitária que será a expressão da unidade nacional dos trabalhadores, meta para a qual deve marchar o movimento operário brasileiro.

Ao mesmo tempo que pugna pelos seus objetivos específicos, o movimento operário está chamado a desempenhar um papel da maior relevância na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas. Além da defesa dos interêsses profissionais dos trabalhadores, cabe às organizações sindicais assumir uma posição cada vez mais ativa em defesa dos interêsses nacionais e integrar-se no movimento antiimperialista, exercendo pressão na esfera parlamentar e governamental e participando de iniciativas conjuntas com outros setores nacionalistas e democráticos.

b) Os camponeses e assalariados agrícolas constituem a massa mais numerosa da Nação e representam uma fôrça cuja mobilização é indispensável ao desenvolvimento conseqüente das lutas do povo brasileiro. Entretanto, o movimento camponês se ressente de grande atraso e é muito baixo o seu nível de organização. A fim de impulsionar a organização das massas do campo, é necessário atribuir uma atenção primordial aos assalariados e semi-assalariados agrícolas. Em virtude de sua condição social de proletários ou semiproletários, como também de

seu grau de concentração, os assalariados rurais são mais suscetíveis de organizar-se em sindicatos, que podem constituir as bases iniciais para a mobilização das massas camponesas. Esta mobilização exige, igualmente, que se parta das condições atuais do movimento camponês e se tome por base as reivindicações mais imediatas e viáveis como a baixa das taxas de arrendamento, a prorrogação dos contratos, a garantia contra os despejos, o pagamento do salário mínimo, a legitimação das posses, etc., não devendo ser propostas, no trabalho prático, palavras de ordem que ainda não encontram condições maduras para a sua realização. Também no campo, a prática demonstra que a atuação através de formas legais de luta e de organização é aquela que permite às massas alcançarem êxitos, devendo ser estudadas e adaptadas às condições de cada região as experiências das ligas camponesas, associações rurais e cooperativas, bem como impulsionada a organização dos assalariados e semi-assalariados agrícolas em sindicatos. No processo de associação dos assalariados rurais e dos camponeses é de grande importância a defesa jurídica dos direitos que lhes são assegurados. A ação das massas camponesas é indispensável para vencer a resistência dos latifundiários no Parlamento e conquistar a aprovação de leis que atendam aos seus interêsses, inclusive a elaboração de uma legislação trabalhista adequada ao campo. Em tôrno da reforma agrária, necessidade hoje nacionalmente reconhecida pelas fôrças do mais variado caráter, cumpre aos comunistas elevar sua atividade entre as massas rurais. A reforma agrária deve tornar-se bandeira dos próprios camponeses, o que coloca em primeiro plano a questão das formas de sua mobilização e organização, a fim de que avancem por sua própria experiencia política.

A aliança do proletariado urbano com as massas trabalhadoras do campo é condição básica para que

êle possa imprimir ao movimento revolucionário uma direção firme. Os comunistas devem contribuir para que a classe operária, através de suas organizações, estreite seus laços com os camponeses, ajudando-os na realização de conferências e congressos, na organização de associações e cooperativas, na luta pelo reconhecimento dos sindicatos de trabalhadores agrícolas por parte do Ministério do Trabalho e, em geral, na conquista de reivindicações econômicas e sociais.

c) As camadas médias urbanas são extremamente sensíveis às reivindicações nacionalistas e democráticas. Os pequenos negociantes, o funcionalismo civil e militar, os empregados no comércio e outros setores da pequena burguesia podem constituir uma fôrça ativa do movimento nacionalista, quer através de sua organização específica, quer participando de organizações de frente única.

Papel de particular destaque cabe à intelectualidade que, em sua grande maioria, é partidária do progresso e da emancipação nacional. A unidade dos intelectuais de diversas tendências políticas e ideológicas pode ser alcançada em tôrno de objetivos comuns como a defesa da cultura nacional e de seu desenvolvimento, a preservação e ampliação das liberdades democráticas, a salvaguarda dos interêsses éticos e profissionais dos intelectuais.

d) Como setor mais combativo da intelectualidade, o movimento estudantil tem um papel do maior relêvo nas lutas do povo brasileiro. A unidade dos estudantes das mais diversas tendências doutrinárias e políticas é fator essencial para o fortalecimento das organizações estudantis universitárias e secundárias, que constituem baluarte da frente única nacionalista e democrática. A fim de fortalecer esta unidade e ampliar o caráter de massas do movimento estudantil, é necessário combinar a ação política com a defesa das reivindicações específicas dos estudan-

tes, com a luta pela solução dos problemas culturais, econômicos e sociais que afetam a juventude.

A experiência tem demonstrado a viabilidade e a conveniência das ações unitárias de operários e estudantes em tôrno de questões de interêsse geral, quer na luta antiimperialista, quer nos movimentos contra a carestia. Estas ações devem ser estimuladas, desde que representam formas práticas de aliança do proletariado com os setores mais combativos da pequena burguesia e da intelectualidade.

e) Um dos órgãos mais destacados da frente única, a Frente Parlamentar Nacionalista, inclui setores de todos os partidos, sejam governistas ou oposicionistas. O movimento antiimperialista deve ter como objetivo fortalecê-la e transformá-la num bloco parlamentar majoritário capaz de obter soluções nacionalistas por via legislativa. Para isto, devemos orientar a nossa atividade na frente única no sentido de levar a FPN a manter uma posição de independência em face do govêrno e da oposição e ater-se ao seu programa, evitando tornar-se instrumento de manobras particularistas. Sôbre todos os setores da frente única recai a responsabilidade de lutar pelo fortalecimento e ampliação da FPN. Um dos principais meios para atingir tais objetivos é a ação extraparlamentar da FPN, que necessita obter maior apoio de massas nos sindicatos, na população rural, no movimento estudantil, na intelectualidade e em outros setores. A extensão da FPN aos Estados e Municípios, mediante a constituição de blocos nacionalistas nas assembléias legislativas e nas câmaras municipais, é uma iniciativa que a experiência tem revelado positiva para o fortalecimento da luta antiimperialista.

f) O desenvolvimento da frente única e de suas ações políticas de massas exige a constituição de coligações ou a realização de acôrdos entre diretórios, alas e personalidades dos partidos políticos para a

luta conjunta por reivindicações nacionalistas e populares no âmbito nacional, estadual e municipal, dentro ou fora dos períodos eleitorais. Estimulando estas iniciativas e delas participando, os comunistas estão sempre dispostos a marchar ombro a ombro com os elementos e as alas nacionalistas que existem, em maior ou menor proporção, em todos os partidos políticos, em tôrno de objetivos patrióticos e democráticos.

g) Algumas associações patronais, sobretudo as Federações das Indústrias, manifestam sensibilidade a muitas soluções de caráter nacionalista, podendo ser atraídas às ações de frente única. Com a participação de tais organizações é possível promover iniciativas em defesa da indústria nacional, por medidas econômicas e financeiras de caráter nacionalista, pela ampliação do comércio exterior à área socialista, etc. As justas reivindicações nacionalistas da burguesia, apresentadas por essas organizações, devem receber apoio de massas dos operários, dos estudantes e de outros setores da frente única, a fim de impulsionar a burguesia nacionalista no sentido de uma resistência mais firme ao imperialismo norte-americano e seus agentes.

# VI

## O caminho para um poder das fôrças antiimperialistas e antifeudais

**31** A frente única nacionalista e democrática incrementa o seu poderio à medida em que luta por soluções positivas para os problemas colocados na ordem-do-dia, realizando-as na proporção de suas fôrças e das condições favoráveis de cada momento. A exigência dessas soluções positivas para os problemas brasileiros conduz à necessidade de um govêrno capaz de aplicar com firmeza, em tôdas as esferas da política interna e exterior, a orientação de emancipação e progresso reclamada pelo nosso povo.

Em decorrência da coligação de que se originou, o govêrno do Sr. Juscelino Kubitschek tomou um caráter heterogêneo, que conserva até hoje. Em sua composição, figura um setor nacionalista burguês ao lado de um setor entreguista. Nesta composição contraditória, nacionalistas e entreguistas possuem entre si, conforme os problemas, relações de compromisso, de conciliação, e também de oposição. A predominância de elementos de um ou de outro setor, variável conforme os diversos fatôres da conjuntura econômica e política, determina a orientação do govêrno em seu conjunto diante de cada questão.

Apesar de alguns aspectos antiimperialistas e democráticos que já existem na política atual, o govêrno do Sr. Juscelino Kubitschek, em virtude da

sua composição, realiza uma política conciliadora, sendo responsável por graves concessões ao imperialismo norte-americano e por medidas econômico-financeiras antipopulares. Cresce, por isso, entre as fôrças mais ativas do povo brasileiro, a aspiração por um govêrno decididamente capaz de mudar de rumo. A pressão das massas e, em geral, a luta das correntes antiimperialistas e populares por alcançar modificações na composição e na política do govêrno atual assumem, e tendem a assumir crescentemente, o caráter de luta por um govêrno de coligação nacionalista e democrática.

**32** Um govêrno nacionalista e democrático pode ser conquistado pela frente única nos quadros do regime vigente e aplicar uma política externa de independência e defesa da paz, assegurar o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, dar início à reforma agrária, tomar medidas em favor do bem-estar das massas, garantir e ampliar as liberdades democráticas.

A conquista de um govêrno nacionalista e democrático poderá ser alcançada através dos seguintes meios mais prováveis:

a) Pela pressão pacífica das massas trabalhadoras e populares e das correntes antiimperialistas e democráticas, dentro e fora do Parlamento, no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual govêrno, com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas.

b) Através da vitória dos candidatos nacionalistas e democráticos nos pleitos eleitorais.

c) Pela ação das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das Fôrças Armadas e do govêrno, para impor ou restabelecer a legalidade democrática, no caso de tentativa de golpe por parte dos entreguistas e reacionários, que se pro-

ponham implantar no País uma ditadura a serviço dos monopólios norte-americanos.

O complexo desenvolvimento da vida política nacional é que determinará os meios concretos para a conquista de um govêrno nacionalista e democrático. Êste desenvolvimento indica que uma orientação de emancipação nacional e de transformações estruturais pode vir a ser realizada por um ou por sucessivos governos, que se apóiem na frente única nacionalista e democrática e sejam a sua expressão.

Os comunistas consideram que é de seu dever, como representantes da classe operária, reivindicar a sua participação nos governos que venham a ser conquistados pelas fôrças antiimperialistas e democráticas. Entretanto, ainda que dispostos a participar de tais govêrnos, os comunistas os apoiarão de modo resoluto, mesmo que não venham a fazer parte de sua composição.

**33** Um govêrno nacionalista e democrático dependerá fundamentalmente do apoio de massas. O ascenso do movimento de massas, exigindo reformas básicas, deverá influir no sentido da radicalização da composição e da política de tal govêrno. Esta radicalização será também resultado da necessidade inevitável de medidas mais enérgicas e profundas diante dos atentados do imperialismo norte-americano e das fôrças entreguistas e reacionárias do País.

O curso dos acontecimentos no Brasil indica, por conseguinte, a possibilidade real de um processo em que, sob a pressão das ações independentes das massas e diante do imperativo de medidas mais conseqüentes contra o inimigo principal da Nação, um govêrno de coligação nacionalista e democrática levará a uma nova correlação de fôrças, que permita completar, com um poder das fôrças antiimperialistas e antifeudais, sob a direção do proletariado, e por

um caminho pacífico, as transformações revolucionárias exigidas pelo desenvolvimento econômico e social de nossa Pátria.

**34** A revolução antiimperialista e antifeudal pode ser conduzida aos seus objetivos, em nosso país, por um caminho pacífico.

A possibilidade do caminho pacífico da revolução está condicionada pela presente situação internacional, em que influem de modo decisivo a existência e o fortalecimento do sistema socialista mundial e os êxitos do movimento de libertação nacional dos povos. A possibilidade do caminho pacífico da revolução se torna real em virtude dos fatôres internos, que atuam em nosso país, como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário, o desenvolvimento da frente nacionalista e democrática.

Dada a sua possibilidade real, o caminho pacífico da revolução é o que convém à classe operária e a tôda a Nação. Representantes de vanguarda da classe operária e patriotas conseqüentes, os comunistas, tanto quanto dêles dependa, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade, superando a inevitável oposição das fôrças entreguistas e reacionárias e os eventuais retrocessos.

**35** A fim de que a revolução possa seguir por um caminho pacífico, é indispensável conquistar reformas profundas e conseqüentes na estrutura econômica e nas instituições políticas. A conquista de reformas de caráter antiimperialista e democrático é possível ainda nos quadros do regime atual, dependendo, no essencial, das lutas de massas e da fôrça, em cada momento, da frente nacionalista e democrática. A realização de reformas de estrutura implicará na tomada de posições cada vez mais importantes ao capital norte-americano e às fôrças

entreguistas e reacionárias, constituindo, assim, o conteúdo de um novo curso de desenvolvimento econômico e político da nação brasileira. À medida em que golpear o domínio do imperialismo norte-americano e em que, na esfera agrícola, alterar a correlação de fôrças em favor dos camponeses, êste novo curso de desenvolvimento independente e progressista deverá inevitàvelmente preparar as condições para a realização completa das transformações radicais colocadas na ordem-do-dia pela presente etapa histórica da sociedade brasileira.

Ao caminho pacífico da revolução brasileira é implícita uma tática de luta por soluções positivas e de acumulação das fôrças revolucionárias. A conquista de soluções positivas depende do nível atingido pela frente nacionalista e democrática e da prevalência, em sua direção, das fôrças mais conseqüentes do movimento. A luta por soluções positivas está inseparàvelmente ligada à luta para conquistar um govêrno nacionalista e democrático e, em seguida, para radicalizar sua política e composição. À medida em que aumentar o seu poderio e adquirir orientação mais conseqüente, a frente nacionalista e democrática terá a possibilidade não só de alcançar novas soluções positivas como de dar-lhes conteúdo cada vez mais profundo, o que, sob condição de aplicação de uma tática revolucionária, deverá acelerar o processo de realização completa das transformações radicais inerentes à etapa atual.

Indispensável à concretização do caminho pacífico da revolução, a tática de luta por soluções positivas, ao contrário do espontaneísmo e da passividade, exige da classe operária e do seu partido de vanguarda a mais ativa, multiforme e permanente intervenção no movimento político real, a fim de mobilizar as grandes massas e quebrar a resistência das fôrças entreguistas e reacionárias. O caminho pacífico da revolução é inconcebível sem a ação enérgica das

grandes massas trabalhadoras e populares. Isto impõe às fôrças revolucionárias, em particular à classe operária e ao seu partido de vanguarda, a luta incessante pelas liberdades democráticas e por sua ampliação, como condição que deve favorecer a ação independente das grandes massas. Neste processo será necessário revidar aos golpes das fôrças entreguistas e reacionárias e derrotar as suas tentativas de recorrer à violência para deter o ascenso antiimperialista e popular.

A classe operária e o seu partido de vanguarda precisam ter a capacidade de formular de modo correto a solução positiva para cada problema concreto e de mobilizar as fôrças nacionalistas e democráticas que podem alcançar aquela solução. É desta maneira que a classe operária poderá afirmar o seu caráter de fôrça mais conseqüente do movimento revolucionário e ganhar a sua hegemonia.

**36** O caminho pacífico da revolução implica necessàriamente em desenvolver a luta de classes dentro do País. A classe operária e as amplas massas trabalhadoras travam a luta de classes para defender os seus interêsses imediatos e, principalmente, para vencer as tendências conciliadoras da burguesia, tendo em vista a necessidade de imprimir conseqüência revolucionária à luta pela emancipação nacional. Batendo-se sempre, na primeira linha, pelos interêsses gerais da Nação, o proletariado deve dar à luta de classes uma orientação correta, que lhe permita alcançar a condição de fôrça hegemônica do movimento emancipador e democrático e assegurar o caminho pacífico da revolução.

A escolha das formas e meios para libertar a Nação e transformar a sociedade brasileira não depende sòmente do proletariado e das demais fôrças revolucionárias. Devemos ter sempre em vista que os inimigos internos e externos do povo brasileiro

resistirão à perda de suas posições. Em desespêro de causa, tais inimigos podem vir a empregar a violência contra as fôrças revolucionárias e progressistas, criando uma situação em que, ao invés da solução pacífica, a revolução não teria outra possibilidade senão a de uma solução pela luta armada. Os sofrimentos que recaírem sôbre as massas, em tal caso, serão de inteira responsabilidade dos inimigos do povo brasileiro. Quanto ao proletariado e aos seus aliados, ao tempo em que lutam e acumulam fôrças para transformar em realidade a possibilidade da solução pacífica, não devem jamais perder de vista que estas mesmas fôrças podem vir a ser necessárias para tornar a revolução vitoriosa por um outro caminho — o da solução não pacífica.

Nas circunstâncias favoráveis da situação internacional e do ascenso das fôrças nacionalistas e populares no País, os comunistas confiam em que é possível assegurar o curso pacífico da revolução brasileira, desde que as grandes massas lutem e conquistem verdadeiras reformas de estrutura, defendendo ativamente as liberdades democráticas contra os atentados das fôrças pró-imperialistas e reacionárias.

# VII

## Uma política de soluções nacionalistas e democráticas

**37** Um novo curso de desenvolvimento econômico e político da nação brasileira implica na solução positiva de uma série de problemas já inteiramente maduros. Como fôrça mais conseqüente do movimento antiimperialista e popular, os comunistas se empenham em organizar a mais ampla frente única para a solução imediata dêstes problemas, objetivo que está implícito na luta por um govêrno nacionalista e democrático. Um govêrno dêste tipo enfrentará a tarefa de resolver no sentido da emancipação nacional e dos interêsses das massas populares questões como as da política exterior, da industrialização, do capital estrangeiro e do capitalismo de Estado, do comércio exterior e do câmbio, da reforma agrária, da inflação e da carestia, da educação e da saúde das massas, das desigualdades regionais, da consolidação e da ampliação da democracia.

**38** A atual política exterior brasileira se encontra em crise manifesta, em contradição com as exigências do desenvolvimento econômico e político do País. A solução efetiva para essa crise só pode ser encontrada numa política exterior independente, de defesa da soberania nacional e da paz mundial, de amizade e colaboração com todos os povos.

Um dos passos importantes para uma política dessa natureza é, atualmente, o reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética e a normalização das relações com todos os demais países socialistas, inclusive o reconhecimento da República Popular da China. Êste passo é indispensável não só à libertação do nosso comércio exterior como para que o Brasil possa representar no cenário internacional, em benefício da causa da paz, o papel político correspondente ao seu potencial econômico, demográfico e cultural.

Na ONU e nas outras assembléias internacionais, as delegações brasileiras devem tomar posição a favor das propostas que visem a salvaguarda da paz: solução dos litígios internacionais através de negociações, cessação imediata e definitiva das experiências com armas termonucleares, proibição da produção e do emprêgo dessas armas, cessação da corrida armamentista, cooperação econômica e cultural sem discriminações, etc.

País vitalmente interessado no desenvolvimento econômico, não pode o Brasil deixar de contribuir para tornar vitorioso o plano proposto pelo Govêrno Soviético de dissolução de tôdas as fôrças armadas e instituições militares, exceto as destinadas à segurança civil, num prazo de quatro anos. A aplicação dêste plano viria liberar imensos recursos materiais, que poderiam ser destinados a fins pacíficos e construtivos, elevando o nível de bem-estar de tôdas as nações do mundo.

Ao invés de apoiar invariàvelmente com seu voto as posições dos Estados Unidos e das demais potências colonialistas, os representantes brasileiros na ONU e nas outras organizações internacionais precisam atuar de acôrdo com os interêsses de nosso país, que correspondem aos dos povos coloniais e dependentes em seus conflitos com as potências imperialistas. Uma política exterior independente exige,

ao mesmo tempo, a amizade e cooperação do Brasil com os países subdesenvolvidos da América Latina, Ásia e África, que possuem interêsses semelhantes aos nossos. Em particular, é indispensável a mais decidida solidariedade à luta dos povos latino-americanos pela emancipação nacional, o desenvolvimento econômico e a democracia.

As relações do Brasil com os Estados Unidos, como em geral com os demais países, devem ser colocadas sôbre as bases da plena igualdade de direitos, da efetiva reciprocidade de vantagens e da repulsa a qualquer interferência na vida interna de nosso país. No que se refere aos Estados Unidos, êste gênero de relações é incompatível com tratados e acôrdos como o Tratado do Rio de Janeiro, a Carta de Bogotá, o Acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos e o ajuste de cessão de Fernando de Noronha, que ferem a soberania nacional e constituem pontos de apoio para a política expansionista e militarista do imperialismo norte-americano. A denúncia dêsses tratados e acôrdos corresponde aos mais genuínos interêsses do Brasil.

A luta do povo brasileiro pela emancipação econômica e por uma política externa independente é parte integrante da luta pela paz mundial.

**39** O proletariado não pode deixar de ter profundo interêsse em que prossiga vitoriosamente o processo de industrialização que impulsiona o conjunto da economia nacional.

No que se refere à industrialização, as seguintes questões possuem relevância primordial:

a) Tendo um conteúdo indiscutìvelmente progressista, o processo de industrialização do Brasil sofre, porém, de graves deformações oriundas da situação de dependência em que o País se encontra com relação ao imperialismo norte-americano. Na medida em que não podem deter o processo de industrialização,

os monopólios estrangeiros, principalmente os norte-americanos, se empenham, através das inversões diretas e dos empréstimos, em subordiná-lo aos seus próprios interêsses, o que resulta num verdadeiro e opressivo tributo sôbre o progresso brasileiro.

A abolição dos privilégios usufruídos pelo capital imperialista impõe profunda reforma legislativa. Nesta reforma, deve ser objetivada a inteira liquidação da exploração do capital imperialista em setores como os da produção e distribuição da energia elétrica, frigoríficos, distribuição de derivados de petróleo, bancos e companhias de seguros.

A política econômica do govêrno deve ter por princípio fundamental o de basear o desenvolvimento nos recursos internos do País, protegendo as iniciativas realmente nacionais. A ajuda estrangeira pode ser útil e concorrer para o nosso desenvolvimento se recebida, não através de inversões diretas, mas de financiamentos, sempre que não impliquem em exigências econômicas e políticas e ofereçam ao Brasil condições favoráveis em matéria de juros, prazos de amortização e assistência técnica. Nestas condições, os financiamentos externos úteis ao País são os que se destinam a emprêsas nacionais e, principalmente, aquêles que são feitos de govêrno a govêrno para aplicar sob formas de capitais de Estado nos setores básicos da economia. Ao invés de continuar submetendo-se ao monopólio do crédito de Nova Iorque, deve o Govêrno Brasileiro buscar os financiamentos em outras fontes, inclusive nos países socialistas, em particular na União Soviética, que tem fornecido substancial ajuda, em condições excepcionalmente vantajosas, a diversos países subdesenvolvidos. A tecnologia estrangeira pode ser adquirida sem que o País deva pagar extorsivo tributo ao capital imperialista. É inadmissível que bancos oficiais brasileiros continuem a conceder a emprêsas impe-

rialistas empréstimos em cruzeiros ou a garantir-lhes financiamentos em moeda estrangeira.

b) A intervenção do Estado no processo de industrialização vem tendo, nas condições brasileiras, importância decisiva. Isto se refere, sobretudo, à criação da indústria pesada, realizada em grande parte sob formas nacionais de capitalismo de Estado.

É necessário defender e desenvolver o capitalismo de Estado nos setores econômicos fundamentais, como os do petróleo, siderurgia, eletricidade, indústria química, energia atômica, transportes e outros. Impõe-se, porém, que o capitalismo de Estado tenha por objetivo o de servir integralmente aos interêsses nacionais. Não é admissível que o dinheiro do povo brasileiro seja empregado de tal maneira que se beneficiam e fortalecem suas posições os trustes norte-americanos, como ainda sucede com as hidrelétricas de Paulo Afonso e de Furnas. O capitalismo de Estado, a exemplo da Petrobrás e de Volta Redonda, precisa ter um conteúdo efetivamente nacional, precisa ser um instrumento de luta antiimperialista e de progresso econômico em benefício do conjunto do povo brasileiro. Além disso, dado o vulto que já assumiram e sua tendência à expansão, é indispensável a coordenação de tôdas as iniciativas econômicas e financeiras do Estado num plano único, evitando a desconexão e o desperdício de recursos materiais, como se verifica atualmente.

c) A pequena indústria e o artesanato devem merecer proteção especial do Estado. Em vinculação com os interêsses de vastas massas trabalhadoras, a pequena indústria e o artesanato desempenham papel positivo no atual estádio da industrialização, permitindo a diversificação da produção e o emprêgo de considerável quantidade de fôrça-de-trabalho.

Os recursos preferenciais, que o Estado destina à construção da grande indústria de caráter básico, não devem impedir a aplicação de medidas que favo-

reçam a pequena indústria e o artesanato, como a redução da carga tributária, o acesso ao crédito, o fornecimento subvencionado de equipamentos e matérias-primas, etc. No que se refere aos artesãos, precisam ser estimuladas e protegidas, em particular, as diferentes formas de associação cooperativa.

**40** No comércio exterior e no câmbio tem a economia brasileira, no presente, pontos de estrangulamento que dificultam o processo de industrialização e constituem uma das causas principais da inflação.

Medida inadiável, que representa verdadeira necessidade vital para a economia do País, é a ampliação do comércio exterior para novos mercados, o que se refere, em primeiro lugar, aos mercados de imenso poder aquisitivo da União Soviética e dos demais países socialistas. Nosso comércio exterior pode ser ampliado também para outras áreas, particulamente na Europa e na América Latina. Uma política de sustentação dos preços externos dos produtos exportáveis, de diversificação qualitativa das exportações, de conquista de novos mercados e de poupança de divisas fortes só alcançará êxito com a aplicação sistemática de acôrdos bilaterais em tôdas as áreas do comércio mundial.

Ao invés do recurso tradicional aos empréstimos das agências de créditos dos Estados Unidos, cuja concessão vem geralmente acompanhada de exigências lesivas aos interêsses nacionais, a crise cambial precisa ser superada, e pode sê-lo, com uma orientação voltada para a emancipação econômica do País. Dependendo evidentemente do aumento quantitativo das exportações, da sustentação do seu preço-ouro e de outros fatôres, a superação da crise cambial implica nas seguintes medidas:

a) Monopólio estatal do câmbio em benefício exclusivo dos empreendimentos nacionais. Já aplica-

do, embora com muitas falhas, o monopólio estatal demonstrou ser o sistema de câmbio mais vantajoso ao nosso país. Corrigindo as falhas do passado, que, em diversos casos, favoreceram o capital imperialista, é necessário restabelecer em tôda a linha o monopólio estatal do câmbio a fim de que a receita de divisas possa ser inteiramente aplicada de acôrdo com critérios seletivos e prioritários derivados dos interêsses nacionais.

b) Rigorosa restrição das remessas do capital estrangeiro, subordinando-as às necessidades do País, de maneira a não afetar as disponibilidades de divisas para as importações essenciais à indústria e a outros setores da economia nacional.

c) Redução do gasto de divisas fortes com o pagamento de fretes e seguros marítimos. Para isto faz-se mister reaparelhar e renovar a frota mercante brasileira, estabelecer porcentagens obrigatórias — a serem gradativamente aumentadas — de cargas exportadas e importadas por navios nacionais, cumprir o dispositivo constitucional que veda o transporte de cabotagem a navios estrangeiros.

d) Proteção e estímulo à produção nacional substitutiva de importações. Neste terreno, uma grande importância tem a auto-suficiência no abastecimento de petróleo e derivados, o que deve ser alcançado através do monopólio da Petrobrás. As emprêsas estatais devem ter por norma obrigatória a de orientar suas encomendas o mais possível para o mercado interno, visando à poupança de divisas.

41 Passo fundamental para o progresso de nossa economia, a reforma agrária é indispensável para valorizar o imenso potencial permanentemente desperdiçado de milhões de camponeses desprovidos de terra e de outros meios de produção, para elevar a renda de tôdas as categorias de trabalhadores agrícolas e, desta maneira, ampliar o mer-

cado interno necessário à indústria, para elevar a produção e a produtividade da agricultura a fim de que esta, em matéria de volume e de preços de custo de gêneros alimentícios e matérias-primas, possa atender às exigências criadas pelo processo de industrialização e de urbanização do País.

O sentido fundamental da reforma agrária, na presente etapa, deve ser o de liquidação do monopólio da terra e de fortalecimento da economia tìpicamente camponesa, sob formas individuais ou associadas. A luta contra o monopólio da terra deve ser desenvolvida nas condições atuais, visando a golpear, em primeiro lugar, a grande propriedade territorial não cultivada ou baixamente produtiva. Simultâneamente, é necessário lutar pela ampliação dos direitos das massas camponesas, pela restrição e extinção final das sobrevivências de tipo pré-capitalista nas relações agrárias.

A fim de abrir caminho e preparar as condições para a conquista de uma reforma agrária radical, que signifique a completa extinção da propriedade latifundiária da terra, é necessário e possível, de modo imediato, lutar pela aprovação e aplicação de medidas parciais de reforma agrária. Tais medidas, de competência legislativa ou executiva, podem ser alcançadas no âmbito dos podêres federais, estaduais e municipais, assumindo caráter nacional ou restringindo-se aos limites regionais, sempre de acôrdo com as suas condições peculiares. Entre estas medidas, podem ser objetivadas, na situação presente, as seguintes:

a) Desapropriação total ou parcial de grandes propriedades incultas ou com baixo índice de aproveitamento, tornando obrigatória esta medida no caso da proximidade de grandes centros urbanos e de obras públicas como açudes, estradas, obras de saneamento e outras. Criação de fundos para justa indenização de desapropriações, tomando por base

o preço da terra registrado para fins fiscais. Loteamento das terras desapropriadas, exclusivamente entre pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra, mediante pagamentos módicos e a longo prazo.

b) Forte aumento da carga tributária sôbre as grandes propriedades, levando em conta o seu grau de aproveitamento e isenções fiscais para as pequenas propriedades.

c) Utilização das terras do Estado, sobretudo na proximidade dos mercados consumidores e das vias de comunicações para formar núcleos de pequena propriedade. Entrega dos títulos de propriedade para os atuais posseiros. Preservação das grandes áreas ainda devolutas, particularmente no Brasil Central e na Amazônia, contra a apropriação por latifundiários e especuladores. Defesa rigorosa dos direitos dos camponeses contra a grilagem. Proteção às áreas reservadas aos indígenas.

d) Regulamentação legal dos contratos de arrendamento e parceria, visando aos seguintes fins: baixa das taxas de arrendamento e parceria, com o estabelecimento de limites máximos; prolongamento dos prazos contratuais em benefício de arrendatários e parceiros; garantia de indenização por benfeitorias; defesa de arrendatários e parceiros contra despejos arbitrários.

e) Elaboração de legislação trabalhista adequada às condições do campo e garantia dos direitos já estabelecidos para os trabalhadores rurais mas em geral não aplicados, como salário-mínimo, férias remuneradas, aviso prévio, pagamento dos domingos e feriados, sindicalização rural, etc., e estendendo-lhes outros direitos já conquistados pelos trabalhadores das cidades. Proibir a prática de arbitrários descontos nos salários. Reconhecimento legal pelo Ministério do Trabalho dos sindicatos de assalariados rurais.

f) Orientação da política de crédito dos Bancos do Brasil, do Nordeste, da Amazônia e outros bancos oficiais, no sentido de ampla ajuda financeira aos pequenos cultivadores, sejam proprietários ou não, modificando as normas que impedem a prestação dessa ajuda e fazem do crédito agrícola oficial monopólio dos grandes fazendeiros.

g) Incentivo à mecanização da agricultura e, em geral, à elevação do seu nível técnico, concedendo crédito para a aquisição de equipamentos. Facilitar aos pequenos lavradores a aquisição de instrumentos e outros meios de produção, que se adaptem às dimensões do seu cultivo e elevem sua produtividade (arados, animais de tração, adubos e inseticidas, etc.).

h) Realização de um programa de investimentos estatais para fomento da agricultura, sobretudo da produção de gêneros alimentícios básicos ao consumo popular. Intensificar a construção de silos, melhorar e aumentar a rêde de transportes. Construção de fábricas nacionais de máquinas agrícolas, aproveitando oportunamente a Fábrica Nacional de Motores para a produção de tratores. Proibição aos frigoríficos estrangeiros de recria e engorda de gado. Construção de frigoríficos nacionais, de preferência do Estado ou sob contrôle estatal, sobretudo nas regiões pecuárias que não os possuem.

i) Estímulo ao cooperativismo entre os pequenos e médios agricultores, através de facilidades de financiamento, assistência técnica e outras formas de ajuda.

42 Nas condições atuais do mundo e do nosso próprio país a classe operária e as massas trabalhadoras podem obter importantes conquistas na luta pela elevação do seu nível de vida e pela ampliação dos seus direitos sociais. Os frutos do desenvolvimento econômico não devem ser monopoli-

zados por uma ínfima minoria da sociedade, enquanto as grandes massas continuam sujeitas a pesadas privações, com o seu poder aquisitivo constantemente deteriorado pela inflação. A exploração capitalista será inteiramente eliminada pelo socialismo, mas a sua tendência constante ao agravamento pode e deve ser combatida ainda nas condições do desenvolvimento capitalista e da luta pela emancipação nacional. O crescimento das fôrças produtivas e da renda nacional não deve ser obtido através da redução ou mesmo da estagnação do consumo das massas, porém, ao contrário, através da elevação dêsse consumo em volume global e **per capita**, o que resultará, conseqüentemente, na indispensável ampliação do mercado interno e será o melhor estímulo ao incremento da produtividade.

A melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras e a ampliação dos seus direitos democráticos podem ser obtidas através da conquista das seguintes reivindicações:

a) Reajustamento geral dos salários. Salário profissional e extensão, a todos os trabalhadores, do salário-família de que gozam os servidores públicos. Modificação da lei de salário-mínimo, a fim de garantir a revisão anual do salário-mínimo e sua extensão à família, como prescreve a Constituição; inclusão das despesas com instrução, recreação e contribuições da previdência social.

b) Contenção da carestia da vida, com a adoção de medidas concretas contra a alta dos preços. Participação de representantes dos sindicatos nos órgãos governamentais de abastecimento e contrôle dos preços.

c) Reorganização da previdência social e seu aperfeiçoamento. Moralização das instituições de previdência e participação de representantes operários em sua direção. Extensão, a todos os trabalhado-

res, da aposentadoria integral de que gozam os bancários.

d) Aperfeiçoamento da legislação trabalhista. Eliminação dos dispositivos de caráter reacionário da Consolidação das Leis do Trabalho, inclusive no referente à estrutura do movimento sindical.

**43** A elevação efetiva do nível de vida das grandes massas é impossível sem que seja detido o processo inflacionário. A inflação pode e deve ser combatida em direção favorável à emancipação econômica e ao bem-estar das grandes massas.

Uma orientação antiinflacionária de sentido nacionalista não pode ser concebida sem a defesa cambial do cruzeiro, através de medidas como as referidas na tese 40. Uma orientação, que pretenda atingir as causas da inflação, e não apenas os seus efeitos, deve promover a abundância de gêneros alimentícios e matérias-primas agrícolas, o que implica em medidas de reforma agrária, como as indicadas na tese 41. A isto é indispensável acrescentar a aplicação de um plano governamental de grande envergadura no setor dos transportes e do abastecimento, que constituem, presentemente, ponto de estrangulamento e propiciam a ação espoliadora de grupos comerciais monopolistas.

O combate à inflação, além de medidas econômicas, deve incluir medidas especìficamente financeiras, que permitam eliminar as emissões de papel-moeda para fins improdutivos e corrigir o excesso de meios de pagamento, detendo a crescente deteriorização do poder aquisitivo da moeda brasileira. Isto diz respeito, em primeiro lugar, ao orçamento do Govêrno Federal.

A elaboração do orçamento continua a ser feita por processos primitivos, em flagrante atraso em relação ao grau de desenvolvimento já atingido pela economia nacional. A aplicação de processos moder-

nos de planificação à elaboração do orçamento e ao contrôle de sua execução facilitará o melhor aproveitamento da receita do Estado, a eliminação de gastos supérfluos e a elevação da rentabilidade dos investimentos estatais, sem precisar reduzi-los e prejudicar o progresso do País. Os interêsses nacionais exigem não só os investimentos estatais de caráter econômico como também a aplicação de uma proporção muito maior dos dinheiros públicos em obras destinadas à educação e à saúde. Uma orientação dêste gênero pode ser seguida sem o recurso desmedido à emissões, mas através do aproveitamento planificado da receita orçamentária e da redução drástica de gastos que não tenham relação com o desenvolvimento econômico e com a elevação do nível de vida material e cultural do povo. Ao invés de recorrer de preferência aos aumentos de impostos indiretos que pressionam no sentido da alta de preços e incidem sôbre as massas populares, a política tributária deve reduzir sua carga sôbre as grandes massas do povo e incidir mais fortemente sôbre os altos rendimentos que a própria inflação vem possibilitando em larga escala.

Faz-se mister também realizar enérgicas correções na esfera do crédito. Em lugar da restrição do crédito em geral, que implica em reduzir as taxas de crescimento da economia nacional, cumpre planificar uma rigorosa seleção creditícia que favoreça, de acôrdo com critérios prioritários, as atividades produtivas essenciais e contribua para eliminar aquelas simplesmente especulativas. A execução de uma política desta natureza encontra condições especialmente favoráveis em nosso país, em virtude do papel dominante do Banco do Brasil no sistema bancário e dos outros instrumentos de contrôle do crédito de que dispõe o Govêrno.

As correções nas esferas do orçamento e do crédito, sobretudo se aplicadas ao lado de medidas

imprescindíveis no terreno do balanço de pagamentos, da produção agrícola e do abastecimento, podem contribuir para diminuir as emissões de papel-moeda e reduzir o ritmo inflacionário.

**44** O progresso da economia nacional sofrerá de grave debilidade enquanto se acentuarem as desigualdades regionais, particularmente o atraso do Norte e do Nordeste com relação às demais regiões do País. Êste problema não será resolvido com providências episódicas de caráter assistencial por ocasião das sêcas, em geral favorecendo a criminosa dilapidação do dinheiro do Estado pelas camarilhas políticas dominantes. As fôrças mais progressistas do Nordeste reivindicam a industrialização de sua região, quer para a defesa e o progresso de indústrias ali tradicionais, como a de tecidos, quer para a criação de novas indústrias, que aproveitem as matérias-primas locais. O planejamento da industrialização do Nordeste é necessário, prevendo ajuda substancial do Govêrno Federal através da realização de investimentos básicos (energia elétrica, transportes, etc.), do fornecimento de créditos a empreendimentos progressistas, da facilidade para a obtenção de divisas, da assistência técnica e de outros meios.

A industrialização do Nordeste não terá o sentido profundamente progressista que deve ter, se não fôr conjugada a medidas enérgicas de reforma agrária, que hoje são reclamadas, embora sob formulações diversas, por amplas fôrças sociais da região. A reforma agrária é uma necessidade numa região em que a agricultura, dominada pelo latifúndio e até agora muito fracamente transformada pelo capitalismo, apresenta os mais baixos índices de produtividade. O miserável nível de vida das massas camponesas e de grande parte da massa urbana estreita o mercado para a indústria, em muitos casos impossibilitando a sua sobrevivência. A reforma agrária é

indispensável para elevar o poder aquisitivo de milhões de camponeses que, fixados à terra, no próprio Nordeste, podem fazer prosperar a agricultura e apoiar a industrialização na base sólida de um amplo mercado interno.

A renovação econômica do Nordeste e o desenvolvimento da Amazônia não devem ser, em hipótese alguma, isolados da causa geral da emancipação nacional. Não devem, por isto, ser desvinculados da luta contra os monopólios norte-americanos, que dominam setores importantes da própria economia daquelas regiões, nem servir de pretexto para novas concessões a êsses monopólios. A renovação econômica do Nordeste e o desenvolvimento da Amazônia devem ser focalizados na perspectiva do fortalecimento da economia nacional em seu conjunto, como parte integrante de um curso de desenvolvimento independente e progressista de tôda a nação brasileira.

**45** O progresso da nação brasileira deve traduzir-se na melhora radical dos índices de educação e saúde das grandes massas do nosso povo. Isto impõe que a êstes itens o orçamento federal dedique verbas preferenciais e de volume substancial.

O papel do Estado deve ser considerado básico no âmbito do ensino nos seus diferentes graus, a fim de que tenha um caráter o mais democrático possível. Deslocar o eixo da iniciativa educacional para setores privados, como já vem sendo tentado, significa tornar o ensino um privilégio ainda maior do que já é atualmente e fazer da sua orientação, em última instância, um monopólio do clero católico. Ao contrário, é indispensável fortalecer e ampliar o ensino público, bem como defender o seu caráter laico, cabendo ao setor privado um papel estritamente auxiliar.

Ao Estado cumpre concentrar os seus esforços na luta em grande escala contra o analfabetismo, que, em nosso país, ainda registra muito elevada percen-

tagem. Ao mesmo tempo, é dever do Estado incentivar com recursos materiais adequados todos os ramos do ensino científico e técnico, a fim de colocá-lo à altura das exigências do desenvolvimento da economia nacional.

O progresso da nação brasileira precisa ter como um dos seus componentes o florescimento de uma autêntica cultura nacional e democrática. Constitui dever do Estado proteger e estimular, material e moralmente, as manifestações desta cultura.

Os problemas da saúde não serão resolvidos, no seu aspecto essencial, sem que seja superado o atraso econômico, que condena massas de milhões a um baixíssimo nível de vida. Simultâneamente, a solução dos problemas da saúde pública não pode deixar de estar na dependência de iniciativas específicas, que devem caber precìpuamente ao Estado e dizem respeito à multiplicação do número de hospitais, ambulatórios, postos médicos, serviços antiendêmicos, etc.

46 A conquista de soluções positivas será, no fundamental, o resultado de lutas de massas e estas requerem, para ganhar amplitude, a vigência de liberdades democráticas. Daí porque a questão da democracia esteja estreitamente vinculada ao destino da luta antiimperialista.

O proletariado tem interêsse na ampliação das liberdades democráticas a fim de dirigir as ações independentes das massas trabalhadoras em defesa de suas reivindicações específicas e para imprimir uma orientação conseqüente à frente única nacionalista e democrática.

Apesar da instabilidade característica da vida política brasileira, vem-se afirmando a tendência à democratização. Entretanto, a democracia, em nosso país, continua submetida a sérias restrições. Certas destas restrições, de caráter essencial, derivam do poder econômico e político concentrado nas mãos das

classes exploradoras e são inevitáveis nas melhores condições da democracia burguesa. Outras, porém, são restrições possíveis de eliminar ainda no regime atual, à medida que avançar o movimento de massas. Neste processo, não sòmente as liberdades democráticas já inscritas na Constituição ganharão um conteúdo mais concreto, como, através da ação parlamentar e extraparlamentar, deverão ser alcançadas reformas democráticas da própria Constituição.

A reforma da Constituição é especialmente necessária para tomar medidas mais conseqüentes de defesa da economia nacional contra o imperialismo norte-americano e para a realização de uma reforma agrária em ampla escala.

A necessidade de fazer avançar a democracia exige as seguintes medidas de importância nacional:

a) Legalização do Partido Comunista do Brasil e eliminação das discriminações contra os comunistas, que derivam do artigo 58 da lei eleitoral.

b) Completa libertação das organizações sindicais da tutela do Ministério do Trabalho e abolição de tôdas as formas de intervenção policial e discriminação ideológica no movimento sindical como em qualquer outra esfera.

c) Aprovação pelo Congresso da lei que regulamenta o direito constitucional de greve, nas bases que lhe deu a Câmara dos Deputados, enterrando, assim, definitivamente, o Decreto 9 070.

d) Revogação da lei de segurança.

e) Plena garantia do direito de organização para os camponeses e assalariados agrícolas.

f) Direito de voto para os analfabetos, soldados e cabos das Fôrças Armadas.

g) Abolição das desigualdades de caráter jurídico que ainda pesam sôbre as mulheres e combate efetivo a tôdas as discriminações de natureza racial e religiosa nos órgãos do Estado e em qualquer esfera da vida social.

# VIII

## Análise crítica da atuação do Partido

**47** A fim de desempenhar seu papel histórico à frente da luta revolucionária do povo brasileiro, a classe operária necessita de uma vanguarda marxista-leninista organizada e combativa. Em 1922, sob a influência da Grande Revolução Socialista de Outubro, surge o partido marxista-leninista da classe operária brasileira, o Partido Comunista do Brasil. Em 1935, são os comunistas que se encontram à frente do movimento nacional-libertador, culminado na heróica insurreição armada de novembro daquele ano. No período do Estado Novo, da guerra antifascista e no após-guerra, tem sido o proletariado dirigido pela sua vanguarda comunista, a fôrça mais conseqüente na luta pela emancipação nacional e pela democracia. Em tôda a sua existência o PCB esforçou-se por cumprir a missão de destacamento de vanguarda do proletariado, consagrando-se, com extraordinária abnegação e capacidade de sacrifício, à luta pelas aspirações dos trabalhadores e pelos interêsses gerais da Nação. O fortalecimento do Partido exige, entretanto, a análise crítica de sua atuação, o exame dos erros e defeitos cuja superação constitui condição essencial para o avanço ulterior no sentido de novos êxitos.

48 O período transcorrido a partir de 1945 foi um dos mais importantes e ricos de ensinamentos da história do PCB. Durante a II Guerra Mundial, os comunistas brasileiros tiveram posição fundamentalmente acertada, envidando esforços para unir o povo na luta contra o nazi-fascismo. Embora o Partido fôsse débil do ponto de vista organizativo, refletiu corretamente os sentimentos profundos da classe operária e da Nação, influindo para que a frente nacional antifascista obrigasse o govêrno a mudar de política, a romper relações com o Eixo e a colocar o Brasil ao lado dos países que lutavam pela liberdade. Graças às condições favoráveis criadas com a vitória dos povos sôbre o fascismo, à política de unidade das fôrças patrióticas e democráticas e à utilização adequada das possibilidades de atuação legal, o Partido conquistou o direito à legalidade após 23 anos de vida clandestina. Seguiram-se grandes êxitos: o PCB se transformou num partido de massas e multiplicou seus efetivos; obteve 10% dos sufrágios e elegeu expressiva bancada ao Parlamento; contribuiu para a unificação do movimento sindical na CTB; realizou importantes movimentos de massas.

Os êxitos alcançados pelo Partido no período da legalidade se devem não apenas às condições objetivas, mas à orientação política então traçada, que correspondia em alguns aspectos às exigências da realidade. Êsses aspectos são: a análise da situação internacional, que partia da idéia de uma mudança da correlação de fôrças a favor do socialismo e dos povos, do enfraquecimento do imperialismo como sistema; a caracterização do período do após-guerra em nosso país como uma época de «desenvolvimento pacífico» do movimento revolucionário, isto é, da realização da luta de classes principalmente por meios legais; a política de unidade das fôrças patrióticas e democráticas e a palavra de ordem de aliança do

proletariado com a «burguesia progressista» para a luta pela emancipação econômica do País; a preocupação em ligar o Partido às massas, em combater a tradição sectária profundamente arraigada em nossas fileiras, em fortalecer o movimento sindical; o aproveitamento das possibilidades de ação legal, a compreensão do importante papel das eleições como meio de luta política; o levantamento da bandeira da reforma agrária e o esclarecimento de setores da população rural; o esfôrço para fazer crescer o Partido, para construir um partido legal de massas, a luta contra a concepção sectária no terreno da organização.

Apesar dessas posições acertadas, tinham curso na direção do Partido e impregnavam sua orientação política tendências direitistas. O Partido não tinha clareza sôbre os objetivos programáticos, era obscura a questão do poder pelo qual lutávamos e, dêste modo, permanecia indefinido o caráter da frente de fôrças revolucionárias. As mudanças na situação internacional eram interpretadas como se excluíssem um agravamento temporário da tensão e uma ofensiva momentânea do imperialismo. Surpreendidos pelo reagrupamento das fôrças reacionárias no plano mundial e pela ofensiva das potências imperialistas, particularmente dos Estados Unidos, intentando isolar a URSS e desencadear uma guerra de agressão, não percebemos a tempo os reflexos dêsses fenômenos na situação interna do País. O caminho pacífico era visto como um curso sem choques e conflitos, o que conduzia à desmobilização do Partido e das massas diante da reação que se reagrupava também no País e se empenhava em deter o processo democrático. Aos intentos reacionários, o Partido não respondia com a intensificação das lutas de massas, mas com apelos à «ordem e tranqüilidade», quando a resistência organizada das massas era essencial para manter o próprio caráter pacífico do movimen-

to. Apelando acertadamente à aliança com a bu guesia na luta pela emancipação nacional, caímo no entanto, em posições direitistas, ao tentar refrea a luta de classes e impedir as greves, a pretexto d não dar motivos à reação para uma repressão ant operária. Esta conduta levava os comunistas a s desligarem das massas. Acresce que a nossa preoc pação em construir um partido de massas não er acompanhada de uma política conseqüente de con trução da frente única; conquanto lançássemos apelo à unidade, freqüentemente marchávamos isolado nas eleições e na luta política. O aumento numéric das fileiras do Partido não era correspondido pc um esfôrço sistemático no sentido da educação ide lógica dos quadros e dos militantes, o que debilitav sua capacidade de resistir aos golpes da reação.

Nestas condições, o Partido não conseguiu enfrer tar com êxito os ataques reacionários desencadeadc a partir de 1947 e 1948, que assinalavam em noss país a situação criada pela «guerra fria» no plan mundial. A anulação do registro legal do PCB, . cassação dos mandatos dos parlamentares comunis tas, a intervenção do govêrno nos sindicatos e outra. medidas antidemocráticas não encontraram a neces sária resistência organizada das massas.

**49** Quando a direção do Partido, em face das derrotas sucessivas, decidiu empreender um reexame de nossa orientação política, a influência das concepções subjetivistas e de tendências sectárias tradicionais fêz-se sentir com grande fôrça e determinou uma análise profundamente unilateral e falsa da realidade. O manifesto de janeiro de 1948 e o manifesto de agôsto de 1950 assinalam o período de elaboração de uma linha política caracterizada pelo «esquerdismo» e pelo sectarismo.

Ao apreciarmos a política imperialista de preparação da guerra, interpretávamos o agravamento tem-

porário da tensão internacional como a iminência da deflagração da guerra e, em vista disso, contávamos com uma situação revolucionária a curto prazo, o que passou a justificar concepções e atos de tipo aventureiro.

Em face da crescente pressão econômica e política do imperialismo norte-americano no Brasil, surgiam condições para uma ampla frente única das fôrças nacionais em defesa de nossa soberania. Aplicávamos, no entanto, de modo mecânico ao nosso país a tese sôbre a divisão do mundo em dois campos, considerando a serviço do imperialismo e da reação tôdas as fôrças políticas que não aceitavam as posições radicais dos comunistas. Situávamos, dêste modo, no campo do inimigo, as fôrças intermediárias que vacilavam ou se omitiam, mas que podiam ser ganhas para a luta antiimperialista. Os ataques indiscriminados que dirigíamos contra todos os outros partidos e correntes políticas impediam, na prática, uma política de frente única que abrangesse os nacionalistas burgueses e condenavam os comunistas ao isolamento.

Por essa época firmou-se a opinião errônea de que não é possível avançar no caminho da emancipação nacional e da democracia sem, prèviamente, eliminar de modo radical o atual regime econômico-social. Esta tese negava a possibilidade de qualquer reforma de caráter progressista, eliminava o processo de acumulação de fôrças através de conquistas parciais e colocava como imediatos os objetivos radicais que devem coroar a luta revolucionária, constituindo a fonte das concepções de «esquerda» que passaram a predominar em nossa orientação política.

Preocupados em aplicar «formas de luta mais altas e vigorosas» iniciamos uma política sistemática destinada a forçar o desencadeamento de greves e de choques violentos com a reação, sem levar em

conta as condições concretas e o grau de consciência das massas, o que nos conduzia muitas vêzes a derrotas desnecessárias e a um crescente isolamento. Diante dos ataques reacionários, passamos a desprezar as possibilidades de atuação legal, ainda que subsistissem condições para a sua utilização: as fôrças fundamentais do Partido foram desviadas para o trabalho clandestino, os comunistas abandonaram os sindicatos e foi dada uma diretiva para a formação de associações profissionais paralelas nas emprêsas e nos bairros.

Em conseqüência da execução dessa política, os comunistas perdiam o contacto com as massas, abandonavam as posições conquistadas no período da legalidade e se transformavam num agrupamento de agitadores e propagandistas, dia a dia mais afastados da vida política do País.

**50** O manifesto de agôsto de 1950 constitui a formulação mais nítida da linha política «esquerdista» e sectária. Êsse documento se baseava numa análise unilateral, puramente negativista, dos acontecimentos da época: partia da iminência de uma guerra mundial, apresentada pràticamente como uma fatalidade; constatava a existência de uma crise econômica, quando o Brasil entrava precisamente num período em que se acelerava o ritmo de seu desenvolvimento; exagerava os êxitos da ofensiva imperialista e reacionária no País, desconhecendo inteiramente os elementos de resistência nacionalista e democrática.

O manifesto negava a existência de contradições entre as fôrças políticas das classes dominantes, atacava indistintamente a todos os partidos e a todos os candidatos e desfazia, dêste modo, qualquer possibilidade de aliança com outras correntes políticas para a luta contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. Enquanto as eleições presi-

denciais ofereciam uma possibilidade de mudança dos rumos do govêrno, o manifesto pregava o abstencionismo eleitoral, abdicando assim o Partido de influir no processo político a fim de derrotar as fôrças entreguistas e reacionárias.

Em sua parte programática, o documento afastava-se da caracterização que fazíamos da revolução brasileira como uma revolução agrária e antiimperialista, ao propor a nacionalização das grandes emprêsas do capital nacional, medida de caráter socialista que não podia deixar de criar obstáculos à aliança com a burguesia. Demais, pregava a conquista imediata de um govêrno democrático popular, sob a direção do proletariado, com o objetivo de empreender modificações radicais na estrutura do País, enquanto negava a possibilidade de transformações parciais de caráter antiimperialista e democrático, dentro dos quadros do atual regime.

A tática traçada no manifesto, de sentido aventureiro e «putschista», desprezava o trabalho nas organizações de massas e as formas legais de luta, apelando para a formação de uma «Frente Democrática de Libertação Nacional» e de um Exército de Libertação Nacional, com a finalidade de lutar pela realização imediata do programa revolucionário radical.

As palavras de ordem ultra-esquerdistas do Manifesto de Agôsto não guardavam qualquer correspondência com a realidade política do País, constituíam uma expressão do pensamento subjetivista e do radicalismo pequeno-burguês que dominava a direção do Partido e, conseqüentemente, não podiam ser levadas à prática. Com êsse documento, atingiu o auge a política sectária e o afastamento dos comunistas em relação às massas.

51 A linha «esquerdista» encontrava sua expressão, no terreno da organização partidária, na concepção do Partido como uma seita e na violação sistemática do centralismo democrático e demais princípios de organização do Partido.

Em nossas fileiras prevaleceu durante longo período uma concepção antimarxista do Partido como seita, como pequeno grupo de heróis que deve ser fatalmente obedecido pelas massas, como uma organização que se basta a si mesma e pode resolver as tarefas históricas sem o concurso da verdadeira ação de massas. Esta concepção idealista do papel do Partido contribuía, juntamente com a errônea orientação política «esquerdista», para o afastamento da maioria dos nossos quadros da ação política em contacto direto com o povo.

Ao sectarismo se devem as grosseiras violações dos princípios de organização marxista-leninistas que marcam, de modo geral, todo o nosso passado, mas se acentuaram com a aplicação da linha política «esquerdista» a partir de 1948. O centralismo democrático, princípio diretor da organização e da vida interna do Partido, era sistemàticamente infringido. Predominava uma esmagadora centralização, acompanhada de métodos mandonistas, incompatíveis com as normas de convivência entre comunistas. As funções dirigentes eram usurpadas, em cada escalão, pelas direções restritas e, muitas vêzes, por um só dirigente. Começava êste sistema no próprio Comitê Central, que abdicou do seu papel de instância máxima dirigente do Partido no intervalo entre os Congressos para conferir podêres absolutos ao Presidium, onde, por sua vez, o domínio incontrastável pertencia ao secretariado nacional. O princípio da direção coletiva, como princípio supremo da direção partidária, reduzia-se assim a um mito.

Em vista da centralização absorvente e dos métodos burocráticos de direção, não existia no

conjunto do Partido, a começar do próprio Comitê Central, um clima favorável à livre discussão e à luta de opiniões. A elaboração da política do Partido era monopólio de um grupo extremamente reduzido. O princípio da democracia interna era abertamente infringido e a opinião das organizações e dos militantes sufocada pelos mais variados processos de intimidação. Êstes métodos entravavam a iniciativa dos membros e dos organismos e asfixiavam a atividade política das bases, que não podiam converter-se no centro de gravidade da atuação do Partido. O sistema mandonista adquiriu expressão mais acabada no curso do IV Congresso, quando as grosseiras infrações da democracia interna deturparam o que devia ser a máxima manifestação da vontade coletiva do Partido.

Se bem que a ilegalidade criasse condições propícias a tais fenômenos, sua causa mais profunda reside na concepção sectária do Partido, concepção que se desenvolveu em íntima relação com o sistema do culto à personalidade. Êste sistema, que influenciou o movimento comunista em quase todo o mundo, manifestou-se em nossas fileiras através do culto a Stálin e, em grau menor, mas igualmente condenável, no culto ao camarada Prestes, implicando na violação dos princípios democráticos que devem reger tôda a atividade do Partido. Conquanto seja necessário não confundir de forma alguma o culto à personalidade com o prestígio ou a autoridade do dirigente, com a importância e o papel do chefe sob cuja direção as massas trabalhadoras lutam pela transformação revolucionária da sociedade — importância e papel jamais negados pelo marxismo-leninismo — é preciso reconhecer que em nosso Partido o prestígio popular de Prestes foi muitas vêzes utilizado para justificar e reforçar o sistema de violação dos princípios.

52 A linha «esquerdista» e sectária de tal maneira se contrapunha à realidade que os comunistas, ao tentarem levá-la à prática, eram obrigados a pôr de lado suas indicações. Na medida em que procuravam colocar-se à frente das lutas do povo e integrar-se no processo político em curso no País, os comunistas obtiveram determinados êxitos durante o período de vigência dessa falsa orientação. A própria vida nos impunha, em várias ocasiões, posições táticas acertadas que entravam em evidente contradição com a linha geral que seguíamos.

No período dos governos de Dutra e de Vargas os comunistas constituíram, apesar dos erros cometidos, uma fôrça de grande combatividade na luta contra a exploração imperialista, em defesa da paz, pelas reivindicações dos trabalhadores e pelas liberdades democráticas. Sua atuação foi decisiva no sentido de dar um caráter organizado e de massas à campanha nacional em defesa do petróleo, coroada de sucesso pela criação da Petrobrás. Contribuíram ativamente para a eclosão do movimento nacionalista, em cujas primeiras filas sempre se destacaram entre os combatentes mais entusiásticos e desprendidos. A luta pela paz no Brasil, como em todo o mundo, teve nos comunistas a sua fôrça propulsora, e a ação corajosa e incansável do Partido exerceu grande influência nos movimentos populares que impediram o envio de tropas brasileiras à Coréia.

Entretanto, a prática de nossa atuação política punha em evidência os erros «esquerdistas» da orientação do Partido e exigia a adoção de novas posições. Nos documentos insistíamos em condenar os erros de direita como o perigo principal, mas na prática éramos levados a enfrentar os erros sectários, que impregnavam a linha política e dificultavam a unidade de amplas fôrças na luta pela paz, pela emancipação nacional e pela democracia.

Havendo malogrado todos os esforços para aplicar o esquema artificial e subjetivista da Frente Democrática de Libertação Nacional, continuamos a atuar nas organizações de massas existentes, ainda que cometêssemos freqüentemente erros sectários. O completo fracasso da política adotada em 1948 no sentido da formação de sindicatos paralelos levou-nos a elaborar em 1952 uma nova orientação sindical, que corrigia em grande medida os erros «esquerdistas», chamando os comunistas a atuarem nos sindicatos existentes e a lutarem pela unidade de ação dos trabalhadores de diversas tendências. Em lugar de insistir a todo transe na radicalização artificial das lutas, passávamos a admitir o emprêgo das formas de luta legais e pacíficas, desde as mais elementares, capazes de contribuir para a mobilização política das massas e para a acumulação de fôrças. A atividade dos comunistas no movimento dos partidários da paz, na campanha de defesa do petróleo, etc., contribuiu para aproximá-los de outras fôrças patrióticas, revelando na prática a necessidade de uma política de frente única e demonstrando, cada dia mais claramente, o caráter sectário da linha expressa no Manifesto de Agôsto.

A direção do Partido não foi capaz, no entanto, de empreender uma correção radical de nossa orientação política durante todo o período do govêrno de Vargas.

**53** Vargas foi eleito à base de uma plataforma que encerrava reivindicações nacionalistas e democráticas, recebendo o apoio de considerável parcela dos trabalhadores e do povo. Em lugar de seguirem a diretiva abstencionista do Partido e votarem em branco, grandes massas — inclusive parte do eleitorado comunista — votaram em Vargas, que capitalizava para si o sentimento antiimperialista

e oposicionista criado durante as lutas populares contra o govêrno de Dutra.

O govêrno de Vargas possuía, desde o seu início, um caráter heterogêneo. A posse do presidente eleito se tornou possível graças ao apoio do setor nacionalista do Exército, tendo à frente o general Estilac Leal, mas o ministério foi constituído através de um compromisso com grupos econômicos e políticos ligados ao imperialismo norte-americano. Se bem que influíssem no govêrno setores nacionalistas da burguesia e da pequena burguesia, posições de maior importância se encontravam nas mãos de elementos retrógrados e comprometidos com os monopólios estrangeiros.

A política do govêrno revestia-se, nestas condições, de um caráter dúbio e contraditório. Sob a pressão de fôrças nacionalistas e populares, Vargas adotou um conjunto de medidas para a industrialização do País, concretizou a solução do monopólio estatal do petróleo, resistiu ao envio de tropas para a Coréia, tentou algumas medidas de restrição ao capital estrangeiro, suspendeu em grande parte as intervenções nos sindicatos e promoveu a revisão do salário mínimo. De outro lado, cedeu às exigências do imperialismo norte-americano, assinando o Acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos, e adotou medidas de repressão contra os comunistas e os partidários da paz.

Diante do govêrno de Vargas nosso êrro consistia em caracterizá-lo, no seu conjunto, como um «govêrno de traição nacional» a serviço dos imperialistas norte-americanos, sem distinguir a presença, em seu seio, de fôrças nacionalistas. Não contribuíamos, desta maneira, para a formação de uma frente única que abrangesse as fôrças antiimperialistas de dentro e de fora do govêrno.

O ataque ao govêrno em bloco levou a que, em agôsto de 54, o Partido fôsse tomado de perplexidade e não estivesse preparado para apoiar Vargas contra

o golpe pró-norte-americano desfechado pelo setor entreguista do govêrno e dos comandos militares, em aliança com o lacerdismo e as fôrças reacionárias da oposição. Sòmente após a consumação do golpe, quando se tornava evidente o seu caráter reacionário e pró-imperialista, fomos para as ruas e nos aliamos às massas trabalhistas nas manifestações de protesto contra a intervenção norte-americana na vida interna do País. A crise política de agôsto de 1954 revelou, com a máxima clareza, o êrro essencial da orientação que vinha seguindo o nosso Partido.

**54** Embora os acontecimentos políticos demonstrassem cada vez mais claramente os erros essenciais de nossa orientação, as idéias dogmáticas e sectárias continuaram a predominar na direção e no conjunto do Partido e se expressaram, em 1954, na política traçada pelo IV Congresso e, em particular, no Programa então aprovado.

A elaboração do Programa era fundamentada numa crítica dos erros sectários mais flagrantes do Manifesto de Agôsto, porém tal crítica não atingiu a essência de nossa linha política, nem a apreciação errônea e subjetivista da situação do País em que ela se baseava. O mérito do Programa consiste em:

— Caracterizar a etapa atual da revolução brasileira como antiimperialista e antifeudal e precisar suas tarefas dentro dos limites democrático-burgueses, não incorrendo no êrro do Manifesto de Agôsto, que propunha a nacionalização das grandes emprêsas de capital nacional.

— Incluir a burguesia nacional entre as fôrças revolucionárias corrigindo a concepção «esquerdista» predominante entre os comunistas a partir de 1948, segundo a qual a burguesia era considerada em bloco como pertencente ao campo reacionário.

— Concentrar o fôgo da luta contra o imperia-

lismo norte-americano, que passava a ser considerado o inimigo principal da nação brasileira.

Todavia, ao lado de tais aspectos positivos e da reafirmação de princípios gerais do marxismo, o Programa era fundamentalmente errôneo e representava uma consolidação das concepções dogmáticas e sectárias que preponderavam na direção do Partido.

Ao elaborar o Programa não compreendíamos, em tôda a sua profundidade, as transformações essenciais na situação mundial que criavam a possibilidade real de impedir as guerras em nossa época. Não percebíamos, igualmente, que nas novas condições internacionais as formas de conquista do poder e de construção do socialismo se tornavam cada vez mais variadas, conforme a situação particular de cada país, e surgia em uma série de países a possibilidade de um caminho pacífico da revolução.

Presos a esquemas e fórmulas gerais sôbre a revolução antiimperialista e antifeudal nos países coloniais e dependentes, não fomos capazes de empreender uma análise objetiva da realidade brasileira, deixando de perceber as transformações que se acumulavam na estrutura econômica e nas instituições políticas de nosso país.

Contrariando os fatos, o Programa descrevia a situação econômica do País como de estagnação. Ao focalizar sòmente a penetração imperialista e deixar de ter em conta as fôrças que a ela se opõem, formulava a tese errônea, de caráter fatalista, sôbre a colonização crescente do Brasil. Essa tese fundamentava a concepção da revolução a curto prazo e a prática de uma política profundamente sectária.

Uma vez que não dávamos atenção ao desenvolvimento capitalista nacional, era inevitável que desconhecêssemos os fenômenos dêle resultantes: não apreciávamos corretamente as modificações que ocorriam na estrutura social e, concomitantemente, na vida política do País. Não percebíamos que a

burguesia brasileira, interessada no desenvolvimento independente da economia nacional, aumentava sua influência não só nos partidos políticos e no Parlamento como no próprio govêrno. Com a participação da burguesia no poder, mudava parcialmente o caráter de classe do Estado, bem como a natureza do govêrno. Era errônea, portanto, a caracterização que no programa de 1954 se fazia do Estado brasileiro como de um Estado de latifundiários e grandes capitalistas a serviço do imperialismo norte-americano. Não compreendíamos que a burguesia se esforçava para utilizar os órgãos do Estado a fim de impulsionar o desenvolvimento do capitalismo nacional e, com isto, oferecia obstáculos à dominação imperialista, gerando-se focos de atritos no aparelho estatal entre os interêsses nacionais e os interêsses monopolistas estrangeiros.

Partindo de premissas errôneas na conceituação do caráter do Estado, não analisávamos corretamente as modificações que se verificavam no regime político em conseqüência do processo de democratização resultante das mudanças ocorridas na estrutura econômica e da ação das fôrças sociais progressistas. Constatávamos sòmente as limitações antidemocráticas, os aspectos reacionários, os atentados às liberdades, quando o movimento operário restabelecia em grande parte a liberdade sindical e as massas ampliavam cada vez mais a prática da democracia. A Constituição era definida no Programa como um «código de opressão», quando, na verdade, não obstante expressar aspectos retrógrados da sociedade brasileira, consagra as liberdades democráticas e importantes direitos sociais das massas. Proclamávamos que as eleições constituíam «uma farsa» e, entretanto, as massas nos ensinavam que por meio delas era possível modificar a composição do Parlamento e do govêrno e influir nos destinos do País. Com essa posição negativista e unilateral em

face do regime político existente, renunciávamos à utilização completa das possibilidades de atuação legal e recorríamos freqüentemente a formas de luta aventureiras, o que nos conduzia ao isolamento em relação às massas.

55 No que se refere às contradições existentes na sociedade brasileira não compreendíamos de maneira correta a relação entre a contradição que opõe a Nação ao imperialismo norte-americano e seus agentes internos e a contradição entre as fôrças produtivas e o monopólio da terra. Colocávamos subjetivamente essas contradições no mesmo plano, não percebendo que a primeira delas se tornava a principal no presente momento, a que exerce influência dominante sôbre os processos da vida econômica e política do País, enquanto o desenrolar da luta agrária, em que pese sua importância fundamental, se subordina ao curso da luta antiimperialista. Em vista dêsse êrro básico, não avaliamos devidamente as condições cada vez mais favoráveis para unificar amplas fôrças contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, inimigo principal da Nação.

Nossa posição sectária no problema da frente única relacionava-se de perto com a incompreensão a respeito do papel da burguesia na revolução. No Manifesto de Agôsto não a incluíamos entre as fôrças revolucionárias. A correção dêste êrro no Programa aprovado pelo IV Congresso foi parcial, visto que identificávamos a chamada «burguesia nacional» apenas com a média burguesia e, sobretudo, porque não reconhecíamos a influência já exercida pela burguesia brasileira na vida política e no próprio aparelho estatal, como um fator de resistência à exploração imperialista. Afirmando que os latifundiários e os grandes capitalistas brasileiros tinham identidade de interêsses com os imperialistas norte-americanos — como se dizia no Programa de 1954 — não podíamos

utilizar devidamente as contradições que os separam, ampliávamos injustificàvelmente o campo dos inimigos e reduzíamos a amplitude da frente única. Sem apreciar acertadamente a importância do fator nacional na revolução e preocupados em ganhar as massas para a realização imediata de transformações revolucionárias radicais, entendíamos que o golpe principal devia ser dirigido contra a burguesia nacional reformista. Desta maneira, cometemos graves erros na política de aliança com a burguesia. Em determinadas ocasiões, não contribuímos para agrupar e sim para dividir as fôrças que podem lutar contra a exploração imperialista norte-americana.

A influência do subjetivismo se manifestava na maneira como concebíamos o processo de organização da frente única. Contrariando a indicação leninista de que as formas de luta e de organização política surgem da própria realidade e correspondem às condições concretas do processo revolucionário, criamos subjetivamente um modêlo pré-fabricado — o da Frente Democrática de Libertação Nacional — e nos esforçamos durante muito tempo, sem êxito para levá-lo à prática. Deixamos de perceber, assim, o processo de formação da frente única, que se dava na própria realidade e que decorria não só de condições objetivas como da ação das fôrças patrióticas e da atuação dos comunistas. Não compreendemos, senão com grande atraso, o papel do movimento nacionalista como frente única, embora incipiente, das fôrças nacionalistas e democráticas.

A hegemonia do proletariado na frente única era concebida de maneira mecânica, como uma imposição prévia a outras fôrças e não como o resultado de um processo paulatino e de um trabalho paciente, em que se associam a experiência política das massas e a ação persuasiva e acertada dos comunistas. Esta concepção errônea nos conduzia a

trabalhar sòmente com os aliados — evidentemente poucos — que se submetiam prèviamente a nossos pontos de vista. Atuávamos de modo sectário e intolerante em face de amplos setores de diferente orientação política e ideológica, empenhados, porém, de uma ou outra maneira, na luta por objetivos antiimperialistas e democráticos. Faziamos esforços para criar organizações de frente única com a preocupação de impor antecipadamente a direção exclusiva dos comunistas, sem dar atenção à necessidade de torná-las verdadeiras organizações de massas, bem como de atuar em qualquer tipo de organização em que a massa se encontre. Ao invés de ampliar a influência da vanguarda da classe operária, tais esforços conduziam ao isolamento dos comunistas, cuja liderança se exercia apenas sôbre um círculo estreito de simpatizantes.

Igualmente subjetivista era a maneira como figurávamos a aliança operário-camponesa. Dominados pela idéia da revolução a curto prazo, não levávamos em conta o nível real atingido pelo movimento camponês, o atraso político das massas camponesas no Brasil, a necessidade de utilizar as formas legais de atuação para organizar e esclarecer polìticamente os trabalhadores do campo. Daí a impaciência em radicalizar as organizações e lutas camponesas, a tendência generalizada de pretender transformar ràpidamente tôda e qualquer luta no campo em luta armada pelo confisco da terra, o que nos levou, após muitos anos de esforços, a não consolidar o movimento de massas no campo.

**56** Nossas concepções dogmáticas determinaram uma falsa compreensão do caminho da revolução brasileira. Não fomos capazes de distinguir na experiência das revoluções realizadas em

outros países — particularmente na russa e na chinesa — os traços essenciais, válidos para todos os países, e os aspectos particulares e mesmo singulares, cuja repetição não pode ser obrigatória em outras condições. Daí porque julgávamos o caminho da luta armada como o único admissível para a revolução brasileira, sem perceber que, dentro das novas condições do Brasil e do mundo, havia surgido a possibilidade real de um outro caminho revolucionário por vias pacíficas. Partindo da idéia, expressa no Programa de 1954, de que vivemos num «regime de reação e terror», o que constitui evidente deformação unilateral da realidade, não víamos que existe um processo de democratização da vida política do País, em virtude do qual se criam condições para a utilização dos meios legais de luta pelas fôrças nacionalistas e democráticas.

Acreditávamos ser possível ganhar as massas para a revolução colocando como tarefas imediatas as transformações revolucionárias radicais, ao invés de nos integrarmos na vida política corrente e lutar pelos objetivos revolucionários partindo das condições reais e da correlação de fôrças existentes. A tática, para nós, se reduzia assim à pura agitação e ao desencadeamento de lutas, que procurávamos levar em quaisquer condições às formas mais extremas, visando com isso ganhar as massas para o programa revolucionário, enquanto esperávamos a chegada do momento propício em que, por meio da insurreição, substituiríamos as classes no poder. Só víamos, dêste modo, a meta a atingir, que colocávamos arbitràriamente como objetivo imediato, e não o movimento real no qual devíamos nos integrar, procurando conduzi-lo no sentido da meta revolucionária. Em conseqüência dessa atitude de isolamento sectário, aumentava o desligamento do Partido em relação às massas e não con-

seguíamos acumular fôrças para a realização das transformações revolucionárias que apregoávamos.

Contrapúnhamos mecânicamente aos govêrnos existentes um govêrno capaz de realizar as transformações radicais, sem admitir as formas intermediárias, as formas de aproximação de um poder revolucionário. Não víamos a possibilidade da formação de um govêrno nacionalista e democrático, ainda dentro dos quadros do atual regime, capaz de abrir caminho para uma nova correlação de forças que possibilite empreender as transformações radicais. A falta de perspectiva de modificação da política do País através de um govêrno nacionalista e democrático reduzia nossa atividade à agitação e propaganda de palavras de ordem revolucionárias, enquanto no terreno da ação política ficávamos circunscritos a campanhas isoladas em tôrno de objetivos parciais como a defesa do petróleo, a luta contra o envio de tropas à Coréia, a campanha pela proibição das armas atômicas.

A essência de nossos erros políticos consistia, portanto, numa compreensão «esquerdista» do processo revolucionário, numa concepção falsa que nos levou a desconhecer o curso de desenvolvimento gradual, necessário e inevitável em certa etapa, para admitir tão sòmente a transformação qualitativa, em que êle deve culminar.

**57** Os erros fundamentais da linha geral que seguimos nos últimos anos têm como fonte comum o subjetivismo, que impregnou nosso pensamento político. Por um lado, encarávamos os ensinamentos do marxismo-leninismo como dogmas abstratos, como fórmulas uniformemente aplicáveis a todos os países, sem exame das particularidades concretas do seu desenvolvimento histórico. Por outro lado, menosprezávamos o estudo da realidade brasileira, perdíamos de vista o movimento real,

os processos que estavam em curso na vida econômica e política do País. Nossa política não era, assim, a decorrência direta das condições objetivas do Brasil, mas uma adaptação mecânica de fórmulas gerais ou de experiências acertadas em outras partes do mundo. Não soubemos, em suma, aplicar corretamente os princípios universais do marxismo-leninismo às particularidades específicas do nosso país.

**58** A orientação política definida no Programa e nos documentos do IV Congresso logo se revelou em flagrante contradição com a realidade. Em face da campanha presidencial de 1955, o Partido se viu obrigado a colocar de lado algumas teses fundamentais nêles contidas para dar passos efetivos em sua ação política.

Enquanto o Programa desdenhava as eleições como meio de luta, o Partido era forçado pelas circunstâncias a elaborar sua tática em função da luta sucessória, considerando-a o «elo principal» na cadeia dos acontecimentos políticos. Enquanto o Programa situava como objetivo imediato um govêrno sob a direção do proletariado, capaz de empreender transformações revolucionárias radicais, negando a viabilidade de qualquer progresso no sentido da emancipação nacional e da democracia dentro dos marcos do atual regime, a tática estabelecia como objetivo imediato a eleição de um Presidente da República capaz de realizar uma plataforma de defesa da paz, de reivindicações nacionalistas e democráticas, exequíveis dentro da presente estrutura econômico-social. O esquema da frente democrática de libertação nacional era pôsto à margem, e na prática o Partido evoluía para uma política de alianças com as fôrças que se opunham ao golpe de 24 de agôsto e ao govêrno de Café Filho, marchando para integrar-se no movi-

mento nacionalista, embora sua atividade se ressentisse de fortes tendências sectárias.

Quando dos acontecimentos de 11 de novembro, os comunistas se integraram no conjunto das fôrças que defendiam a legalidade democrática e a posse do govêrno eleito pelo povo. Com a formação do govêrno heterogêneo do sr. Juscelino Kubitschek, do qual participava um setor nacionalista ao lado de grupos ligados ao capital monopolista estrangeiro, tornou-se ainda mais evidente o êrro do Programa, que carateriza os governos brasileiros, em seu conjunto, como «governos de traição nacional», assim como a orientação tática «esquerdista» e aventureira que pregava a «derrubada do atual govêrno».

Entretanto, no informe político de janeiro de 1956 o Comitê Central afirmava ainda que «a vida vem comprovando dia a dia a justeza do programa do Partido e da linha geral traçada pelo IV Congresso.» A contradição chocante entre o Programa e a tática desorientava profundamente os militantes e impedia a atuação política acertada dos comunistas no movimento de massas. Já então a direção do Partido demonstrava-se incapaz de empreender uma análise crítica aprofundada da linha «esquerdista» e sectária. Amadureciam, porém, as premissas objetivas para uma rutura radical com as concepções que entravam em choque com a vida e constituíam impecilho ao desenvolvimento de nossa atividade. A própria experiência do Partido em sua atuação política vinha indicando, há vários anos, a necessidade de substituir teses já superadas, e sugerindo os elementos novos que deviam constituir uma linha política derivada da realidade.

**59** O XX Congresso do PCUS foi o grande acontecimento que levou o nosso Partido a reexaminar suas concepções políticas e teóricas.

No curso dos intensos e prolongados debates que as teses do XX Congresso suscitaram em nossas fileiras, os comunistas brasileiros submeteram à crítica os graves erros de caráter dogmático e sectário que impregnavam a orientação política e tôda a atividade do Partido. As contradições que se acumulavam no seio do Partido, em conseqüência da infração sistemática dos princípios marxista-leninistas, manifestaram-se abertamente durante as discussões.

Apesar das deformações que sofreu e dos sérios erros cometidos pela direção do Partido na sua condução, o debate alcançou resultados positivos para o desenvolvimento do Partido. Conduziu na prática à aplicação do princípio da democracia interna, possibilitando que os comunistas opinassem sôbre os problemas fundamentais da linha política e da organização do Partido. Surgiram no curso das discussões, ao lado de teses falsas, opiniões justas e construtivas. Começou a formar-se no Partido um clima favorável ao exercício amplo e livre da crítica, sobretudo da crítica vinda de baixo, que anteriormente era sufocada. Com o debate, o Partido adquiriu uma compreensão mais clara dos seus próprios erros e defeitos, o que constituiu uma etapa necessária no caminho da sua correção. Iniciou-se a crítica do Programa do IV Congresso e a elaboração dos elementos de uma nova linha política.

Ao sobrevirem os acontecimentos que se sucederam ao XX Congresso, revelou-se, porém, a fraqueza da direção do Partido, que se mostrou despreparada política, teórica e ideològicamente para enfrentar as questões apresentadas naquelas circunstâncias. O Comitê Central e o Presidium não foram capazes de realizar uma análise séria e equilibrada das novas teses levantadas no XX Congresso e, especialmente, da crítica formulada ao culto à personalidade e aos erros do último período da

atividade de Stálin. A direção do Partido foi incapaz de reconhecer o que havia de novo naquelas teses e de empreender uma análise autocrítica da atividade partidária, incapaz, portanto, de dirigir o debate no sentido de encontrar as justas soluções para os problemas em discussão, baseadas nos princípios marxista-leninistas e no estudo da realidade brasileira. A debilidade ideológica da direção manifestou-se claramente na perplexidade de que foi tomada ante a campanha de calúnias e os ataques da reação mundial em face das decisões do XX Congresso do PCUS, no grande atraso com que foram iniciadas as discussões no Comitê Central, no fato de que a maioria dos dirigentes, sobretudo os mais responsáveis, omitiu-se do debate pela imprensa. Muitas das teses anti-soviéticas, que caluniavam a URSS e o PCUS, bem como teses revisionistas e liquidacionistas, negando o marxismo-leninismo e o Partido Comunista, haviam surgido dentro do próprio Presidium e, assim fortemente escoradas, ganhavam membros do Comitê Central e outros elementos do Partido. De outro lado, o Comitê Central e, particularmente, o Presidium, não ingressaram a tempo no caminho da correção dos erros, mantiveram-se durante muitos meses aferrados às posições dogmáticas e sectárias e, na prática, ao invés de travarem a luta no plano ideológico, recorreram a medidas puramente administrativas e a métodos de coação que facilitaram a atividade dos elementos fracionistas e revisionistas contra a unidade do Partido.

**60** Os erros da direção do Partido na condução da luta interna contribuíram para abrir caminho às concepções revisionistas e às atividades antipartidárias que se manifestaram em nossas fileiras após o XX Congresso do PCUS. Certo número de membros do Partido se desorientaram com

a revelação dos erros ligados ao culto à personalidade de Stálin, cederam ao impacto da propaganda caluniosa do imperialismo e resvalaram, sob a influência da ideologia burguesa, para posições contrárias aos princípios marxista-leninistas.

A essência das posições revisionistas em nosso Partido, como em todo o movimento comunista mundial, consistiu na negação dos princípios gerais do marxismo-leninismo.

O princípio fundamental da política dos comunistas, a hegemonia do proletariado, foi negado pelos revisionistas, sob o falso argumento de que seria sectário e prejudicial ao movimento revolucionário disputar sua direção com a burguesia, uma vez que esta pode dirigir conseqüentemente a revolução antiimperialista e antifeudal. A luta pela hegemonia do proletariado era postergada, por alguns, para outra fase da revolução, o que na prática só pode significar a abdicação do proletariado ao seu papel dirigente no movimento revolucionário. Concomitantemente, surgiram opiniões de que as massas camponesas têm, nas condições específicas do Brasil, papel secundário na revolução e que, por conseguinte, são dispensáveis os esforços para construir a aliança da classe operária com os camponeses. Tôdas essas teorias tinham como objetivo justificar o abandono das posições de classe do proletariado, a pregação aberta da conciliação de classes com a burguesia e a renúncia a uma posição independente dos comunistas dentro da frente única.

As concepções revisionistas se expressaram, no terreno organizativo, na negação da necessidade do Partido Comunista como organização de vanguarda da classe operária e na propagação de teses liberais e anárquicas, em contraposição aos princípios leninistas de organização do Partido. Por um lado, os revisionistas tentaram liquidar o Partido, considerando-o um tipo de organização històricamente su-

perado e afirmando que a *frente* nacionalista seria suficiente para a condução do movimento revolucionário. Por outro lado, a pretexto de combater os erros sectários e os métodos mandonistas, passaram a pregar o abandono do centralismo democrático como princípio diretor da estrutura partidária, sob a alegação de que se trata de um princípio antiquado, que impede a expansão do Partido e cerceia a liberdade de opinião. Opondo-se à concepção leninista do Partido, defendiam o direito à existência de frações, liberdade para a ação autônoma de minorias e a independência dos organismos inferiores em relação aos superiores, pretendendo justificar suas teses com a necessidade de «democratização» do Partido.

Sob a influência da propaganda ideológica do imperialismo, os revisionistas abandonaram as posições do internacionalismo proletário. Falseando a significação dos erros cometidos na URSS em relação com o culto à personalidade, passaram a atacar a União Soviética, a negar o caráter socialista do regime soviético e a fazer côro com a imprensa reacionária em tôdas as calúnias propaladas a respeito da questão da Hungria.

A causa do surto revisionista em nosso Partido reside não apenas na pressão ideológica exercida pela propaganda imperialista, mas igualmente no crescimento da influência política e ideológica da burguesia brasileira, que se reflete em nossas fileiras. Com o desenvolvimento capitalista que se processa no País, a burguesia se fortalece do ponto de vista político e, a fim de defender seus interêsses contra a ação dos monopólios estrangeiros, levanta bandeiras de caráter nacional e democrático. Alguns setores do Partido, abandonando as posições de classe do proletariado e não levando em conta o duplo caráter da burguesia, tentam apagar as contradições que a contrapõem aos operários, idealizam as possi-

bilidades da burguesia como fôrça dirigente da revolução, perdem inteiramente de vista o exclusivismo dos interêsses da burguesia e a inconseqüência que é inerente à sua natureza de classe exploradora. Essas ilusões surgem tanto mais fàcilmente quando a classe operária é aliada da burguesia numa ampla frente nacionalista e democrática para a luta comum contra o imperialismo.

No curso da luta interna que se travou em nossas fileiras após o XX Congresso do PCUS, alguns dos portadores de tendências revisionistas passaram do campo das divergências para o da luta fracionista aberta e se entregaram a atividades antipartidárias. A defesa da unidade do Partido tornou necessária, nestas circunstâncias, a adoção de medidas contra as atividades fracionistas.

61 Em conseqüência dos graves erros cometidos pela direção do Partido na condução da luta interna e da sua incapacidade de tomar firmemente pelo caminho da autocrítica, foram necessárias e oportunas as medidas adotadas no pleno do Comitê Central de agôsto de 1957, que recompôs o Presídium e o Secretariado. O afastamento de alguns camaradas do Presídium objetivou facilitar o avanço no caminho de uma nova orientação política e empreender a correção dos erros já condenados pelo Partido.

O debate teve o mérito de mostrar a inconveniência de permanecer no Presídium quem quer que, com maiores responsabilidades, houvesse contribuído para a irrupção das idéias revisionistas no seio do Comitê Central ou quem quer que mais se tivesse apegado ao dogmatismo e ao sectarismo. As idéias revisionistas e a velha linha dogmática, que constituía um corpo de concepções e métodos estranhos ao marxismo-leninismo, precisavam ser removidas

e, com elas, seus mais aferrados seguidores no Presidium.

As modificações na direção facilitaram ao Comitê Central adotar nova linha política, aprovada no pleno de março de 1958 e exposta na Declaração dada a público na mesma época.

**62** A partir de 1958, os comunistas guiaram sua atuação política pela Declaração de Março, lutando para fortalecer a frente única, modificar a política e a composição do govêrno e conquistar um govêrno de caráter nacionalista e democrático.

A mudança de orientação contribuiu para uma integração maior dos comunistas na vida política do País e favoreceu a legalização dos dirigentes partidários e sua atuação pública. Rompendo com o isolamento sectário, que foi a característica predominante de nossa atividade no decênio após a cassação do registro do PCB, assinala-se uma participação mais ativa dos comunistas nos movimentos de frente única nacionalista e democrática, bem como o estreitamento dos contactos e da unidade de ação com outros partidos e correntes nacionalistas e populares.

Coube aos comunistas um papel saliente na denúncia da política econômico-financeira parcialmente executada sob inspiração do FMI. Cedendo à pressão dos interêsses monopolistas estrangeiros e aos grupos entreguistas, o govêrno do sr. Kubitschek vem realizando uma política de compromissos com o capital alienígena e adotou medidas financeiras incompatíveis com os interêsses nacionais. Entretanto, o movimento nacionalista obteve êxitos importantes na luta contra essa política: impediu a aplicação total do chamado «Programa de Estabilização Monetária» e a execução completa da reforma cambial; obrigou o govêrno a romper as negociações

com o FMI, ato que alcançou grande repercussão nacional e internacional; desalojou do poder a camarilha de agentes mais ostensivos do imperialismo, constituída por Lucas Lopes, Roberto Campos e outros; defendeu com sucesso o monopólio estatal do petróleo contra os repetidos assaltos do imperialismo.

Empenhando-se na unificação do movimento sindical e intensificando sua atuação nos sindicatos, os comunistas contribuíram para as vitórias parciais alcançadas pelos trabalhadores na luta em defesa de seu nível de vida. Embora a política econômico-financeira do govêrno tenha conduzido a um sério agravamento da carestia de vida e à redução do salário real, a reação não logrou impor o congelamento de salários pretendido no «Programa de Estabilização Monetária». Como fruto de uma campanha de âmbito nacional, os trabalhadores obtiveram a revisão dos níveis de salário-mínimo em bases extraordinárias. Sob pressão do movimento sindical e das lutas grevistas, foram conseguidos aumentos anuais de salários na quase totalidade das categorias profissionais.

Em que pesem as manobras reacionárias de alguns círculos do govêrno, as liberdades democráticas foram mantidas e, em certa medida, ampliadas, embora subsistam restrições injustificáveis aos direitos dos comunistas. A anulação da ordem de prisão preventiva contra Prestes e outros comunistas, sua absolvição em um dos processos a que respondiam e a legalidade de fato desfrutada pelos comunistas em sua atuação política representam importantes conquistas democráticas.

A luta por uma política exterior independente, de paz e amizade com tôdas as nações, não foi ainda coroada de êxito, mas o govêrno do sr. Kubitschek tem sido obrigado a dar passos para uma aproximação do Brasil com os países socialistas, permitindo maior intercâmbio cultural e estabelecendo relações

comerciais com a União Soviética, mediante a assinatura de um convênio.

Em suma, o movimento de massas não atingiu até hoje um nível que possibilite radical mudança de rumos do País no sentido de uma política nacionalista e popular. De outra parte, porém, o imperialismo norte-americano e a reação interna não lograram impor um retrocesso em relação às conquistas já realizadas, nem deter o processo de acumulação de fôrças que se desenvolve no campo nacionalista e democrático.

Um dos resultados mais significativos das lutas travadas pelo povo brasileiro, nestes dois anos, foi precisamente o fortalecimento da frente única, que se expressa nas ações unitárias dos setores patrióticos de diversos partidos ao lado de organizações populares, no papel cada vez mais importante que desempenha a Frente Parlamentar Nacionalista, nas vitórias eleitorais dos candidatos nacionalistas, no progresso do movimento operário e estudantil, na atuação destacada da corrente antiimperialista das Fôrças Armadas.

Os comunistas vêm desempenhando uma função de grande importância nesse processo. Um número crescente de organizações e militantes, à medida em que abandonam as posições sectárias, voltam-se para o trabalho à maneira nova nas entidades de massa, o que tem possibilitado aos comunistas colocar-se à frente de diversas lutas populares e aumentar sua influência nas organizações de frente única. Particular referência merece o fortalecimento das posições dos comunistas no movimento sindical, onde a nossa ação tem sido por vêzes decisiva no sentido de impulsionar o processo de unidade da classe operária. A correção dos erros sectários que dificultavam a atuação dos comunistas nos órgãos superiores do movimento sindical, nas federações e confederações, vem permitindo a realização de ações unitárias de

naior envergadura, em escala local e nacional, e a narcha progressiva para a unificação orgânica do novimento sindical. Com a intensificação de nossa tividade entre os estudantes, foram superadas as lificuldades surgidas após o XX Congresso, e as organizações de estudantes comunistas cumprem des-acado papel no movimento estudantil.

Apesar das discriminações antidemocráticas que restringem a atividade eleitoral dos comunistas, sua participação nas últimas campanhas eleitorais foi mais ativa do que nas anteriores. Contribuindo para a formação de diversas coligações eleitorais vitoriosas, os comunistas atuaram nessas alianças com uma amplitude sem precedentes. Nosso contingente eleitoral concorreu, por vêzes de maneira decisiva, para a eleição de numerosos candidatos nacionalistas e populares, inclusive representantes da classe operária, o que nos permitiu alcançar nas eleições de 1958 os melhores resultados desde 1947.

63 A prática tem comprovado o acêrto da linha política traçada na Declaração de Março de 1958, no que diz respeito aos seus aspectos essenciais. Entretanto, na realização desta política manifestam-se, na direção e em todos os escalões do Partido Comunista, tendências errôneas de esquerda e de direita, prejudiciais à correta orientação do movimento operário e da luta antiimperialista e democrática.

As tendências esquerdistas mais freqüentes consistem no seguinte:

a) Encarar com reservas ou hostilidade o movimento nacionalista, considerando que participar dêsse movimento significaria submeter-se à hegemonia da burguesia e abandonar a posição independente que deve manter a classe operária. Essa atitude decorre de uma concepção mecânica da hegemonia do proletariado, da incompreensão do fato de que esta só

pode realizar-se através de um processo concreto, árduo e paulatino de luta, durante o qual a classe operária marcha em aliança com as demais classes e camadas antiimperialistas, inclusive com a burguesia, ao mesmo tempo que combate suas vacilações e tendências ao compromisso. O alheamento sectário dos operários e, em particular, dos comunistas em face do movimento nacionalista, embora aparente ser uma atitude ultra-revolucionária, conduziria na prática a uma capitulação oportunista, abandonando a luta antiimperialista à influência exclusiva dos elementos burgueses e pequeno-burgueses, à sua direção inconseqüente.

b) Opor-se de modo mais ou menos aberto à idéia da aliança com a burguesia, sob o pretexto de que o proletariado deve aguçar ao máximo a luta de classes para defender seus interêsses. Os portadores dessa tendência não compreendem que a contradição entre a classe operária e a burguesia só pode ser resolvida numa etapa posterior da revolução, na etapa socialista. A luta de classes entre operários e patrões é inevitável e necessária, uma vez que resulta da contradição objetiva existente entre explorados e exploradores, mas o interêsse da classe operária consiste em conduzir esta luta de forma adequada. Encerrar-se nos estreitos marcos das reivindicações econômicas contra os patrões significa renunciar à luta política antiimperialista e adotar o mais vulgar «economismo».

c) Negar o caráter heterogêneo do govêrno e considerá-lo, em conjunto, um govêrno entreguista e reacionário. Os camaradas que mantêm tal opinião não levam em conta uma particularidade importante da situação brasileira — o fato de que os entreguistas se encontram não apenas no govêrno, mas também na oposição, e que o imperialismo norte-americano pressiona o govêrno não só de dentro, mas também por meio de grupos oposicionistas reacioná-

rios. Atacar o govêrno em bloco, sem distinguir a presença do setor nacionalista, seria fazer o jôgo da oposição reacionária e entreguista que, ao combater o govêrno, tem em vista precisamente alijar os elementos nacionalistas e eliminar os aspectos positivos de sua política.

d) Não confiar na possibilidade de um caminho pacífico para a revolução brasileira, em sua etapa atual. Essa tendência se traduz no menosprêzo pelas formas legais de luta, no alheamento de numerosos comunistas em face das organizações de massas, no saudosismo pelas formas de luta de tipo aventureiro, na subestimação das eleições e da luta eleitoral como instrumento de ação política. As raízes de tal concepção errônea são, de um lado, a incompreensão de que a correlação de fôrças no plano mundial se tornou favorável ao socialismo e à luta dos povos pela libertação nacional e, de outro lado, a incompreensão de que o processo de democratização em curso no País exige a utilização das formas de luta legais e pacíficas. À base dessa tendência encontra-se a idéia falsa, predominante por muitos anos nas fileiras comunistas, de que sòmente os meios de lutas ilegais ou violentos, ou sòmente a luta armada, podem ser considerados revolucionários. Entretanto, a atitude desdenhosa em relação às formas de lutas legais e pacíficas, o menosprêzo pelo trabalho paciente nas organizações de massa, nos sindicatos, no Parlamento, etc., nada têm de revolucionário nas condições atuais, porquanto condenariam os comunistas a se isolarem das massas, a se afastarem da atuação efetiva no cenário político e a abandonarem as massas à influência de fôrças políticas não-proletárias.

A realização acertada da política do Partido exige o combate intransigente às concepções dogmáticas e sectárias que, muitas vêzes, revestidas por uma fraseologia ultra-esquerdista e por pretensa defesa dos princípios, não fazem senão alimentar a passivi-

dade oportunista e o afastamento da luta política real. Atentos para eliminar os erros de esquerda, que possuem antigas raízes no Partido, cumpre-nos igualmente combater os erros de direita que se manifestam em nossa atividade.

Entre as tendências de direita destacam-se as seguintes:

a) Interpretar a aliança com a burguesia como ausência de contradições entre a classe operária e os capitalistas nacionais, pregando o amainamento da luta de classes sob o pretexto de fortalecer a frente única. Ao aliar-se com a burguesia no movimento nacionalista, a classe operária não pode desconhecer que entre ela e os capitalistas brasileiros não há sòmente motivos de unidade, mas também contradições e luta. Essas contradições são inevitáveis, determinadas pelas causas objetivas relacionadas com o caráter de classe das fôrças sociais que participam da frente única. A luta da classe operária contra o agravamento da exploração capitalista e contra as vacilações da burguesia diante do imperialismo, em lugar de enfraquecer e dividir a frente única, tem como objetivo imprimir firmeza ao movimento revolucionário, ampliar a sua base com a participação das massas trabalhadoras e impulsionar a própria burguesia no sentido de uma posição mais conseqüente em favor da emancipação nacional.

b) Considerar a possibilidade do caminho pacífico da revolução como uma colaboração idílica entre as classes, como algo semelhante à «paz social». Os portadores dessa concepção supõem que as fôrças nacionalistas e democráticas, porque contam com a superioridade do ponto de vista histórico, podem obter a vitória espontâneamente, sem travar duras lutas e entrar em choque com o imperialismo americano e seus agentes internos. Alguns camaradas confundem caminho pacífico com passividade e espontaneísmo, sem compreender que a possibilidade

do caminho pacífico só pode ser assegurada pela luta de massas, que não exclui choques e conflitos. E' radicalmente errôneo identificar o caminho pacífico à conciliação de classes, quando não é senão a realização das tarefas revolucionárias, sem a inevitabilidade do recurso à insurreição armada e à guerra civil.

c) Preconizar uma posição de conformismo e passividade diante do govêrno e de sua política. Persistem em certos setores do Partido tendências a apoiar os atos positivos do govêrno e a criticar de modo inconseqüente seus atos negativos, sem lutar por mudanças substanciais na política e na composição do atual govêrno, pela substituição dos elementos entreguistas por nacionalistas e democratas. Essa tendência leva ao enfraquecimento da luta pela formação de um govêrno nacionalista e democrático, que constitui o centro de tôda a nossa tática. Há quem interprete a luta contra as medidas antinacionais e antipopulares do govêrno como uma ação divisionista, capaz de favorecer a oposição entreguista e prejudicar a unidade com o setor governamental que defende posições nacionalistas. Entretanto, o ataque aos aspectos negativos do govêrno, longe de prejudicar a frente única e criar dificuldades ao setor nacionalista governamental, é um fator importante para reforçar suas posições. Uma atitude de passividade diante do govêrno significaria, para as fôrças nacionalistas e populares, abster-se de intervir na luta que se trava dentro do próprio govêrno entre os patriotas e os entreguistas, o que importaria numa ajuda, por omissão, aos grupos antinacionais. Por outro lado, se o combate aos erros do govêrno não fôr feito pelos patriotas, com o objetivo de modificar sua política em favor do nacionalismo, os entreguistas e reacionários da oposição tratarão de capitalizar o descontentamento popular em benefício de suas posições.

**64** O problema das relações entre nosso Partido e o movimento comunista internacional, suscitado no debate que se sucedeu ao XX Congresso, foi solucionado mediante a correção dos erros do passado e a observância acertada do princípio do internacionalismo proletário.

Nosso êrro anterior consistiu em não têrmos adotado uma atitude crítica em face das experiências dos outros partidos comunistas e operários. Em relação aos documentos e decisões do PCUS tomávamos comumente a posição errônea de considerá-los como diretivas obrigatórias, às quais devíamos submeter tôda a nossa atividade. Guiados por uma falsa compreensão do internacionalismo proletário, não tínhamos em conta o quanto é errôneo transplantar experiências de outros países para condições de tempo e lugar inteiramente diferentes. Não compreendíamos que cabe aos comunistas brasileiros conhecer as condições concretas da luta e traçar a linha acertada correspondente a estas condições, tomando em consideração as tradições e características de nosso país e a experiência do movimento operário mundial.

Sob a influência de idéias nacionalistas burguesas, formou-se na direção de nosso Partido a estranha opinião de que nos comunistas brasileiros recaía a missão de exercer uma espécie de papel dirigente em relação aos partidos irmãos da América Latina. Tais idéias não podem deixar de ser submetidas à crítica e rejeitadas.

A experiência demonstra que as relações entre os partidos comunistas, baseadas na unidade de objetivos do movimento comunista mundial, não podem ser outra senão de igualdade e independência, ajuda mútua e solidariedade, crítica fraternal e não-ingerência nos assuntos internos de uns pelos outros. Sôbre uma base firme de princípios é possível resolver controvérsias e encontrar o caminho da uni-

dade e da harmonia de interêsses entre os partidos comunistas. Para a luta vitoriosa contra o inimigo comum são necessárias, igualmente, a troca de experiências e as relações bilaterais e multilaterais entre os partidos comunistas e operários, cuja unidade se fortalece contìnuamente.

**65** A participação aberta dos comunistas na atividade política, a correção das concepções sectárias e dos métodos errôneos vem possibilitando a superação gradual, porém efetiva, da grave situação em que se encontrava a organização partidária após o XX Congresso e os debates travados em suas fileiras. À medida em que os comunistas intensificam sua atuação política, tendem a crescer as fileiras partidárias com o recrutamento de novos militantes.

O esfôrço empreendido para a aplicação do centralismo democrático, visando particularmente a correção dos erros sectários no terreno da organização, tem alcançado resultados positivos, malgrado certas deformações subsistentes. As eleições se tornaram norma e, nos organismos intermediários e de base, a escolha das direções se processa, via de regra, democràticamente, sem a interferência abusiva dos órgãos superiores. Verifica-se maior respeito pela autonomia dos organismos, que dispõem de iniciativa para a solução dos problemas de sua alçada. O método de imposição vai sendo abolido nas relações entre os órgãos superiores e inferiores, entre dirigentes e militantes de base, sendo substituído gradualmente pelo método da persuasão.

A aplicação do princípio da democracia interna vem criando um clima propício à crítica de baixo para cima, antes sufocada pelo sistema de direção mandonista. O direito de opinar livremente, dentro dos princípios partidários, tem sido assegurado a todos os comunistas, eliminando-se a discrimina-

ção contra os que divergem. Em virtude do emprêgo de processos mais corretos de luta interna e da autocrítica que vem sendo realizada pela direção, foi possível recuperar para a atividade númerosos militantes que se haviam afastado ou se mantinham inativos como conseqüência dos métodos impositivos e discriminatórios adotados no passado.

A orientação adotada para a superação de sérios defeitos no que se refere à estrutura orgânica, à política de imprensa, ao trabalho de educação, à política de finanças e à organização das emprêsas vem produzindo conseqüências positivas, embora ainda de caráter parcial. A adaptação da estrutura do Partido à organização administrativa do País possibilitou uma integração maior dos organismos regionais e locais na vida política. Alguns êxitos têm sido assinalados com a execução da nova política de imprensa, refletidos no aumento da circulação do semanário, na difusão alcançada pela revista e na preparação das bases materiais para o lançamento do diário. O reinício do trabalho de educação política e ideológica em novas bases, com um maior aproveitamento das possibilidades legais, vem obtendo resultados no sentido de superar o caráter dogmático e acadêmico que possuíam, em grande parte, os cursos anteriores. Regulariza-se a situação financeira, sèriamente abalada pela política de finanças anteriormente adotada e pelos acontecimentos do período 1956-1957.

**66** Embora tenham sido registrados êxitos efetivos, não podem ser considerados plenamente satisfatórios os esforços realizados até agora para corrigir os erros sectários e dogmáticos, superar as dificuldades criadas pelo surto fracionista e reorganizar tôda a atividade partidária em novas bases. Em vários setores do Partido persiste a confusão ideológica e política provocada por concepções dog-

máticas ou revisionistas não eliminadas de todo no processo da luta interna. Nosso trabalho ideológico e de propaganda ressente-se de grande debilidade, o que influi negativamente na formação dos comunistas e no processo de assimilação da linha política. O funcionamento orgânico do Partido é muito precário, pela incapacidade que tivemos, até o momento, de aplicar corretamente os princípios de organização e justos métodos de trabalho. E' insuficiente também o empenho realizado para colocar os comunistas à frente das massas em sua vida cotidiana e em suas lutas, para ligar profundamente o conjunto do Partido aos trabalhadores e ao povo.

Conquanto tenham sido obtidos êxitos na organização do trabalho do Partido entre os estudantes, não foi ainda analisado e resolvido o importante problema da atuação dos comunistas entre a juventude. O papel destacado que desempenha as massas de jovens na vida econômica e política do País exige um exame acurado da experiência da UJC e a adoção de medidas para a reorganização do trabalho juvenil dos comunistas.

**67** A fim de impulsionar a reorganização do trabalho partidário em consonância com a presente situação política do País e com a atual orientação do Partido é indispensável erradicar de nossas fileiras a concepção do Partido Comunista como seita, uma vez que ela se opõe ao próprio caráter da missão que os comunistas têm a cumprir. Sejam quais forem as condições, mesmo nas circunstâncias de penosa ilegalidade, à frente da classe operária deve estar um Partido que saiba dirigir a luta pelos objetivos revolucionários na ação política corrente, diária, determinada pelas próprias exigências do movimento real das massas, das classes e das fôrças políticas. Os comunistas só cumprirão seu papel histórico na medida em que se colocarem a ser-

viço das massas e se lançarem decididamente à atividade junto às massas. A está exigência essencial devem subordinar-se as atividades de agitação e propaganda, do trabalho de massas e da organização do Partido. Cada organização do Partido deve, antes de tudo, promover a participação ativa, paciente e contínua dos militantes comunistas na organização de massas.

O combate intransigente à concepção sectária do Partido nada tem a ver, porém, com as teses liquidacionistas que, a pretexto de superar o sectarismo, medraram em nossas fileiras durante o debate e ainda exercem influência sôbre um certo número de comunistas. A construção do Partido exige uma luta enérgica contra tais concepções. O partido de vanguarda da classe operária existe como necessidade histórica, como resultado normal e inevitável do desenvolvimento capitalista no País, o qual fêz surgir o proletariado, tornando-o cada vez mais numeroso e concentrado.

Se a frente única nacionalista e democrática encarna os interêsses políticos gerais do povo brasileiro, o Partido Comunista, que é o defensor mais conseqüente dêsses interêsses e, por isso, participa da frente única, não pode deixar de existir e atuar como representante dos interêsses específicos de classe do proletariado que, além das transformações antiimperialistas e democráticas, visa chegar ao socialismo e à sociedade sem classes. O proletariado procura conduzir a luta pela emancipação nacional de modo conséqüente, devendo por isso conservar, dentro da frente única, sua independência ideológica, política e organizativa. Tal independência é inconcebível sem que exista um Partido Comunista, uma vanguarda guiada pela teoria marxista-leninista e vinculada por múltiplos laços às massas do proletariado.

**68** A fim de estabelecer relações acertadas entre o Partido e as massas, entre o Partido e a frente única, é necessário combater tanto as concepções sectárias herdadas do passado, que se traduzem no menosprêzo pelo trabalho de massas e pela atuação na frente única, como as tendências liquidacionistas, que se exprimem na subestimação do papel do Partido como vanguarda e na tendência a substituí-lo pela frente única.

Em alguns setores do Partido registram-se tendências a abandonar o trabalho nas organizacões partidárias e limitar-se exclusivamente ao trabalho nas organizações de massas, a afrouxar os vínculos partidários, a fugir às discussões responsáveis no seio do Partido, ao trabalho coletivo e à disciplina, a encarar com desinterêsse as reuniões regulares dos organismos e a substituí-las por ativos.

Algumas organizações do Partido tendem, dêste modo, a converter-se em apêndice das organizacões de massa renunciando ao seu papel de vanguarda. Surgem teses isoladas que preconizam a substituição das organizacões partidárias por frações sindicais. O trabalho de certas direções quase se limita à atividade de cúpula, aos contatos com outras fôrças políticas e com organizações de frente única, não havendo a necessária preocupação pela construção do Partido e pelo funcionamento das bases. Esta é uma das razões para a débil atuação política das bases, que não operam como organismos vivos e têm pouca capacidade de mobilização de massas.

O *desinterêsse pela* construção do Partido conduz a uma atitude errônea no que se refere aos revolucionários profissionais. Anteriormente, o número excessivo de funcionários do Partido era um dos índices de sua burocratização e do seu desligamento das massas. Ao corrigir êsse êrro não é admissível cair, porém, no extremo oposto, na eliminação de todos os quadros revolucionários profissionais, como

fazem hoje alguns organismos partidários. Um partido revolucionário da classe operária não pode prescindir de certo número de quadros inteiramente dedicados à sua organização.

Como resultado da influência dessas concepções, não estão sendo plenamente aproveitadas as condições favoráveis existentes para a construção do Partido, para o crescimento de suas fileiras mediante o recrutamento de novos militantes e para a estruturação e ativização das Organizações de Base.

Uma condição essencial para fortalecer o papel de vanguarda dos comunistas é o combate firme a essas tendências errôneas, à idéia de que a organização do Partido atrapalha a atividade de frente única. Na realidade, os comunistas não podem realizar uma atividade correta na frente única sem o Partido, sem a sua orientação coletiva, sem o seu papel mobilizador e organizador. E' errôneo contrapor o trabalho de organização do Partido ao trabalho entre as massas.

Os comunistas têm como principal missão o trabalho junto às massas, no qual se apóiam para realizar as tarefas de construção do Partido.

**69** Para que o Partido possa desenvolver-se como um partido de massas, com capacidade de iniciativa e, ao mesmo tempo, combativo e disciplinado, é indispensável a justa aplicação do centralismo democrático. No terreno da organização do Partido é necessário combater, simultâneamente, as concepções sectárias e os métodos mandonistas que entravaram durante muitos anos o seu desenvolvimento e ainda persistem em certos setores e, de outro lado, as concepções liberais e as tendências anárquicas, que pregam o abandono do centralismo para a formação de um «partido amplo de esquerda», sem as características de um partido marxista-leninista.

No que tange às relações entre os organismos superiores e inferiores, a reação natural contra o antigo desrespeito à autonomia dos organismos assume, por vêzes, o caráter nocivo de uma pretensão à independência dos organismos inferiores, de relaxamento dos laços de subordinação da parte ao todo, essenciais à unidade do Partido. Essa concepção liberal se manifesta, também, sob a forma de localismo ou setorismo, na tendência a sobrepor os interêsses de uma organização aos interêsses de todo o Partido. A fim de superar êsses erros, é necessário estabelecer relações acertadas entre os organismos, devendo as instâncias superiores estimular a iniciativa das organizações subordinadas, sem abdicar, porém, de sua função dirigente.

A exagerada centralização do trabalho se manifestava, anteriormente, no excesso de planos e de tarefas impostos de cima para baixo, sem atenção às condições reais existentes. Ao reagirem contra êste êrro, muitos organismos incorrem atualmente no êrro oposto de abolir todo o trabalho planificado, praticando uma direção puramente espontaneísta, que impossibilita qualquer contrôle da atividade e implica em renunciar a uma direção efetiva.

Assim também, a pretexto de lutar contra os métodos impositivos e mandonistas, certo número de comunistas pleiteia, na realidade, a eliminação da disciplina partidária, recusando-se a cumprir as resoluções coletivas dos organismos e as diretivas dos órgãos dirigentes. A manutenção da disciplina consciente no Partido é condição básica para assegurar sua unidade de pensamento e de ação.

Embora se registre um esfôrço no sentido de aplicar efetivamente o princípio da direção coletiva, ainda não se podem considerar plenamente satisfatórios os resultados obtidos. E' necessário evitar que as direções restritas atuem em substituição aos ór-

gãos dirigentes coletivos e mobilizar o conjunto dêsses órgãos para o trabalho efetivo de direção.

**70** A luta pelo desenvolvimento do Partido e pela realização de sua política exige a intensificação do trabalho ideológico, que deve estar voltado para o combate simultâneo às tendências dogmáticas e revisionistas não superadas. Em particular, é indispensável um trabalho permanente para eliminar o sectarismo e o dogmatismo, que possuem raízes antigas e extensas na direção e nas fileiras do movimento comunista.

A fim de superar o dogmatismo, faz-se mister intensificar em todo o Partido a educação ideológica em bases marxista-leninistas, unindo indissolùvelmente os princípios do socialismo científico com o estudo da realidade brasileira e com a prática do movimento revolucionário em nosso país.

O combate às influências ideológicas estranhas à classe operária impõe a generalização da experiência histórica do Partido, o conhecimento do processo de sua formação e a crítica aprofundada às concepções pequeno-burguesas que predominaram, em diversos períodos, na sua direção e em suas fileiras. Exige, igualmente, uma ação constante de desmascaramento das idéias errôneas que circulam no Partido como resultado da pressão ideológica exercida, de um lado, pela pequena burguesia e pela burguesia e, de outro lado, pela propaganda do imperialismo e da reação.

**71** As condições políticas atuais são particularmente favoráveis ao crescimento e fortalecimento do Partido e à conquista de sua legalidade. A orientação unitária e patriótica dos comunistas, seu papel combativo no movimento nacionalista, nas organizações sindicais, estudantis e populares, sua participação efetiva na vida política do País, o pres-

tígio crescente das idéias do socialismo, são fatôres que atraem para o partido da classe operária a simpatia de milhares de trabalhadores e patriotas de outras camadas sociais.

O recrutamento de novos militantes, a multiplicação dos efetivos do Partido, deve constituir uma preocupação constante de cada comunista. A concepção do Partido como uma pequena organização de propagandistas e agitadores, de «poucos, porém bons», corresponde ao estádio primitivo do movimento revolucionário e não pode prevalecer na situação nova em que vivemos. A classe operária e o povo brasileiro necessitam ter à frente de suas lutas um grande Partido Comunista, que seja poderoso do ponto de vista numérico e organizativo, consciente e firme do ponto de vista político e ideológico. O crescimento das fileiras do Partido deve estar, por isso, ìntimamente associado a um trabalho persistente de consolidação da estrutura partidária e de educação dos comunistas no espírito do marxismo-leninismo.

A situação atual do Partido, que desfruta certa legalidade de fato em sua atuação, mas continua privado do registro legal como partido político, implica uma contradição que pode e deve ser resolvida. A legalidade do Partido Comunista não é uma reivindicação exclusiva dos comunistas, mas uma medida necessária à consolidação da democracia em nosso país, um direito democrático de parcela considerável do eleitorado. A luta pela legalidade do Partido deve ser conduzida tanto por meios jurídicos como através da mobilização da opinião pública, e assumir o caráter de um amplo movimento que receba o apoio de tôdas as fôrças democráticas.

**72** Para desenvolver-se e consolidar-se, nosso Partido deve depurar-se de persistentes defeitos que o acompanham há longos anos e adquirir qualidades novas. Sòmente nestas condições poderá

cumprir sua missão histórica. Aplicando uma política ampla e unitária, devemos manter posição independente dentro da frente única, a posição que corresponde à única classe revolucionária conseqüente, que luta pela emancipação nacional com o objetivo final de conduzir o proletariado brasileiro, à frente das massas trabalhadoras, para o socialismo e a sociedade sem classes, que é o futuro de tôda a humanidade. Nosso Partido já sobreviveu a muitas vicissitudes. Provou que é capaz de suportar vitoriosamente os golpes dos agentes do imperialismo, da reação fascista e de tôda espécie de renegados. E' um movimento que não pode ser destruído porque representa uma corrente histórica invencível. Nosso dever é o de não poupar energias para reforçá-lo, para torná-lo o grande partido de massas da classe operária, ideològicamente coeso, organizado e unido em tôrno de sua linha política e do Comitê Central.

# Pela
# Legalidade
# do Partido Comunista do Brasil

Luiz Carlos Prestes

Sempre foi justo anseio dos comunistas brasileiros trazer de volta à legalidade seu partido político. Consideram que a decisão judicial que cancelou o registro do Partido Comunista do Brasil se fundou, certamente, em pressupostos falsos, mas, sobretudo, resultou de uma situação transitória na vida internacional, com reflexos sôbre os juízes que participaram daquele julgamento histórico. E' que a chamada «guerra fria» criou nas camadas dirigentes das nações ocidentais a perspectiva de uma guerra próxima e inevitável.

Os comunistas representavam então, como representam hoje, em todo o mundo, uma fôrça atuante pela paz e pela coexistência pacífica, por transformações progressistas na sociedade. Por êsse motivo, contra êles se iniciou em diferentes quadrantes vigorosa perseguição, retirando-lhes quanto possível instrumentos de luta política e de esclarecimento das grandes massas.

A situação é hoje inteiramente diversa. O signo do macartismo é vergonhosa lembrança do passado. O chefe do govêrno soviético é recebido festivamente na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. O presidente Eisenhower é festivamente aguardado na União Soviética, onde lhe serão tributadas grandes homenagens. Tôdas as condições objetivas de nosso

mundo contemporâneo se transformaram com o progresso da União Soviética, da China Popular e dos demais países socialistas. Ante a terrível ameaça de uma guerra nuclear, os próprios dirigentes ocidentais começam a aceitar a idéia da coexistência pacífica e do entendimento internacional.

Modificou-se também a situação no Brasil. Embora sem um partido legal, os comunistas brasileiros atuam politicamente como cidadãos em pleno uso e gôzo de tôdas as garantias constitucionais. Como comunistas são ouvidos por fôrças e correntes as mais representativas na vida política brasileira. E', pois, chegado o momento de se unirem para reorganizar, legal e democràticamente, seu Partido. Têm o direito de fazê-lo, autorizados não só pela Constituição da República como pela própria lei penal, no parágrafo único do artigo 9 da lei 1 808 — Lei de Defesa do Estado.

O cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil se fundou na alegação de ser contrário ao regime democrático, consubstanciado na pluralidade de partidos e no respeito às liberdades fundamentais do homem. Acusou-se, ainda, o Partido, de ter dois estatutos, sendo um para uso externo.

Os comunistas brasileiros reafirmam ainda uma vez que não são contra o regime democrático. Ao contrário, lutam pela democracia e são favoráveis à pluralidade de partidos, que exprime os diversos interêsses e tendências do povo brasileiro. Ser antidemocrático e contra a pluralidade de partidos é, precisamente, negar aos comunistas e à classe operária o direito de se organizarem em partido, dentro dos quadros da Constituição Federal. Os comunistas são pelas liberdades democráticas e têm sido êles as vítimas constantes das violações a essas liberdades. Reconhecem os comunistas que o povo brasileiro é herdeiro de um rico patrimônio de tradições liberais. Essas tradições são valores que os comunistas querem

enriquecidos para todo o povo e não apenas para as camadas mais afortunadas, como, de fato, tem ocorrido em nossa história.

Dentro dessa afirmação de princípios, que se casam às suas convicções socialistas, os comunistas brasileiros, com o pensamento nos sagrados interêsses da Pátria, voltam a pleitear a legalidade de seu Partido e, nesse sentido, dão o primeiro passo, levando ao conhecimento de todo o povo um projeto de Estatutos, com a declaração solene de que, se registrados, serão os Estatutos do Partido Comunista do Brasil. Pretendem, assim, dando mostras do mais alto espírito democrático, receber críticas e sugestões de todo o povo, sugestões que serão consideradas na elaboração final do texto que será submetido ao Tribunal Superior Eleitoral, na forma da legislação vigente.

Publicando êsse projeto, elaborado com o concurso de alguns companheiros, penso abrir, de forma democrática e pública, o debate sôbre problema de real importância para a vida política do Brasil: a legalidade do Partido Comunista, um partido que se forjará dentro de um mundo novo, o mundo da coexistência pacífica.

# Projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil

## Introdução

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL é a vanguarda política da classe operária, a forma superior de sua organização de classe, em cujas fileiras se congregam os comunistas — operários, camponeses, intelectuais, trabalhadores em geral, e pessoas de outras classes e camadas.

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL orienta-se pelo marxismo-leninismo, pelos princípios do internacionalismo proletário. Tendo como objetivo programático final o estabelecimento do socialismo e do comunismo, luta atualmente para que a classe operária e as demais fôrças patrióticas e progressistas se unam politicamente a fim de assegurar a plena vigência da legalidade democrática, a ampliação e consolidação dos direitos e conquistas do povo, a formação de um govêrno nacionalista e democrático, e alcançar um regime que promova a completa emancipação do País, o desenvolvimento independente de sua economia, a democratização radical da vida política, a continuada elevação do bem-estar e da cultura do povo e a cooperação eficaz do Brasil em prol da paz entre os povos.

Organização centralizada e combativa, regida por uma disciplina consciente, livremente aceita por todos os seus membros e obrigatória por igual para todos êles, o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL dirige-se democràticamente segundo as normas básicas estabelecidas nos presentes Estatutos.

## Capítulo I
## O membro do Partido

Art. 1º — Membro do Partido é todo aquêle que aceita o Programa e os Estatutos do Partido e que contribui para a atividade dêste com meios materiais e por sua participação em uma das organizações partidárias.

Art. 2º — A filiação ao Partido é individual. Realiza-se mediante pedido a uma Organização do Partido, encaminhado através de um dos membros desta e por ela aprovado.

§ 1º — Em casos particulares, definidos pelo Comitê Central, a filiação só se tornará efetiva depois de ratificada pela instância superior a que fôr atribuída essa competência.

§ 2º — A readmissao de pessoa que tenha sido expulsa do Partido só se tornará efetiva depois de confirmada pelo órgão dirigente partidario que ratificou a expulsão.

Art. 3º — São deveres do membro do Partido:

a) — zelar ativamente pela unidade ideológica, política e orgânica do Partido;

b) — manter estreita ligação com as massas e dedicar-se à defesa das reivindicaçoes destas, — participando de seus movimentos e organizações, trabalnando para que conheçam, assimiiem e ponham em prática a orientação geral do Partido, — esforçar-se para que se ampliem sempre mais os laços entre o conjunto do Partido e as massas;

c) — elevar, através do estudo e da atividade prática, o próprio nível teórico e ideológico, e ajudar no mesmo sentido aos camaradas e a todo o Partido;

d) — participar do estudo e da elaboração da linha política do Partido e empenhar-se para que seja levada à prática, através do estrito cumprimento das resoluções partidárias;

e) — concorrer para a prática permanente da crítica e autocrítica, para a luta de opiniões ampla e organizada e a correta observância da disciplina;

f) — esforçar-se pelo aprimoramento sempre maior do espírito de solidariedade comunista;

g) — contribuir para o respeito às normas de segurança e o constante exercício da vigilância partidária;

h) — trabalhar pelo contínuo fortalecimento orgânico do Partido, pelo aperfeiçoamento ininterrupto dos métodos de trabalho e de direção.

Art. 4º — São direitos do membro do Partido:

a) — participar, nas reuniões organizadas pelo Partido ou na imprensa partidária, das discussões sôbre problemas da vida interna e externa do Partido;

b) — eleger e ser eleito para os órgãos dirigentes e em geral para qualquer cargo eletivo do Partido;

c) — criticar, nas reuniões do Partido, ou junto às instâncias superiores partidárias, o que lhe pareça falso ou incorreto nos atos ou posições de qualquer Organização, órgão dirigente ou membro do Partido;

d) — encaminhar opiniões, sugestões, propostas, reclamações ou apelações a qualquer das sucessivas instâncias partidárias, desde os órgãos dirigentes da Organização a que pertence até ao Comitê Central e ao Congresso do Partido;

e) — manter sua opinião e continuar a defendê-la nas discussões partidárias (Art. 9º, letra d), — salvo quando delas participa como representante da opinião de um Comitê ou Secretariado do Partido — sem entretanto deixar de cumprir as decisões de que divirja;

f) — exigir sua participação pessoal sempre que se trate de resolver sôbre sua posição ou conduta.

Art. 5º — É reconhecida a todo membro do Partido a liberdade de sair dêle. O membro do Partido que queira pedir autorização para dêle retirar-se deve encaminhar o seu pedido de demissão, oralmente ou por escrito, à Organização a que pertence. Esta, — desde que o filiado insista em manter sua atitude depois de esgotados os esforços feitos para que a reconsidere, — concederá a demissão, salvo se, ao examinar o pedido, verificar que o membro do Partido está no caso do art. 6º ou é passível de medida de expulsão por falta grave cometida contra o Partido.

Art. 6º — O membro do Partido que, sem causa justificada, deixar de participar durante seis meses da atividade de sua Organização ou de satisfazer a contribuição material a que está obrigado — e que insistir em manter essa atitude depois de esgotados os esforços para que a reconsidere — considera-se como tendo abandonado o Partido por sua própria vontade e terá, assim, a sua filiação cancelada pela organização partidária a que pertence.

Art. 7º — O membro do Partido que infrinja as normas estatutárias ou assuma atitude que fira os interêsses do Partido ou da classe operária está sujeito, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, a uma das seguintes medidas disciplinares: advertência dentro do Partido, suspensão por tempo determinado do exercício de cargo par-

tidário, destituição de cargo partidário, censura pública, expulsão do Partido.

Parágrafo único — Ao decidir-se sôbre a aplicação de medida disciplinar a um membro do Partido, especialmente quando se trate da mais grave — a expulsão, deve haver o máximo de cuidado e de espírito de fraternidade, examinando-se minuciosamente o fundamento ou não das acusações, assegurando sempre que possível a presença do membro do Partido às reuniões em que se discuta o seu caso e facilitando-lhe todos os elementos necessários à sua justificação.

Art. 8º — A aplicação de medida disciplinar a um membro do Partido é decidida e executada pela Organização a que pertence.

Parágrafo único — A expulsão de um membro do Partido se resolve por maioria absoluta de votos, quando quem decide é uma Organização de Base, e por maioria de dois têrços de votos, quando quem decide é um Comitê do Partido em relação a um dos seus membros efetivos ou suplentes. Em qualquer caso, a expulsão só se tornará efetiva depois de confirmada pelo Comitê da instância imediatamente superior do Partido, que resolverá igualmente sôbre a forma de torná-la pública. Até à confirmação ou anulação da expulsão pela instância superior, o membro do Partido em causa ficará com seus direitos e deveres suspensos, salvo o direito de apelação junto às instâncias superiores partidárias, até ao Comitê Central e ao Congresso do Partido. Êsse direito é também reconhecido pelo Partido, sem limite de tempo, à pessoa cuja expulsão se tenha tornado efetiva.

## Capítulo II
## O centralismo democrático

Art. 9º — O princípio diretor da estrutura e do funcionamento do Partido é o centralismo democrático, que significa centralização com base na democracia e democracia sob a direção centralizada. A unidade e disciplina do Partido, fundadas no centralismo democrático, são incompatíveis com qualquer forma de atividade desagregadora ou de organização fracionista. O centralismo democrático encerra os seguintes aspectos fundamentais:

a) — os membros do Partido são iguais em direitos e deveres e decidem sôbre tôdas as questões do Partido;

b) — todos os órgãos e cargos dirigentes do Partido são preenchidos por eleição, através de votação direta dos membros do Partido ou de delegados por êstes eleitos, e podem, pela mesma maneira como foram escolhidos, ter os seus mandatos a qualquer momento revogados. Em caso de fôrça maior, um órgão dirigente do Partido pode completar por cooptação o seu efetivo, submetendo êste ato, na primeira oportunidade, à ratificação do órgão partidário que regularmente o elege;

c) — cada Organização subordina-se aos respectivos órgãos dirigentes e às organizações que lhe são superiores; e tôdas as organizações do Partido, ao centro dirigente único dêste, entre um e outro Congresso: o Comitê Central;

d) — cada Organização ou órgão dirigente do Partido abre e encerra, por maioria, a discussão sôbre os assuntos de sua jurisdição ou sôbre qualquer outro assunto partidário a respeito do qual não haja uma resolução de instância superior do Partido. Nesse último caso, limita-se a encaminhar suas sugestões e propostas à instância competente para resolver. Encerrada uma discussão, a resolu-

ção conseqüente é tomada por maioria, e nova discussão sôbre o assunto a que se refere só pode ser aberta por decisão da Organização ou órgão dirigente partidário que a tomou, ou por decisão de órgão dirigente superior;

e) — as resoluções do Partido são cumpridas em caráter obrigatório: o membro do Partido submete-se à organização partidária, a minoria à maioria, as organizações inferiores às superiores;

f) — todos os órgãos dirigentes, Organizações e membros do Partido respondem por suas atividades e delas prestam contas sistemàticamente ante os órgãos dirigentes e organizações do Partido que lhes são superiores e, assim, ante todo o Partido. Os órgãos dirigentes do Partido prestam contas periòdicamente de suas atividades ante o conjunto das Organizações de sua circunscrição;

g) — dentro da linha política e das resoluções do Partido, cada Organização e cada órgão dirigente gozam de plena autonomia nas respectivas circunscrições e têm, como cada membro do Partido no campo de suas atribuições, o direito e o dever de exercer ampla iniciativa, tanto dentro do Partido como pùblicamente;

h) — tôdas as Organizações e órgãos dirigentes do Partido decidem e trabalham coletivamente, definindo, ao mesmo tempo, a responsabilidade individual de cada um dos seus membros.

## Capítulo III
## **A estrutura do Partido**

Art. 10 — As Organizações do Partido estruturam-se segundo os critérios de local de trabalho ou moradia e de área territorial em acôrdo com a divisão administrativa do País. De baixo para cima, são as seguintes: Organizações de Base, Distritais, Municipais e Estaduais ou Territoriais. O

Partido, como organização, abrange todo o País e constitui um sistema único de tôdas as organizações partidárias.

§ 1º — A organização partidária do Distrito Federal de Brasília denomina-se Organização Metropolitana e é equiparada à Organização Estadual ou Territorial.

§ 2º — É admitida, quando necessária, a criação dentro de uma Organização Estadual, de Organizações de Zona, constituídas de um número determinado de Organizações Municipais.

Art. 11 — A organização do Partido que desenvolve sua atividade em determinado local de trabalho ou moradia ou em determinada área territorial é considerada superior a tôdas as organizações partidárias que limitam sua atividade a parte dêsse local ou área.

Art. 12 — A criação, desdobramento, unificação ou extinção de Organizações do Partido só se tornam efetivas depois de confirmadas pelo órgão dirigente da organização partidária imediatamente superior.

Art. 13 — Os membros efetivos de um Comitê do Partido ausentes a uma reunião do Comitê são substituídos pelos suplentes dêste, segundo a ordem estabelecida pelo órgão dirigente que o elegeu (Assembléia, Conferência ou Congresso). Os demais suplentes participam da reunião do Comitê com direito apenas a voz. As vagas temporárias ou permanentes abertas no efetivo de um Comitê são preenchidas pelos suplentes, segundo a ordem estabelecida. Não havendo suplentes, os Comitês do Partido podem preencher por cooptação, aprovada por dois terços de seu efetivo restante, as vagas de até um quinto de seu efetivo eleito.

Art. 14 — Os recursos financeiros do Partido são constituídos pelas contribuições mensais de seus membros e simpatizantes, por donativos e ren-

das eventuais. Constituem bens patrimoniais do Partido todos os haveres materiais de suas Organizações. Os órgãos dirigentes do Partido, em tôdas as instâncias, organizam e mantêm em dia a escrituração das respectivas tesourarias e zelam pelos bens patrimoniais do Partido sob sua responsabilidade.

Art. 15 — A atividade partidária nas organizações de massa ou em outras organizações não partidárias será coordenada pelo Partido através de frações constituídas, cada uma, dos membros do Partido pertencentes à entidade considerada ou de delegados por êles eleitos nas organizações partidárias a que pertencem. As frações do Partido elegem um Secretário ou um Secretariado para coordenar o seu trabalho e são dirigidas pela organização do Partido em cuja circunscrição funciona a entidade não partidária considerada.

Parágrafo único — A participação do membro do Partido numa fração não o exime de continuar atuando na organização partidária a que pertence.

Art. 16 — Os Comitês do Partido criam, segundo as necessidades, órgãos e cargos auxiliares temporários ou permanentes, que trabalharão sob sua direção.

Art. 17 — A Organização ou órgão dirigente do Partido que infrinja as normas estatutárias ou assuma atitude que fira os interêsses do Partido ou da classe operária está sujeita, conforme a natureza e a gravidade da falta cometida, a uma das seguintes medidas disciplinares: advertência dentro do Partido, censura pública, destituição no todo ou em parte do órgão dirigente, dissolução da organização.

§ 1º — A aplicação de medida disciplinar a uma Organização ou órgão dirigente do Partido é decidida por maioria de dois terços pelo Comitê da instância imediatamente superior e por êle

executada. No caso da decisão ser adotada por instância acima dêsse Comitê, basta que o seja por maioria absoluta de votos, mas é ainda êle quem deve executá-la.

§ 2º — A destituição no todo ou em parte de um órgão dirigente e a dissolução de uma Organização do Partido, quando decididas pelo Comitê da instância imediatamente superior, só podem ser executadas depois de confirmadas por órgãos de instância acima dêsse Comitê.

Art. 18 — Com o fim de sistematizar normas e procedimentos ditados pela experiência e úteis ao pleno cumprimento dos Estatutos do Partido, o Comitê Central estabelecerá os regulamentos necessários. Os demais órgãos dirigentes e as Organizações de Base regulamentarão igualmente suas próprias atividades, partindo das normas e procedimentos mais gerais aprovados pelo Comitê Central.

## Capítulo IV
## As Organizações de Base

Art. 19 — As Organizações de Base constituem o alicerce de tôda a organização do Partido. Como elos fundamentais, que são da ligação dêste com as massas, nelas se concentra a atividade principal do Partido. As Organizações de Base são constituídas, cada uma, dos membros do Partido que trabalham numa mesma emprêsa ou residem numa mesma área determinada de moradia.

Parágrafo único — É admitida também a estruturação de Organizações de Base femininas e juvenis e, em casos excepcionais, por setor profissional.

Art. 20 — As tarefas mais importantes da Organização de Base são:

a) — participar ativamente da vida da massa

no local de trabalho ou de moradia, dos seus movimentos e lutas, das suas organizações, ouvindo-a atentamente, recolhendo as suas experiências e levando-a a conhecer, assimilar e pôr em prática as palavras de ordem, as resoluções, a linha política do Partido;

b) — concorrer para a elaboração da linha política, das resoluções e palavras de ordem do Partido, preocupando-se particularmente em levar ao conhecimento das instâncias superiores partidárias as reivindicações, as tendências, o estado de espírito da massa;

c) — organizar a distribuição das tarefas entre os membros do Partido e o contrôle de sua realização; divulgar a imprensa e a literatura do Partido e realizar permanente trabalho de agitação e propaganda; arrecadar as contribuições dos membros e simpatizantes do Partido e encaminhar à instância superior a quota financeira a que está obrigada; zelar pela disciplina partidária; recrutar novos membros para o Partido;

d) — organizar, entre os membros do Partido, o estudo da teoria, da política e da experiência do Partido, de modo a elevar-lhes o nível ideológico, a capacidade de conhecer a realidade social, de ligar-se às massas e de dirigi-las;

e) — estimular a crítica e autocrítica de tôda a atividade partidária, — a revelação e assimilação das experiências positivas e dos acertos, o descobrimento e eliminação das debilidades e dos erros, a pesquisa e desenvolvimento dos elementos novos de ação, a rejeição oportuna do que se tornou superado.

Art. 21 — A jurisdição de cada Organização de Base é estabelecida pelo órgão dirigente da Organização imediatamente superior. Para a constituição de uma Organização de Base são necessários pelo menos 3 membros do Partido. Segundo

as necessidades do seu funcionamento ela pode estruturar-se em Seções e Subseções.

Art. 22 — A Assembléia da Organização de Base, constituída da reunião geral dos seus membros, ou a Conferência dos delegados por êles eleitos nas Assembléias das suas Seções é o órgão dirigente superior da Organização de Base. São seus podêres principais:

a) — examinar a prestação de contas do Secretariado (ou de Secretário) da Organização de Base e as dos membros desta, e sôbre elas decidir;

b) — discutir e resolver sôbre tôdas as questões da atividade da Organização de Base;

c) — eleger o Secretariado (ou o Secretário) da Organização de Base e os delegados desta à Conferência da Organização superior.

Art. 23 — A Assembléia reúne-se ordinàriamente a intervalo regular por ela própria estabelecido e não maior que três meses, e a Conferência, não maior que seis meses. Reúnem-se extraordinàriamente:

a) — em cumprimento a decisão de Assembléia ou Conferência anterior;

b) — por iniciativa do Secretariado (ou Secretário) da Organização de Base;

c) — em cumprimento a resolução de instância superior do Partido;

d) — por proposta de um dos membros da Organização de Base, aprovada pela maioria.

Cabe, em qualquer caso, ao Secretariado (ou ao Secretário) da Organização de Base fazer a convocação da Assembléia ou Conferência.

Parágrafo único — A proposta a que se refere a letra d dêste artigo será encaminhada pelo proponente ao Secretariado (ou ao Secretário) da Organização de Base, que a submeterá, no menor prazo possível, à consideração individual (aprovação ou rejeição) dos membros da Organização de Base.

Art. 24 — O Secretariado da Organização de Base é o órgão dirigente desta entre uma e outra Assembléia ou Conferência. O número de seus membros é estabelecido pela Assembléia ou pela Conferência da Organização de Base, sendo no mínimo de três e no máximo de cinco. Sua obrigação principal é organizar a execução das resoluções da Assembléia ou Conferência e das resoluções das instâncias superiores do Partido.

Parágrafo único — A Organização de Base de pequeno efetivo elege apenas, como dirigente, um Secretário.

Art. 25 — A Organização de Base de emprêsa de grande efetivo, estruturada em Seções e Subseções, pode, a critério da instância imediatamente superior do Partido, eleger como órgão dirigente entre uma e outra Conferência um Comitê de Emprêsa, que por sua vez elegerá em seu seio um Secretariado, como órgão operativo diário.

Parágrafo único — A Organização de Base, nesse caso, conforme a área territorial que abranja, se ligará diretamente, através de seu Comitê, a um Comitê Municipal, Estadual ou Territorial, ou ao Comitê Central.

## Capítulo V
## As Organizações Intermediárias e seus órgãos dirigentes

Art. 26 — As Organizações Distritais, Municipais e Estaduais ou Territoriais do Partido são as organizações intermediárias dêste, constituídas, cada uma, respectivamente, de tôdas as Organizações e membros do Partido na área administrativa de Distrito, Município e Estado ou Território.

Art. 27 — A Conferência Distrital, Municipal, Estadual ou Territorial é o órgão dirigente superior da organização respectiva, constituído de dele-

gados eleitos pelas organizações partidárias que lhe são diretamente subordinadas. São seus podêres principais:

a) — examinar a prestação de contas do Comitê da Organização respectiva e sôbre ela decidir;

b) — discutir e resolver sôbre tôdas as questões da atividade da Organização;

c) — eleger o Comitê da Organização e os delegados desta à Conferência da Organização superior.

Parágrafo único — Quando, dado o pequeno efetivo do Partido no Distrito ou Município, os seus membros estão estruturados numa única Organização — a Organização Distrital ou Municipal — o órgão dirigente superior dela será a Assembléia Distrital ou Municipal.

Art. 28 — A Conferência de uma Organização intermediária é convocada pelo Comitê desta. Realiza-se ordinàriamente de dezoito em dezoito meses. Reúne-se extraordinàriamente:

a) — em cumprimento a decisão de Conferência anterior;

b) — por iniciativa do Comitê da Organização respectiva;

c) — em obediência a resolução de instância superior do Partido;

d) — em conseqüência de proposta de Comitê de uma das Organizações imediatamente inferiores, aprovada pela maioria dos Comitês dessas Organizações, representativos da maioria dos votos da Conferência anterior.

O número de delegados à Conferência e as normas preparatórias desta são estabelecidos pelo Comitê da Organização respectiva, salvo se tiverem sido determinados, para o caso, por instância superior do Partido.

Parágrafo único — A proposta a que se refere a letra d dêste artigo será encaminhada pelo Comitê

proponente ao Comitê da Organização superior, que a submeterá, no menor prazo possível, à consideração (aprovação ou rejeição) dos Comitês de sua circunscrição.

Art. 29 — O Comitê Distrital, Municipal, Estadual ou Territorial é o órgão dirigente da Organização respectiva entre uma e outra Conferência desta. O número de membros efetivos e suplentes do Comitê é estabelecido pela Conferência que o elege. Os membros efetivos serão no mínimo sete e no máximo quinze; os suplentes, no mínimo três e no máximo sete. As obrigações principais do Comitê são:

a) — organizar a execução das resoluções da Conferência da Organização respectiva e das resoluções das instâncias superiores do Partido;

b) — arrecadar as quotas financeiras das organizações partidárias da sua jurisdição e encaminhar à instância superior a quota que lhe corresponde;

c) — propor à aprovação do Comitê da instância imediatamente superior os nomes dos candidatos a cargos públicos eletivos exercidos no âmbito da própria circunscrição que devem, em sua opinião, ser registrados na legenda do Partido ou por êste apoiados.

Parágrafo único — A Assembléia Distrital ou Municipal elegerá como órgão dirigente, entre uma e outra Assembléia, um Secretariado ou, como dirigente, um Secretário, conforme fôr necessário.

Art. 30 — O Comitê Distrital reúne-se ordinàriamente com intervalo não maior que um mês; o Municipal, que dois meses; o Estadual ou Territorial, que três meses. Reúnem-se extraordinàriamente:

a) — em cumprimento a decisão de reunião anterior;

b) — por iniciativa do Secretariado respectivo;

c) — em obediência a resolução de instância superior do Partido;

d) — por proposta de um de seus membros, aprovada pela maioria.

Cabe, em qualquer caso, ao Secretariado do Comitê convocar a reunião dêste.

Parágrafo único — A proposta a que se refere a letra **d** dêste artigo será encaminhada pelo proponente ao Secretariado do Comitê, que a submeterá, no menor prazo possível, à consideração individual (aprovação ou rejeição) dos membros do Comitê.

Art. 31 — O Comitê Distrital, Municipal, Estadual ou Territorial, elegerá em seu seio um Secretariado, como órgão operativo diário. São obrigações principais do Secretariado:

a) — promover a execução das decisões do Comitê respectivo;

b) — atender as questões de ordem prática do trabalho de direção.

Parágrafo único — O Comitê Estadual, quando necessário, elegerá em seu seio uma Comissão Executiva que, em cumprimento às resoluções daquele, dirigirá a atividade do Partido entre duas reuniões do Comitê Estadual, a ela ficando subordinado o Secretariado.

## Capítulo VI
## Os órgãos dirigentes centrais do Partido

Art. 32 — O Congresso do Partido é o órgão dirigente supremo dêste, constituído de delegados eleitos pelas Conferências das Organizações diretamente subordinadas à direção central do Partido. As decisões do Congresso são obrigatórias para todo o Partido e não podem ser revogadas, no todo ou em parte, senão por outro Congresso. São podêres principais dêste:

a) — examinar a prestação de contas do Comitê Central e sôbre ela decidir;

b) — estabelecer o Programa, os Estatutos e a orientação política geral do Partido;

c) — eleger o Comitê Central.

Art. 33 — O Congresso do Partido é convocado pelo Comitê Central. Reúne-se ordinàriamente de três em três anos e, extraordinàriamente:

a) — em cumprimento a decisão de Congressos anteriores;

b) — por iniciativa do Comitê Central;

c) — por proposta de um Comitê Estadual ou Territorial aprovada pela maioria dos Comitês Estaduais e Territoriais, representativos da maioria dos votos do Congresso anterior.

O número de delegados ao Congresso e as normas preparatórias dêste são estabelecidos pelo Comitê Central, salvo se determinados, para o caso, pelo Congresso anterior.

Parágrafo único — A proposta a que se refere a letra c dêste artigo será encaminhada pelo Comitê proponente ao Comitê Central, que a submeterá, no menor prazo possível, à consideração (aprovação ou rejeição) dos Comitês Estaduais e Territoriais.

Art. 34 — O Comitê Central é o órgão dirigente do Partido entre um e outro Congresso. O número de membros efetivos e suplentes do Comitê Central é estabelecido pelo Congresso do Partido. Os podêres principais do Comitê Central são:

a) — dirigir tôda a atividade partidária em cumprimento às resoluções do Congresso do Partido;

b) — examinar a prestação de contas da Comissão Executiva do Comitê Central e do Secretariado do Comitê Central, e sôbre ela decidir;

c) — representar o Partido nas relações com outros partidos e organizações;

d) — nomear e substituir os responsáveis pelos órgãos centrais da imprensa do Partido;

e) — distribuir os quadros do Partido;

f) — resolver sôbre os candidatos a postos públicos eletivos federais a serem registrados na legenda do Partido ou por êste apoiados;

g) — estabelecer as normas relativas às contribuições dos membros do Partido e às quotas financeiras a que são obrigadas as organizações partidárias, e administrar os meios financeiros e os bens patrimoniais do Partido;

h) — autorizar os Comitês Estaduais, quando necessário e em casos excepcionais, a organizarem em suas circunscrições Comitês em setores profissionais, tendo em vista unir os membros do Partido para uma atuação partidária mais eficiente;

i) — eleger a Comissão Executiva e o Secretário Geral e dois ou mais Secretários que constituirão o Secretariado do Comitê Central.

Art. 35 — A reunião do Comitê Central é convocada pela Comissão Executiva. O Comitê Central reúne-se ordinàriamente com intervalos não maiores que seis meses e, extraordinàriamente:

a) — em cumprimento a decisão de reunião anterior;

b) — por iniciativa da Comissão Executiva;

c) — por proposta de um de seus membros aprovada pela maioria.

Parágrafo único — A proposta a que se refere a letra c dêste artigo deve ser encaminhada pelo proponente à Comissão Executiva, que a submeterá, no menor prazo possível, à consideração individual (aprovação ou rejeição) dos membros do Comitê Central.

Art. 36 — No período entre um e outro Congresso, o Comitê Central convoca, uma vez por ano, a Conferência Nacional do Partido, para a discussão mais ampla de determinados problemas

partidários. A Conferência é constituída pelos membros do Comitê Central e, segundo normas por êste fixadas, de delegados eleitos por todos os Comitês Estaduais e Territoriais e, a critério do Comitê Central, pelos Comitês de outras organizações partidárias. Suas resoluções só se tornam obrigatórias para o Partido depois de ratificadas pelo Comitê Central. Entretanto, a Conferência Nacional pode, independentemente de ratificação, substituir entre um e outro Congresso até um quinto dos membros efetivos do Comitê Central por suplentes, segundo a ordem estabelecida, e completar o número regular dêstes.

Art. 37 — O Comitê Central, sempre que o considere necessário à discussão mais ampla de determinados problemas partidários de interêsse regional, pode convocar Conferências Interestaduais, constituídas, segundo normas por êle fixadas, de delegados eleitos por todos os Comitês Estaduais e Territoriais da região considerada e, a critério do Comitê Central, pelos Comitês de outras organizações partidárias. As resoluções dessas Conferências só se tornam obrigatórias para o Partido depois de ratificadas pelo Comitê Central.

Art. 38 — A Comissão Executiva é o órgão dirigente executivo do Comitê Central entre uma e outra reunião dêste. O número de seus membros é determinado pelo Comitê Central. Suas atribuições e obrigações principais são:

a) — dirigir tôda a atividade partidária com vistas à execução das resoluções do Comitê Central e de suas próprias decisões, daquelas decorrentes;

b) — submeter ao Comitê Central as questões que são da competência exclusiva dêste;

c) — coordenar a atuação dos membros do Comitê Central;

d) — controlar o trabalho dos órgãos auxiliares do Comitê Central;

e) — examinar, entre uma e outra reunião do Comitê Central, a prestação de contas do Secretariado do Comitê Central e sôbre ela decidir.

Art. 39 — O Secretariado do Comitê Central é o órgão operativo diário dêste, que atende às questões de ordem prática do trabalho de direção e atua subordinado à Comissão Executiva. O Secretário Geral do Comitê Central coordena a atividade do Secretariado e trabalha sob a direção dêste.

Rio, abril de 1960